

SILVANE GUIMARÃES SILVA GOMES

**A ATUAÇÃO DO SENAR NO MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO - MG: uma
análise das conseqüências da delimitação entre o rural e o urbano.**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2005**

SILVANE GUIMARÃES SILVA GOMES

**A ATUAÇÃO DO SENAR NO MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO - MG: uma
análise das conseqüências da delimitação entre o rural e o urbano.**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA em: 28 de março de 2005

Prof^ª. Nora Beatriz Presno Amodeo

Prof^ª. Sheila Maria Doula

Prof^ª. Ana Louise de Carvalho Fiúza
(Conselheira)

Prof^ª. Maria de Fátima Lopes
(Conselheira)

Prof^ª. Neide Maria de Almeida Pinto
(Orientadora)

A José Marcelo, amor da minha vida, meu marido, amigo, companheiro, eterno namorado, futuro pai do nosso filho Lucas que está a caminho. Você é o maior incentivador para mais este projeto. “Nenhum de nós é tão bom quanto nós dois juntos”.

Ao meu anjo Isabela (*in memoriam*).

*“Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor.
Mas lutamos para que o melhor fosse feito.
Não somos o que deveríamos ser.
Não somos o que iremos ser.
Mas, graças a Deus, não somos o que éramos”.*

(Martin Luther King)

AGRADECIMENTOS

A minha caminhada no mestrado não foi fácil, principalmente pelas intercorrências pessoais que passaram a fazer parte dessa caminhada. Este estudo, só foi possível graças à cooperação, solidariedade e inspiração de muitas pessoas e entidades. Foram muitos os que me ajudaram, direta e indiretamente, mas quero registrar aqui meus agradecimentos àqueles que foram fundamentais à realização desta pesquisa:

A Deus, acima de tudo e por tudo. Pela proteção durante as viagens ao experimento de campo, pela força interior e por tudo o que tem me acontecido.

Ao meu querido marido José Marcelo, pelo companheirismo, pela cumplicidade, pelo amor, pela paciência, tolerância, e por me fazer ficar forte nos momentos de dor, quando pensei não ser capaz de suportar.

Ao meu pai, a minha mãe (*in memoriam*), à “comadre” (minha mãe de criação) e aos meus irmãos, pois me deram a vida, lições de esperança, amor, crença; e com simplicidade me ensinaram a viver.

À Prof^a. Neide Maria Almeida Pinto, minha querida orientadora, pelo conhecimento compartilhado através da sua orientação dedicada e competente, bem como pela amizade e compreensão em todos os momentos;

À Prof^a. Ana Louise de Carvalho Fiúza, por sua permanente contribuição cuidadosa e competente, compreensão, amizade e disponibilidade, em contribuir não só para a realização desta pesquisa, mas, para minha vida profissional.

À Prof^a. Maria de Fátima Lopes (Fatinha), pelas críticas, sugestões, e pelo carinho, enriquecendo, dessa maneira, o meu aprendizado e o conteúdo desta dissertação.

Às Prof^{as}. Tereza Angélica; Prof^a. Márcia Luduvik; Prof^a. Nora; pelo apoio, pelas sugestões e críticas quando da defesa do projeto, culminando neste trabalho.

Aos membros da banca examinadora, em especial à Prof^a. Nora e à Prof^a. Sheila, pelas valiosas sugestões e pelos comentários.

Aos professores Dorinha, Neuza, Carla, Patrícia e Franklin, pela paciência, incentivo, amizade e pelos ensinamentos transmitidos.

À Instituição SENAR/BH, na pessoa do Superintendente Sr. Roberto Simões, pelo acesso aos documentos referentes aos cursos em São Geraldo - MG.

A minha querida amiga e competente profissional, Cinthya Maria Raposo de Andrade, do SENAR/BH pelo incentivo, encaminhamento de material para a pesquisa e acima de tudo, pela amizade sincera e confiança no meu trabalho.

À Silvana Maria Novais, gerente do SENAR/Viçosa e à secretária Cíntia Helisa, pela paciência, disponibilidade e atenção nas muitas vezes que precisei buscar informações e material para consulta.

Ao Luciano do sindicato de São Geraldo, pela ajuda de forma incondicional, permitindo que as minhas entrevistas acontecessem. A todos que participaram da entrevista, que são atores e também autores deste trabalho, em especial pela acolhida e sincera solicitude com que se dispuseram a participar da pesquisa;

À Escola Agrotécnica Federal de Catu-BA, pela minha liberação das atividades profissionais durante este período.

Aos colegas da Pós-graduação, que direta e indiretamente contribuíram para meu crescimento pessoal e em conhecimentos, pela dedicação e preocupação nos momentos mais difíceis. Carinhosamente a Alex, Cristiane, Daniela, Valeska, Edilene, Sergio, Bruno, Rita, Denilma, Fernando, Graziela, Ana Paula, Cida e Regina, pela cumplicidade e pelo carinho. À Elô (irmã de coração) e Elaine Cristina, pela indescritível solidariedade e afeto inestimável.

À Aloísia da secretaria da Pós, pela constante atenção, como também pelo profissionalismo, pela amizade e simpatia desprendida. Ao Roberto da secretaria, “Lena”, João e a Efigênia, pelo sorriso, pelo carinho e simpatia a mim dispensados.

À Universidade Federal de Viçosa, especificamente ao Departamento de Economia Doméstica, pela qualificação profissional.

BIOGRAFIA

SILVANE GUIMARÃES SILVA GOMES, filha de Sidonal Teodoro da Silva e Maria Isabel Guimarães Silva, nasceu em 08 de março de 1967, em Coluna - MG

Em fevereiro de 1995, graduou-se em Economia Doméstica, na Universidade Federal de Viçosa - MG.

Em Fevereiro de 1995, passou a fazer parte do quadro permanente de professores da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista-MG, ministrando disciplinas do curso Técnico em Economia Doméstica.

Em março de 1998, por acompanhamento de cônjuge, passou a fazer parte do quadro permanente de docentes da Escola Agrotécnica Federal de Catu - BA, coordenando e ministrando disciplinas do curso de Agroindústria.

Em 1999, fez aperfeiçoamento no Processamento de Conservação de Produtos Cárneos, no Centro de Tecnologia de Produtos Alimentares em Vassouras - RJ.

Em 2000, especializou-se em Processamento e Controle de Qualidade em Carne, Leite, Ovos e Pescado, na Universidade Federal de Lavras, MG.

Em março de 2003, ingressou no Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em Economia Familiar da UFV, submetendo-se à defesa de dissertação para obtenção do título de “Mestre”, na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, em 28 de março de 2005.

CONTEUDO

LISTA DE TABELAS.....	X
LISTAS DE FIGURAS.....	XII
RESUMO.....	XIII
ABSTRACT	XV
1. APRESENTAÇÃO.....	1
1.1. Das motivações	1
1.2. Do problema.....	5
1.3. SENAR: uma instituição facilitadora de processos de desenvolvimento endógeno? 10	
1.4. Dos objetivos.....	13
1.5. Da estruturação do trabalho	14
2. RECORTE METODOLÓGICO	16
2.1. Contextualização Socioeconômica do município de São Geraldo.....	16
2.2. Procedimentos Metodológicos	20
2.3. Inserção ao “campo” empírico	22
3. O URBANO E O RURAL FACE AO FENÔMENO DA PLURIATIVIDADE E DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA.....	28
3.1. Novos significados para o rural	32
3.2. O rural face à perspectiva da pluriatividade e da multifuncionalidade.....	33
3.3. Critérios de seleção dos participantes dos cursos e treinamentos do SENAR, em São Geraldo-MG	38
4. O SENAR FRENTE A ATUAL REALIDADE RURAL.....	47
4.1. O modo de atuação do SENAR.....	47
4.2. O “perfil” dos participantes dos cursos de agroindústria em São Geraldo-MG	51
4.3. Os cursos do SENAR vistos a partir de uma perspectiva de gênero.....	56
4.4. Curso do SENAR X Transformação na vida dos cursistas.....	62

4.5. Das Mudanças empreendidas após o curso.....	66
4.6. Das motivações para fazer o curso do SENAR.....	71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	82
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

FPR- Formação Profissional Rural

PS- Promoção Social

FAO-ONU- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAEMG- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais

PROVE- Programa de Verticalização da Produção

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

EMATER- Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural

ONG- Organização Não Governamental

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OCDE- Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LISTA DE TABELAS

Nº.....	Página
1 - População do município de São Geraldo - MG, dividido em população residente na zona urbana e zona rural entre os anos de 1960 a 2000.....	17
2 - Arrecadação do município de São Geraldo entre os anos de 1999 a 2002.....	17
3 - População ocupada por setores econômicos no município de São Geraldo, no ano de 2000.....	18
4 - Principais produtos agrícolas do município de São Geraldo no ano de 2002.....	18
5 - Principais efetivos na pecuária no município de São Geraldo no ano de 2000....	19
6 - Produto interno bruto a preços correntes do município de São Geraldo.....	19
7 - Nº de componentes da amostra para entrevista, segundo a ocupação e a situação na família.....	23
8 - Informações da ficha dos contribuintes do sindicato rural de São	

Geraldo, quanto ao endereço de residência constante na ficha.....	40
9 - Informações da ficha dos contribuintes do sindicato rural de São Geraldo, quanto à ocupação dos residentes na área urbana e rural.....	41
10 - Distribuição em número absoluto dos cursistas do SENAR em relação ao sexo, idade, escolaridade, ocupação, estado civil e local de residência.....	51
11 - Distribuição em número absoluto dos cursistas do SENAR em relação à ocupação na época da entrevista e escolaridade.....	54

LISTAS DE FIGURAS

Nº.....	Página
1 -.Município de São Geraldo no mapa de Minas Gerais.....	18
2 -.Percentual da participação dos 113 participantes dos cursos do SENAR-MG, distribuídos por sexo, na área de agroindústria.....	57
3 - Demonstrativo dos 20 entrevistados por curso e sexo.....	61

RESUMO

GOMES, Silvane Guimarães Silva, M. S., Universidade Federal de Viçosa, março de 2005.
A Atuação do SENAR no município de São Geraldo - MG: uma análise das conseqüências da delimitação entre o rural e o urbano. Orientadora: Neide Maria de Almeida Pinto. Conselheiras: Maria de Fátima Lopes e Ana Louise de Carvalho Fiúza.

Este trabalho teve como objetivo analisar a pertinência dos critérios de seleção dos participantes dos cursos e treinamentos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), num espaço que pode ser considerado “cidade rural”. A pesquisa foi realizada em São Geraldo-MG, um pequeno município com uma população total de 7.716 habitantes. A pesquisa de campo seguiu a abordagem qualitativa, sendo utilizada a entrevista semiestruturada para coleta de dados e técnicas de análise de conteúdo para tratamento dos mesmos. Foram entrevistados 22 participantes dos cursos de Transformação Caseira de Produtos de Origem Animal em Embutidos e Defumados, Produção de Derivados do Leite e Produção de Conservas Vegetais, Compotas, Frutas Cristalizadas e Desidratados. O referencial teórico foi construído a partir do pensamento de autores contemporâneos, que foram trazidos à reflexão com o intuito de se buscar compreender que o espaço rural deixa de ser um espaço exclusivamente agrícola, porque novas ocupações econômicas emergem desse espaço, através de um produtor rural pluriativo que combina a atividade agrícola com a não-agrícola, dentro e/ou fora da propriedade, para complementar a renda familiar e gerar ocupação para os membros da família. A pesquisa revelou que muitas pessoas inscritas que exerciam atividades que se

“enquadravam” no perfil de rural exigido pelo SENAR, não se encontravam no espaço dito rural, e sim dentro do perímetro urbano de São Geraldo. Revelou ainda que nem sempre a ocupação desse participante no curso estava de acordo com o descrito na ficha de inscrição que é enviada para o SENAR. Os resultados da pesquisa mostraram que são reais as dificuldades encontradas pelos participantes dos cursos para colocar em prática os ensinamentos veiculados. As limitações de ordem financeira foram freqüentemente citadas, juntamente com as dificuldades de ordem estrutural. Ambas as questões apontaram para a necessidade de o SENAR buscar conhecer as razões práticas e o “sistema cognitivo” que fundamentam a mentalidade e as práticas dos moradores de cidades rurais, como São Geraldo.

ABSTRACT

GOMES, Silvane Guimarães Silva, M.S. Universidade Federal de Viçosa, March, 2005.
The role of SENAR in district of São Geraldo – MG: The delimitation consequences analysis between rural and urban area. Adviser: Neide Maria de Almeida Pinto. Committee members: Maria de Fátima Lopes and Ana Louise de Carvalho Fiuza.

This work has aimed to exam the relevancy criterion in selecting participants of training courses in SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) in a place that can be considered “ rural city”. This research was held in São Geraldo – MG, in a small district with the total population of 7.716 inhabitants. This field research has followed the qualitative approach, being the semi-structured interview for collecting data used and techniques of analyses in context for treatment of themselves. We interviewed 22 participants in these courses like Home transformation courses of animal origin products in inlay products and smoked products, dairy products and canned vegetal production, canned fruits, cristallyzed and dehydrated fruits. The theoretic referential was built as from the idea of contemporaneous authors that were brought to reflexion with the purpose of trying to understand that the rural space let to be a unique agricultural space, because new economic occupations merge in this space through a plurative rural producer that combines the agricultural activity with a non-agricultural activity in and out of the property to add the familiar budget and create occupation for all the family members. The research has shown many persons that were enrolled and were practicing activities that “fit in” in the rural profile demanding by SENAR, not find in a rural space and find in the urban perimeter in São Geraldo. It has shown yet that not always the occupation of this

participant in the course was in accordance with the description in the registration that is sent to SENAR. The research results have shown that the difficulties for the participants of these courses when they are trying to put into practice the lessons transmitted are actual. The financial limitation was frequently mentioned, together with the difficulties of structural order. Both questions pointed out for the necessity of SENAR try to know the practice reasons and the “cognitive system” that proofs the mentality and the practice of the persons that live in rural cities, like São Geraldo.

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Das motivações

O tema de estudo deste trabalho surgiu durante minha experiência enquanto instrutora no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a partir de questionamentos que foram emergindo. Tais questionamentos se voltaram naquela ocasião, sobretudo, à aplicabilidade e adequação dos cursos e treinamentos ministrados pelo SENAR e por outras instituições direcionadas à prática profissional do pequeno produtor rural¹. Acreditava que os cursos do SENAR pudessem não estar contemplando as mudanças que vem sofrendo o espaço rural brasileiro, especialmente quanto às diferentes atividades que atualmente permeiam este espaço. Em outras palavras, a noção de trabalho rural não remete somente às atividades agrícolas, o que justifica/reivindica novas teorias e visões a respeito do rural e da ruralidade².

¹ Entende-se neste estudo como pequeno produtor rural, o que Martins (2002) considera como camponês modernizado, empreendedor e comunitário, economicamente moderno e socialmente conservador, enraizado nas tradições locais e culturalmente religioso.

² O termo ruralidade é entendido nesse trabalho, como um modo de vida, novas identidades em construção. De acordo com Carneiro (1998), refere-se a uma revalorização da natureza que, através de processos complexos, revela uma urbanidade contemporânea que re-valoriza a vida no campo e a produção de alimentos saudáveis.

Portanto, meus pressupostos conduziram-me ao esforço de construção de uma reflexão mais aprofundada sobre a realidade social dos produtores rurais e de suas famílias. Acreditava que uma das vias possíveis para melhor compreender as lógicas embutidas nas suas ações poderia advir do maior conhecimento do seu modo de vida, seus valores, sua cultura, sua forma de organização social, suas relações de trabalho e sua lógica de inserção no mercado. A partir daí, poderia haver melhor entendimento das respostas dadas pelo pequeno produtor e sua família, face à aplicabilidade ou não dos conteúdos e práticas ministrados nos treinamentos e cursos do SENAR. Haveria uma correspondência dos cursos às necessidades do pequeno produtor rural?

No momento inicial do trabalho, tínhamos como proposta o desenvolvimento de uma análise sobre a atuação do SENAR no município de São Geraldo-MG, especificamente em relação às repercussões que os cursos e treinamentos, na área de agroindústria, proporcionavam aos que viviam do e no “meio rural”. Interessava-nos, particularmente, identificar as mudanças (caso houvesse) nas atividades produtivas das famílias “treinadas” pelo SENAR. A perspectiva de provocar mudanças é expressa claramente no que a instituição percebe como sendo a sua missão, conforme descrição abaixo:

“(…) Desenvolver ações de Formação Profissional Rural (FPR) e Promoção Social (PS), voltada para o *homem rural*³, contribuindo com sua profissionalização, integração na sociedade, melhoria da qualidade de vida e pleno exercício da cidadania”. “Formar e Promover o *homem do Campo*, aprender fazer, fazendo” (*Destaques nossos*). (SENAR, 1998, p. 12).

O princípio metodológico do SENAR enfatiza a necessidade de atuação através de um processo de ensino no qual a atividade prática se torna de vital importância à aprendizagem. Para isto, na ótica do SENAR, os locais escolhidos para a execução das ações sempre estão relacionados a uma situação real de trabalho, onde os treinandos participam “ativamente” e “assimilam” com maior rapidez o que lhes é repassado. Segundo o SENAR (1979), a aprendizagem é adquirida a partir daquilo que as pessoas vêem, escutam, discutem e, principalmente, praticam.

³ O termo “homem rural” é usado pelo SENAR para caracterização do trabalhador (a) rural, proprietário ou não, e sua família, que trabalha direta e pessoalmente a terra, residindo no meio rural (SENAR, 1998). Portanto, não assumo esta categoria como representativa da diversidade que o termo congrega. Assim, não desconheço que este termo agrega uma grande diversidade de atores sociais, de gênero, de peculiaridades etárias e religiosas etc.

Na avaliação dos princípios metodológicos do SENAR, surgiram outros questionamentos: o significado do termo “profissionalização” para o SENAR corresponde aos objetivos das pessoas que vivem no que se concebe como meio rural, ou seja, profissionalizar-se tem o mesmo significado e importância para as pessoas que vivem no e do “meio rural” que para o SENAR? O que é “proposto” nos cursos e treinamentos do SENAR é, de fato, uma “proposição”? A participação “ativa” do dito “homem rural” corresponde à realidade, como sugere o documento do SENAR? “Homem rural” pode ser considerado uma categoria plural, a qual expressa, realmente, os desejos e aspirações das pessoas que participam dos cursos? Ou, pelo contrário, o espaço de negociação dessas pessoas é extremamente pequeno, limitando-se a receber direcionamentos técnicos que, grande parte das vezes, são inadequados à sua realidade?

Nesse sentido, faz-se necessário evidenciar a pluriatividade⁴ como fator dinâmico e flexível, não podendo mais o rural ser analisado apenas pela sua dimensão agrícola. Não se pode esquecer que as comunidades rurais, os núcleos, povoamentos, as pequenas vilas ou cidades já são dotados de energia elétrica, saneamento e serviços com características próximas às dos centros urbanos, expressando um modo de vida que, embora tenha suas raízes no meio rural, já não corresponde a um modelo totalmente antagônico e estanque no tempo. O ambiente rural é reconstruído mediante uma diversidade de atividades e com processos produtivos que combinam diferentes tipos de saberes (WANDERLEY, 1999; 1989).

A consideração acerca do que o SENAR considera como rural constituiu, portanto, um outro objeto de nossa investigação. Em nosso trabalho de campo, começamos a perceber que o que o SENAR considerava como rural e urbano se baseava em critérios do senso comum, os quais caracterizavam como urbano, nas pequenas cidadezinhas, a “rua”⁵ e como rural, a “roça”.

⁴ A pluriatividade, refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. Ou seja, implica a prática combinada de uma atividade agrícola com outras não-agrícolas (SCHNEIDER, 1999; SILVA, 1999; KAGEYAMA, 1998).

⁵ Este termo “rua” e “roça” foi usado pelos moradores entrevistados da região de São Geraldo, – não sendo exclusividade somente dos que moram na “roça” mas também pelos da “rua” - para referir-se à cidade/urbano, e ao rural. Neste trabalho, faço referência à “categoria nativa”, roça e cidade, utilizada por Mejia (2004) ao estudar os moradores do assentamento do Incra em Paraty-RJ.

Observamos que, em São Geraldo, uma destas cidadezinhas de Minas Gerais, quando da seleção dos participantes para os seus cursos, este era o critério utilizado para diferenciar aqueles que eram da roça daqueles que eram da cidade. Todavia, nos perguntávamos: Mas, afinal, em São Geraldo, onde termina o rural e começa o urbano? Com base nessas observações de campo, lançamos como hipótese central de nossa pesquisa que há uma inadequação dos critérios de demarcação do SENAR entre o que é urbano e rural. A delimitação que o SENAR utiliza para selecionar o “homem rural” para seus cursos impede que muitas pessoas que vivem em uma “cidade rural”⁶, como São Geraldo, sejam inseridas dentro da perspectiva de qualificação do seu público-alvo. Nesse sentido, a própria concepção dos conteúdos dos cursos promovidos pelo SENAR podem estar muito fora da realidade e das necessidades de cidades rurais como São Geraldo.

Essa hipótese, fortemente carregada de empirismo, logo foi sendo reforçada pelas leituras dos estudos acerca do “Novo Rural Brasileiro”, com os quais íamos tomando contato no decorrer da pesquisa. Essas novas percepções acerca do rural levaram-nos à necessidade de uma re-adequação do projeto inicial da pesquisa e dos seus objetivos. Assim, tais reformulações nos levaram a ter como proposta analisar a pertinência dos critérios de seleção dos participantes dos cursos e treinamentos do SENAR em “cidades rurais”, bem como analisar a repercussão dos cursos e treinamentos para os participantes entrevistados de São Geraldo - MG, que foram “selecionados” para cursos que fazem parte da linha de ação definida pelo SENAR como Agroindústria. Dentro dessa área, foram escolhidos para este estudo os cursos de Transformação caseira de produtos de origem animal em embutidos e defumados; Produção de derivados de leite; Produção de conservas vegetais, compotas, frutos cristalizados e desidratados.

⁶ Trabalharemos mais adiante este conceito.

1.2. Do problema

No artigo, “Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo”, Abramovay (2000), ao discutir sobre ruralidade, afirma que:

“(…) O meio rural inclui o que no Brasil chamamos de cidades em proporções que variam segundo diferentes definições, abrindo caminho para que se enxergue a existência daquilo que, entre nós, é considerado uma contradição nos termos: cidades rurais” (2000, p.2).

Para o autor, existe uma diversidade no que diz respeito às novas definições do rural, ou seja, não existe um rural, mas, sim, uma concepção universalizada de meio rural, que habita o imaginário do senso comum. Mas, de acordo com seus estudos, existe um traço comum nos trabalhos europeus, norte-americanos e nas tentativas mais recentes da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO-ONU) onde o rural se define através, não de uma relação de oposição, e sim em sua relação com as cidades. Apontando para uma convergência da literatura mundial, este autor chama a atenção para três importantes características do que ele considera um território rural, além de critérios como o tamanho da população e sua densidade demográfica: a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano (ABRAMOVAY, 2000).

O autor demonstra, em suas definições, que certas cidades que são permeadas de características rurais podem ser designadas como cidades rurais, pela presença da ruralidade, ou seja, nessa transformação do território, a agricultura não constitui apenas um setor econômico tradicional, mas um *modo de vida* em que se valorizam as relações com a natureza e entre as pessoas, diversificando as formas de renda, preservando a biodiversidade, fortalecendo as manifestações culturais e outros valores humanos considerados caros à sociedade contemporânea (ABRAMOVAY, 2000).

Essa noção de ruralidade torna-se compreensível em um mundo fundamentado nos processos de industrialização. A ruralidade torna-se um valor ao qual o mundo contemporâneo atribui crescente importância, devido ao significado da preservação da biodiversidade e do estilo de vida cada vez mais procurado pelos habitantes dos grandes centros. Entretanto, a realidade parece se projetar de forma mais complexa, exigindo novas

maneiras de interpretação, que levem em consideração as particularidades do local. Neste sentido, concordamos com o autor, uma vez que acreditamos que as populações rurais de pequenos municípios⁷, como a exemplo do município de São Geraldo, caracterizam-se por uma ruralidade própria, onde existe uma *trama de relações* que identificam o território⁸ como rural. Se pensarmos o rural como território, estamos pensando um espaço onde as relações sociais são construídas historicamente. A esse respeito, Wanderley (2001), ao estudar as relações entre a pequena cidade e o mundo rural de pequenos municípios em Pernambuco, afirma que é importante definir algumas categorias de análise como a unidade territorial; as relações sociais de diferentes atores entre si e com diferentes fatores em um município rural; as relações de interconhecimento e suas diferentes formas de organização e de representação, para compreender as relações da cidade pequena com o mundo rural, bem como as suas dinâmicas de desenvolvimento.

A autora aponta a necessidade de se considerar, em cada caso, a trama social e espacial específica e as trajetórias de desenvolvimento que geram simultaneamente a dinâmica interna e externa dos pequenos municípios. Nesse caso, esta trama social e espacial é tecida pelo entrelaçamento de cinco dimensões complementares.

O exercício das funções propriamente urbanas atribuído a toda aglomeração, sede municipal, qualquer que seja o tamanho, e concentra as atividades administrativas, organiza e centraliza as atividades econômicas e sociopolíticas que expressam a referência e a identidade espacial local.

- A intensidade do processo de urbanização, na maioria dos pequenos municípios brasileiros é frágil, em função da concentração de atividades econômicas e de serviços nos médios e grandes centros urbanos e da, ainda insuficiente, rede de comunicações entre aglomerações de todos os tamanhos. No Brasil, o fato de ser pequeno, por vezes, significa ser precário do ponto de vista dos recursos disponíveis.

⁷ Buscamos ancoragem nos estudos de Veiga (2001) e Wanderley (2001), ao considerar nesse estudo, “pequeno município” aquele em que a população total não ultrapassa 20.000 habitantes. Além disso, nos baseamos também nos critérios de localização e densidade demográfica.

⁸ Uma discussão mais aprofundada sobre o tema foi desenvolvida na dissertação de mestrado de BLUME, Roni. Território e Ruralidade: A Desmistificação do fim do Rural. UFRGS – FCE – PGDR Porto Alegre – RS - 2004

- A presença do mundo rural é percebida através de indicadores como o peso da população rural, a presença de pessoas que, vivendo nas áreas urbanas, trabalham na área rural, e a proporção das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias sobre o conjunto das pessoas ocupadas no município, e a predominância das paisagens naturais e das relações sociais de interconhecimento.
- O modo de vida dominante é percebido através de suas manifestações “concretas”, o modo de vida constitui o conjunto dos processos de organização das respostas dos atores sociais à suas condições de vida; é a maneira que tem o ator de produzir sua vida a partir do que a vida fez dele.
- A dinâmica da sociedade local permite que o espaço social assim construído se complementa, por um lado, com referência às diferenciações sociais, os conflitos e as redes de alianças e associações, geradas especialmente pelas formas de uso e controle da propriedade da terra e do capital e pela estrutura do poder local; por outro lado, pela percepção deste espaço, tal qual reiterado pela memória coletiva, dos indivíduos, das famílias e dos grupos sociais, que também funciona como elemento constitutivo de uma identidade local.

Percebemos que em São Geraldo os vínculos com a roça manifestam-se no modo de vida dos habitantes da rua. Esse vínculo pode se dar através de contatos que se estabelecem com esse espaço, seja porque muitos moradores possuem um pedaço de terra, ou porque têm parentes que residem na roça como eles mesmos mencionam. Pode se dar ainda pela forma como eles representam esse espaço através da vivência do passado e pela relação direta com a natureza, pois São Geraldo ainda permanece como um ambiente *pouco artificializado*, usando o termo de Veiga (2002).

O caso de São Geraldo e de muitas outras pequenas cidades, consideradas urbanas pelo IBGE, revela uma experiência urbana, frequentemente frágil e precária, conforme mostraram os estudos de Wanderley (2001) e de Veiga (2002). Para esses autores, a maioria da população do Brasil vive nas zonas rurais dos pequenos municípios e, pelo menos, em algumas regiões, é majoritária em municípios com até 20 mil habitantes. Buscando outros parâmetros para a definição do urbano e do rural, Veiga (2002) define

três critérios para classificar um território rural: a localização, a densidade demográfica e o tamanho da população. Apropriando-nos dos critérios apontados por Veiga para a classificação do rural, poderíamos então considerar que São Geraldo tem características de cidade rural, definidas por condições socioeconômicas e territoriais significativamente relacionadas com os modos de reprodução social e pela ruralidade. Concordamos com a afirmação de Abramovay (2000) de que:

“(...) A idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (p. 28).

Para o referido autor, a agricultura, a lógica familiar, a cultura comunitária, a identificação com os ciclos da natureza são valores que vão identificar a ruralidade de determinada localidade. Abramovay argumenta ainda que, nos últimos anos, o que se tem visto é a revalorização das regiões interioranas como fontes de desenvolvimento associadas não só à manutenção da integridade ambiental e paisagística, mas, de uma enorme capacidade de organização para fazer destes atributos bases da geração de ocupação e renda, como, por exemplo, o turismo rural. (ABRAMOVAY, 2000).

Carneiro (1998, p.4), chama a atenção para a “possibilidade de novas formas de produção vir a se desenvolver no campo, num movimento de reorientação da capacidade produtiva para a população residente, que se expressa em um conjunto de novas atividades que se configurem como alternativas tanto aos movimentos de êxodo rural quanto ao desemprego urbano”. De acordo com Graziano da Silva (1999), o modo de vida no campo pode se transformar por intermédio dos novos hábitos de consumo, que se caracterizam pelas demandas urbanas, como energia elétrica, água tratada, televisão, internet, supermercados, entre outros.

Evidências empíricas dessas transformações têm apontado que atualmente muitas pessoas, principalmente de grandes centros urbanos, na busca por uma vida mais tranqüila, longe do *stress* e da violência da cidade grande, estão preferindo morar no “interior”, em pequenos municípios. Comumente, os pequenos municípios são considerados como locais onde há maior facilidade em ter contato mais direto com a natureza. Especialmente após a

aposentadoria, ou até mesmo enquanto ainda jovem, muda-se para o meio rural e ali se monta um *pesque e pague*, uma pousada, ou outra atividade.

Essas avaliações nos levam a enfrentar a discussão proposta por Abramovay (2000), que questionava como encarar a definição de meio rural sem encarar o seu desenvolvimento como sinônimo de urbanização. Para o autor, se o meio rural for apenas uma expressão, sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. Ainda nesta perspectiva, Wanderley (2001) afirma que os processos recentes de transformações nesses espaços não significam que seja o fim do rural nem a urbanização completa do campo. Essas transformações do rural são intensificadas pelas trocas materiais e simbólicas com o urbano, fazendo emergir uma *nova ruralidade*, sendo o espaço local, por excelência, o lugar de convergência entre o urbano e o rural. Para Carneiro (2000), mesmo reconhecendo a importância das mudanças no meio rural, como, por exemplo, mudanças em relação à re-orientação da sua capacidade produtiva, a integração do rural à economia global, ao invés de diluir as diferenças, pode até propiciar o reforço de identidades apoiadas no pertencimento a uma localidade.

Grossi et. al (2002), em seu estudo denominado o “Novo Rural”, chamam a atenção para as atividades de "fundo de quintal" ou “*hobbies*” pessoais que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Segundo este autor, atividades de agroindústria podem explorar pequenos nichos do mercado. Na perspectiva de apoiar e incentivar projetos de agroindústrias familiares, desenvolvidos pelo pequeno produtor rural, foram implantados, a partir da década de 70, vários programas e projetos que têm alcançado resultados considerados positivos. A exemplo disto, pode-se citar o Programa de Verticalização da Produção (PROVE⁹), implantado no Distrito Federal; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tem como objetivo dar apoio a atividades exploradas a partir do emprego direto da força de trabalho familiar, via concessão de financiamento em condições de custos favoráveis. Existem outros programas e instituições, tais como a

⁹ PROVE: Programa criado pelo Governo do Distrito Federal, que objetiva elevar a renda, agregar valor ao produto, gerar emprego e melhorar a qualidade de vida das famílias na área rural. Os pequenos produtores familiares contam com o apoio do Governo do Distrito Federal para a construção de suas agroindústrias, recebendo capacitação e treinamento que lhes proporcione: tecnologia de produção até a criação de embalagens dos seus produtos, que passam a se inserir competitivamente no mercado consumidor. Tudo dentro das normas, assegurando a sanidade e a qualidade de seus produtos indispensáveis à viabilização econômica de sua agroindústria (Duarte et. Al., 2000)..

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Organizações não-Governamentais (ONGs), como importantes “facilitadoras de processos de auto-desenvolvimento” por parte dos moradores das cidades rurais, visando, também, a melhoria das condições de vida das famílias.

1.3. SENAR: uma instituição facilitadora de processos de desenvolvimento endógeno?

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) foi criado pela Lei 8.315 de 23 de dezembro de 1991, nos termos do Artigo 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, onde previa sua criação nos moldes do SENAI e SENAC e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992. É uma Instituição de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e dirigida por um Conselho Deliberativo, de composição tripartite e paritária, por ser composto por representantes do governo, da classe patronal rural e da classe trabalhadora, com igual número de conselheiros. De acordo com documentos da instituição, este Conselho Deliberativo exerce a direção superior e a normatização das atividades do SENAR, no que se refere ao planejamento, estabelecimento de diretrizes, organização, controle e avaliação de toda a instituição. Foi ele que aprovou o Regimento Interno, no qual constam o detalhamento do Regulamento do SENAR, a estrutura organizacional e a função dos órgãos que a compõe. É constituído também por um Conselho Fiscal, responsável pela fiscalização de toda a parte financeira e orçamentária por uma Administração Central, que executa a administração da instituição, com sede em Brasília, mas existem Administrações Regionais em todos os estados brasileiros, funcionando como, órgãos de execução das ações de Formação Profissional Rural e Promoção Social, descentralizadas, vinculadas às respectivas Federações da Agricultura.

A administração regional de Minas Gerais, SENAR-MG, é uma entidade privada vinculada a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG). Foi criada no dia 7 de abril de 1993, atuando na realização gratuita de cursos, treinamentos, seminários, palestras e uma série de outros eventos que têm como finalidade “profissionalizar e melhorar a qualidade de vida da população rural” (BRASIL, 2003). De acordo com seus documentos, realiza seus cursos em situações reais de trabalho, ou seja,

nas fazendas, empresas agropecuárias e nas Escolas de Ciências Agrárias. Para isso, a entidade conta com um escritório em algumas cidades mineiras, com uma gerência responsável pela administração dos cursos e treinamentos. Para a realização dos cursos e treinamentos, esses escritórios regionais contam com facilitadores terceirizados (instrutores), capacitados para aplicar a metodologia da Formação Profissional Rural e da Promoção Social e conduzem os processos educativos nos eventos. Conta ainda com a figura do mobilizador, pessoa responsável por detectar as demandas de cursos e treinamento para o município.

Nesse formato, o SENAR tem como objetivo a execução de duas vertentes de trabalho: a Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS), para promover a “capacitação” do produtor, do trabalhador rural e de seus familiares, visando “à profissionalização e à melhoria da qualidade de vida da população rural”. Ambas as vertentes de trabalho apresentam o caráter educativo não-formal, participativo e sistematizado, abrangendo eventos programados no intuito de atender as necessidades e os interesses específicos de cada comunidade rural. Portanto, o SENAR é uma instituição privada, mas que se define com uma função pública. (BRASIL,1998)

Os recursos do SENAR são provenientes da Contribuição Previdenciária Rural (antigo FUNRURAL) e são obtidos através de um percentual aplicado na comercialização do produto rural. Este valor é arrecadado através da Guia de Recolhimento da Previdência (GPS), de acordo com as seguintes contribuições:

- Produtor rural pessoa física: quando vende seu produto para pessoa jurídica, ou quando comercializa sua produção diretamente ao consumidor pessoa física, deve pagar/recolher 2,3%; sendo 2,1% destinado ao INSS e 0,2% destinado ao SENAR. A alíquota destinada ao SENAR é de 0,2% sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização de produtos rurais.
- Produtor rural pessoa jurídica: a contribuição do produtor rural pessoa jurídica é de 2,85% sobre a comercialização da produção rural. O recolhimento é feito pelo próprio produtor rural, através da Guia da Previdência Social. A alíquota destinada ao SENAR é de 0,25% sobre o valor bruto da produção comercializada.

- Agroindústria: exceto as agroindústrias de piscicultura, suinocultura, cericultura e carcinicultura. Para fins previdenciários, entende-se como agroindústria os produtores rurais pessoa jurídica, cuja atividade econômica seja a industrialização de sua produção própria ou adquirida de terceiros. Neste caso, o valor a ser recolhido é de 2,85% sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção. A alíquota destinada ao SENAR é de 0,25% sobre o valor bruto do faturamento.
- Outros: sistema sindical - Sindicato de Produtores Rurais, Federações patronais e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - prestadores de mão-de-obra rural e agroindústrias de piscicultura, suinocultura, cericultura e carcinicultura recolhem sobre a folha de pagamento. A alíquota destinada ao Senar é de 2,5% sobre a folha de pagamento.

Tomando como referência a contextualização feita da instituição SENAR, especialmente no que tange aos seus objetivos e sua proposta, pode-se questionar:

- Na construção dos processos pertinentes à Formação Profissional Rural (FPR) e à Promoção Social (PS) do produtor rural, ele (produtor) participa realmente das ações ou o seu acesso lhe é permitido, geralmente, na condição de “receptor” da assistência técnica?
- Além, desta postura heterônoma face ao “homem rural”, traduzida nos “desencontros” na relação estabelecida entre o “homem rural” e a instituição de treinamento, o SENAR não se equivoca, também, quanto à caracterização do rural e do seu público potencial?

Essas discussões encaminham-nos a questões específicas deste estudo, a saber: qual é o critério de seleção para a participação nos cursos? Quem “pode” participar dos cursos? Quais os critérios utilizados para caracterizar quem é o “homem rural”? Onde ele está: na rua ou na roça? O perfil adotado para participar dos cursos do SENAR está adequado? Quais são os objetivos e as expectativas em fazer o curso? O curso está de acordo com a realidade dessas pessoas?

São estes os desafios que nos propusemos a enfrentar neste trabalho, na expectativa de que os resultados possam ser úteis para o aprofundamento da discussão sobre a

adequação dos cursos ministrados pelo SENAR no contexto do rural hoje: tanto no que diz respeito à sua clientela, como em relação às propostas dos seus cursos. Nessa nova perspectiva, as propostas dos cursos não devem restringir-se às atividades agropecuárias, mas deverão contemplar também a integração e o envolvimento em nível local de vários setores que possam dar sustentação ao dinamismo econômico da cidade-rural. Para tanto, deve-se valer da noção da multifuncionalidade¹⁰ dos espaços rurais e da pluriatividade, porque, como já mencionado, a noção de trabalho rural, atualmente, não se restringe às atividades agrícolas, abrangendo novas dimensões da vida no meio rural a partir das ruralidades presente na cidade rural.

1.4. Dos objetivos

Tem-se como objetivo geral nesse estudo, apontar possíveis incongruências do SENAR ao utilizar-se de uma concepção espacial que opõem e segrega a “roça”/rural da “rua”/cidade. Tal segmentação sócio-espacial será analisada no que diz respeito: 1) a forma como o SENAR seleciona os participantes para os seus cursos; 2) a adequação dos conteúdos propostos face às necessidades dos habitantes de uma cidade rural.

E como objetivos específicos, pretende-se:

- Analisar a coerência dos critérios de seleção dos participantes para os cursos do SENAR, no município de São Geraldo-MG, face a realidade do novo rural configurado neste local.
- Identificar e caracterizar o “trabalhador/produtor rural” do município de São Geraldo-MG, que participa dos cursos do SENAR na área de agroindústria, quanto à sua ocupação, e sua localização espacial, ou seja, se é residente na rua ou da roça;

¹⁰ A multifuncionalidade da agricultura é um termo que tem sido muito debatido, especialmente quando se trata de desenvolvimento rural. Neste caso tem várias funções. Além de produzir alimentos, as áreas rurais teriam outras funções como por exemplo a agricultura como atividade sócio-econômica e a preservação do meio ambiente e dos valores culturais. Para Carneiro (2004) “a multifuncionalidade da agricultura supõe uma abordagem que integre a agricultura a outras dimensões do social e do econômico, rompendo com o enfoque setorial e ampliando o campo das funções sociais atribuídas à agricultura.” CARNEIRO, Maria José. *Multifuncionalidade da agricultura: práticas alimentares e relações com a natureza*. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: CPDA, 2004.

- Detectar as motivações que justificam a participação dos moradores desse município nos cursos e treinamentos oferecidos pelo SENAR;
- Identificar a existência de mudanças após o treinamento, quanto ao seu modo de produção na agroindústria;

1.5. Da estruturação do trabalho

Estruturamos a dissertação da seguinte forma: No primeiro capítulo, apresentamos o problema da pesquisa com seus principais objetivos. A discussão foi construída a partir da ruralidade presente nos pequenos municípios, ressaltando-se os vínculos que o rural manifesta no modo de vida dos habitantes das cidades rurais. Evidenciamos as oposições rural/roça x cidade/rua, categorias usadas pelos entrevistados, em suas relações com este espaço.

No segundo capítulo, apresentamos a contextualização socioeconômica do município onde aconteceu a pesquisa. Em seguida, apresentamos o recorte metodológico que descreve detalhadamente as atividades desenvolvidas no campo, qual seja, o levantamento dos dados e a forma de execução da pesquisa. Para alcançarmos os objetivos propostos neste trabalho, optamos por realizar uma pesquisa de campo numa abordagem qualitativa. Como técnica de coleta de dados foi utilizada a entrevista semi-estruturada e, para analisarmos os dados obtidos, utilizamo-nos das técnicas de análise de conteúdo.

No terceiro capítulo, discorreremos sobre as discussões acerca do rural brasileiro, da “pluriatividade do agricultor” e da “multifuncionalidade da agricultura” nas diferentes posições defendidas por renomados autores como José Graziano, José Eli da Veiga, Maria José Carneiro, Sérgio Schneider, Maria Nazaré Wanderlei, Flávio Saco dos Anjos, Elena Saraceno, Ricardo Abramovay, dentre outros. Questionamos, no caso de São Geraldo, local de realização da pesquisa, os critérios utilizados pelo SENAR na definição do rural e as conseqüências dessa definição para o êxito da instituição em facilitar processos de desenvolvimento endógeno.

No quarto capítulo, discutimos a atuação do SENAR frente a atual realidade rural, através dos cursos que são oferecidos na Formação Profissional Rural (FPR) e na

Promoção Social (PS), buscando esclarecer em que perspectivas se apresentam os cursos, se dentro de uma lógica produtivista, concebendo o rural apenas como agrícola, ou se dentro da lógica da agricultura *part-time* ou da pluriatividade. Buscamos, ainda, construir o perfil dos participantes dos cursos na área da agroindústria em São Geraldo-MG, com o propósito de identificá-los e caracterizá-los na realidade desta cidade rural, levando em consideração a sua ocupação, o seu local de residência (se residente na rua ou na roça), bem como as motivações que justificavam a sua participação em tais cursos e a existência de evidências de mudanças no modo de vida das famílias, no seu modo de produção na agroindústria, após o curso.

No quinto e último capítulo, apresentamos as considerações finais sobre a pesquisa empreendida.

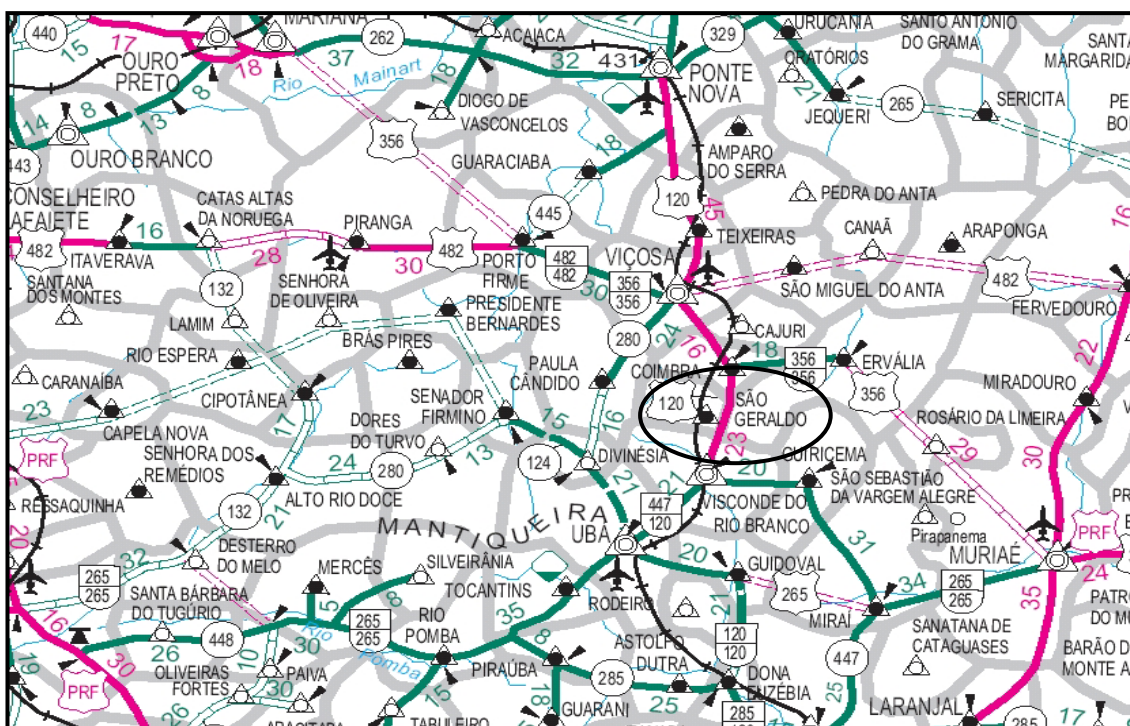
2. RECORTE METODOLÓGICO

Neste capítulo, foi feita, inicialmente, a contextualização socioeconômica do município de São Geraldo, local onde foi realizada a pesquisa. Em seguida, apresentamos e justificamos a metodologia empregada na pesquisa e detalhamos os procedimentos específicos utilizados na coleta de dados.

2.1. Contextualização Socioeconômica do município de São Geraldo

O município de São Geraldo está localizado na Zona da Mata Mineira, e apresenta limites com Rio Branco, Ervália, Coimbra, Guiricema, Paula Cândido. Está integrado à microrregião de Ubá -MG, distante a 308 km da capital, Belo Horizonte. Seu território corresponde a uma área de 189 km² e sua população total (urbana e rural) é de 7.716 habitantes. No mapa de Minas Gerais (Figura 1), destaca-se a localização do município de São Geraldo-MG:

Figura 1- Município de São Geraldo no mapa de Minas Gerais



Fonte: Quatro rodas

De acordo com os resultados preliminares do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, o município de São Geraldo conta atualmente com uma população equivalente a 7.716 habitantes, sendo que, dentre essa população, a maior parte reside na zona urbana, como podemos ver na tabela seguinte:

TABELA 1 – População do município de São Geraldo - MG, dividido em população residente na zona urbana e zona rural entre os anos de 1960 a 2000

Situação	Ano					
	1960*	1970	1980	1991	1996	2000
População Total	10.325	9.758	7.521	7.860	7.402	7.716
População Urbana	-	3.589	3.572	3.951	4.504	5.344
População Rural	-	6.169	3.949	3.909	2.898	2.372

Fonte: Publicação do IBGE - * Para o ano de 1960, só tem o dado de população total.

O município conta com 639 propriedades rurais sendo que, destas, 572 são consideradas pequenas propriedades, ou seja, com no máximo 50 ha. Observou-se que muitas dessas pequenas propriedades estão no entorno da sede municipal. São Geraldo é constituído administrativamente por dois distritos: o da sede e o de Monte Celeste. A economia do município baseia-se na produção agropecuária e tem o setor agroindustrial voltado para o beneficiamento e transformação de alguns produtos agrícolas e pecuários, como: café, eucalipto, bovinocultura de leite e corte e olericultura. Já as principais atividades produtivas em declínio são a cana-de-açúcar, suinocultura e avicultura. (IBGE, 2001). No aspecto financeiro, a arrecadação do município foi de 716.624 no ano de 2002 e desde 1999 teve um pequeno aumento, dado que podemos comparar na tabela que se segue:

TABELA 2 – Arrecadação do município de São Geraldo entre os anos de 1999 e 2002

Arrecadação Municipal - 1999-2002			
ANOS	ICMS	OUTROS	TOTAL (Reais Correntes)
1999	307.580	183.590	491.170
2000	333.106	214.189	547.295
2001	447.089	237.373	684.462
2002	430.462	286.162	716.624

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Embora a maior parte da população esteja concentrada na zona urbana de São Geraldo, a maior parte dessa população, ou seja, 885 pessoas, estão ocupadas no setor agropecuário, de extração vegetal e pesca. Como podemos ver na Tabela que se segue:

TABELA 3 – População ocupada por setores econômicos no município de São Geraldo no ano de 2000

População cupada por setores econômicos - 2000	
Setores	Nº. de pessoas
Agropecuário, extração vegetal e pesca	885
Industrial	1.025
Comércio de Mercadorias	280
Serviços	1.074
TOTAL	3.264

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Quanto às atividades econômicas de São Geraldo, segundo Cadastro de Empresas do IBGE – CEMPRE, as principais empresas industriais com 10 ou mais empregados em (2000) no município de São Geraldo, são fabricação de móveis e indústrias diversas: fábricas de móveis, fábrica de produtos alimentos e bebidas, fábricas de produtos de minerais não metálicos, dentre outras. Já na produção agropecuária, os principais produtos são cana e milho, como podemos ver na tabela a seguir:

TABELA 4 - Principais produtos agrícolas do município de São Geraldo no ano de 2002

Principais produtos agrícolas - 2002			
Produto	Área colhida	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)
Arroz em casca irrigado	1	4	4.000,00
Arroz em casca várzea úmida	20	50	2.500,00
Cana-de-açúcar	50	3.000	60.000,00
Café	280	286	1.021,43
Feijão (1ª.safra)	150	68	453,33
Feijão (2ª.safra)	200	160	800,00
Laranja	3	45	15.000,00
Milho	450	1.305	2.900,00
Tomate (de mesa)	9	495	55.000,00

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Na pecuária, a criação de galináceos é preponderante com o número de 205.000 cabeças, seguida pela criação de bovinos. Essa produção maior de galináceos se justifica pela presença da empresa PIF-PAF que está instalada próximo ao município.

TABELA 5 – Principais efetivos na pecuária no município de São Geraldo no ano de 2000

Pecuária - Principais Efetivos - 2000	
ESPECIFICAÇÃO	No. DE CABEÇAS
Asinos	1
Bovinos	8.900
Caprinos	130
Equinos	510
Galináceos	205.000
Muare	80
Ovinos	40
Suinos	1.800

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

De acordo com dados do IBGE, a maior parcela do Produto Interno Bruto, a preços correntes, tem suas origens no setor de serviços:

TABELA 6 – Produto Interno Bruto a preços correntes do Município de São Geraldo

Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes				
ANO	AGROPECUÁRIO	INDUSTRIA	SERVIÇO	TOTALR\$
1996	2.065	3.806	7.632	13.503
1997	2.146	4.180	8.163	14.489
1998	2.334	5.140	8.768	16.242
1999	3.462	5.764	8.960	18.186
2000	3.243	7.463	10.758	21.464

Fontes: Fundação João Pinheiro (FJP) Centro de Estatística e Informações (CEI)

São Geraldo faz parte do pólo moveleiro de Ubá. Trata-se também de um município com tendência crescente para a pluriatividade rural, apresentando atividades como pesque e pague, pequenas agroindústrias de derivados de leite, rapadura e aguardente. A razão da escolha por esse município se deu pelo número expressivo de cursistas, cento e treze, que participaram dos treinamentos e cursos de qualificação profissional na área de agroindústria animal e vegetal, oferecidos pelo SENAR. A realização da pesquisa de campo se deu em três etapas que serão descritas ao longo deste texto.

2.2. Procedimentos Metodológicos

Para alcançar os objetivos propostos, trabalhamos com duas fontes de dados: a primeira, secundária, a partir de pesquisa documental¹¹ das informações registradas nos relatórios de conclusão dos treinamentos fornecidos pelo SENAR-BH e escritório regional SENAR de Viçosa-MG. Nos relatórios e fichas de inscrição, foi possível encontrar informações sobre a data e identificação do curso; especificação do conteúdo e respectiva carga horária; um comparativo entre o que foi planejado e o que foi executado pelo instrutor; a avaliação sobre o local; os recursos instrucionais encontrados e a atuação do mobilizador; a relação de todos os participantes “aprovados”, ou seja, aqueles que receberam certificado após o treinamento e dados pessoais dos inscritos. Dentre as informações das fichas de inscrição a respeito dos participantes dos cursos, algumas foram fundamentais para o questionamento sobre a pertinência dos critérios de seleção. Destacamos neste estudo as mudanças havidas nas informações sobre a ocupação do participante.

Assim, nas fichas de inscrição dos anos anteriores a 2001, havia duas opções para o preenchimento: trabalhador rural (empregado, autônomo ou desempregado) e produtor rural. Para os cursos realizados de 2001 a 2003 as fichas de inscrição foram acrescidas de outras opções que evidenciavam a presença (ou a sua menção) de "outros" participantes dos cursos e treinamentos do SENAR, a saber: esposa de trabalhador rural; filho (a) de trabalhador rural; esposa de produtor rural; filho (a) de produtor rural. Estas informações “deveriam” revelar a ligação do participante com o rural. No entanto, o que se “revelou” durante a pesquisa de campo é que nem sempre o que estava descrito nas fichas de inscrição correspondia à “verdade” sobre a ocupação e o endereço do participante no curso.

¹¹ Quanto aos documentos pesquisados fornecidos pelo SENAR, foram: registros e relatórios dos cursos ministrados entre os anos de 1998 e 2003 nas áreas de “Produção de Derivados de Produtos Animal e Vegetal”, bem como na “Transformação de Produtos de Origem Animal (carne e leite)” e na “Transformação de Vegetais”, plano instrucional dos cursos, ficha de inscrição dos participantes, relação dos participantes, folha de presença nos cursos, questionário de avaliação pelo participante (não teve para todos os cursos ministrados), relação de eventos por instrutor, conteúdo programático da atividade de promoção social, manual de orientações para a formação profissional rural e a promoção social (SENAR, 2004).

Verificamos, pois, a existência de pessoas que participaram dos cursos que diziam "nunca terem morado no meio rural", nem se consideravam produtor (a) rural ou trabalhador (a) rural, o que contradizia as informações constantes nas fichas de inscrição. É interessante percebermos que, ainda que burlasse as informações, a fim de completar as vagas oferecidas para os cursos, o mobilizador demonstrava sua intuição face ao equívoco do SENAR para definir seu público-alvo. A figura do mobilizador tem importância no SENAR, uma vez que ele detecta, junto aos moradores rurais, a demanda por cursos, e agiliza o processo para que o curso aconteça. Para o mobilizador de São Geraldo, os moradores da rua ou da roça não tinham distinção, por se tratar de moradores de um mesmo espaço. Percebemos isso mais claramente nas formas de sociabilidade existentes em São Geraldo: o contato com parentes, amigos; os comportamentos "típicos" daquele espaço; confirmava o que Veiga (2001) destacava em seu artigo: "O Brasil rural vai além da agropecuária", afirmando que:

“(...) Tende a ser cada vez mais freqüente que os agricultores tenham dupla moradia. Pequenos empreendedores e profissionais liberais, como lojistas, taberneiros, alfaiates ou dentistas, todos têm um “pé na roça” quando vivem em municípios rurais...”
(VEIGA, p. 68)

A segunda fonte de dados da nossa pesquisa foi primária. Obtivemos informações através das visitas domiciliares, das observações e entrevistas realizadas, utilizando-nos de um roteiro com questões semi-estruturadas. Dessa forma, além dos dados secundários e quantitativos, foram utilizados dados primários qualitativos. Esta pesquisa foi construída, portanto, dentro de um delineamento qualitativo, ainda que se apóie também em dados quantitativos secundários para fundamentar as suas afirmativas e auxiliar na análise de seus resultados. Minayo (1994) afirma que a pesquisa qualitativa pode buscar compreender questões que não podem ser quantificadas, tais como: motivos, aspirações, costumes, crenças, traços culturais, valores e atitudes, os quais não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados, das ações e relações humanas em um lado não-perceptível e não captável das equações, médias e estatísticas. Entretanto, Minayo (1994) afirma que o conjunto de dados quantitativo e qualitativo não se opõe; pelo contrário, complementa-se, pois a realidade abrangida por eles interage, dinamicamente.

2.3. Inserção ao “campo” empírico

Inicialmente, após uma leitura criteriosa de todo o material informativo (fichas de inscrição dos cursos, relatórios, plano instrucional etc) referente aos cursos ministrados em São Geraldo, procuramos compor o universo de análise do estudo, utilizando os registros das fichas de inscrição para os cursos ministrados entre os anos de 1998¹² a 2003, nas áreas de “Produção de derivados de produtos animal e vegetal”, “Transformação caseira de produtos de origem animal (carne e leite)” e de “transformação de Vegetais”. Esses registros evidenciaram um total de cento e treze participantes, que haviam feito curso na área de agroindústria, podendo ainda acontecer de uma mesma pessoa ter tido participação em mais de um curso.

Para definir a amostra da pesquisa foi traçado o perfil de todos os participantes, de acordo com a sua ocupação, a partir dos registros que constavam na ficha de inscrição de cada curso. Assim, dos cento e treze participantes dos cursos do SENAR, foi feita uma subdivisão por grupos, conforme os critérios que constavam nas fichas de inscrição: 1) autônomo; 2) pequeno produtor; 3) pequena produtora; 4) filha de pequeno produtor; 5) filho de pequeno produtor; 6) esposa de pequeno produto; e 7) empregado rural. A composição da amostra foi feita aleatoriamente, por sorteio, de acordo com a categoria a que cada um dos cento e treze participantes do curso pertencia. Todos os nomes sorteados foram organizados em uma lista com as respectivas categorias e caso. Posteriormente, se constatasse a impossibilidade de um dos sorteados para a entrevista, um novo sorteio da categoria em questão seria feito. Dos sete grupos estabelecidos, foi retirada uma amostra de 20%, o que totalizou vinte e duas pessoas a serem entrevistadas, contemplando todas as categorias, como mostra a tabela a seguir.

¹² O ano de 1998 consta dos registros dos primeiros “treinamentos” na área de agroindústria no município de São Geraldo/MG, oferecidos pelo SENAR/MG.

TABELA 7 – N° de componentes da amostra para entrevista, segundo a ocupação e a situação na família

Ocupação/categoria	Total encontrado	Amostra de 20% a ser entrevistado
Autônomos	20	04
Pequeno produtor	17	03
Pequena produtora	23	05
Filha peq. produtor	09	02
Filho peq. produtor	17	03
Esposa peq. produtor	22	04
Empregado rural	04	01
Total	113	22

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

Após a primeira investigação documental, foram estabelecidos os contatos com a pessoa responsável pela seleção dos “candidatos” aos cursos do SENAR em São Geraldo, que também atuava como presidente do sindicato rural daquele município. As muitas atribuições dessa pessoa retardaram um pouco a ida da pesquisadora a campo, mas tão logo estabelecido o primeiro contato com o mobilizador, ocasião em que foi explicado o objetivo da pesquisa e das entrevistas, o trabalho fluiu muito bem. Os contatos e as entrevistas com os participantes dos cursos tiveram início em maio de 2004. Ainda nesta etapa ficou definido que o mobilizador acompanharia a pesquisadora às entrevistas, uma vez que ele conhecia todas as pessoas participantes dos cursos e o local de residência das mesmas. Importante ressaltar que a colaboração e a disponibilidade do mobilizador foram fundamentais para o encaminhamento da pesquisa, além dos rebatimentos que os propósitos desta pesquisa tiveram na figura do mobilizador.

Ao tomar conhecimento dos objetivos da pesquisa e dos nomes das pessoas sorteadas em cada categoria, ficou evidente a preocupação do mobilizador. Sua preocupação justificava-se pela “inserção urbana” que grande parte dos sorteados tinha. Muitas das pessoas a serem entrevistadas residiam ali mesmo na “cidade”, ou seja, dentro da chamada rua e estavam empregadas em lojas, fábricas de móveis, em abatedouro, como donas de casa, ou haviam se empregado nas cidades vizinhas. Essas ocupações “urbanas” fugiam aos critérios estabelecidos pelo SENAR para a seleção dos candidatos aos seus cursos, o que justificava o receio do mobilizador. Já de início o mobilizador sugeriu outros

nomes que, de acordo com ele, “contribuiriam mais” para a pesquisa: “pessoas que estavam atuando na área agrícola”, “que tinham alguma atividade pertinente ao curso que foi ministrado” e que “residiam na zona rural” ou seja, na roça, conforme sua definição. A pesquisadora descartou esse sugestionamento, explicando que o que interessava à pesquisa era justamente entrevistar as pessoas sorteadas que fizeram os cursos do SENAR, e não escolhê-las a partir de critérios pré-estabelecidos que “encaixassem-nas” numa maior inserção rural – a partir das atividades que exerciam ou pelo local onde moravam – a roça – ou ainda pela facilidade de encontrá-las. Assim, seguindo-se a lista dos sorteados, iniciou-se o agendamento das visitas para as entrevistas.

Por intermédio do mobilizador, foram feitos o contato e o agendamento com as pessoas selecionadas para as entrevistas, bem como a exclusão daquelas que não estavam residindo mais no local ou que já haviam falecido¹³. Para os casos de impossibilidade de contato com as pessoas, procedeu-se a um novo sorteio até a definição de quem seria entrevistado. A partir dessa etapa, construiu-se um roteiro básico que passou por um pré-teste. Para este pré-teste, foram selecionados pelo mobilizador cinco informantes em função da facilidade de localização dos mesmos. Nessas cinco entrevistas-piloto, avaliou-se a pertinência e a consistência das questões. As alterações do roteiro se deram, principalmente, na ordem dos temas abordados. A partir daí, iniciaram-se as entrevistas, que nem sempre se realizavam no primeiro encontro, resultando em um freqüente re-acerto da agenda. Há que se salientar que nenhuma pessoa recusou-se a participar da entrevista, e que cada participante selecionado foi entrevistado pela pesquisadora, não tendo interferência ou participação do mobilizador no momento das entrevistas.

Nas idas e vindas ao campo, acompanhada do mobilizador, surgiu uma nova situação que exigiu outro direcionamento da própria pesquisa. A preocupação do mobilizador foi quanto ao perfil de alguns entrevistados, já que havia incoerências entre a realidade e as informações que constavam da ficha de inscrição, sobretudo em relação à ocupação e ao endereço de algumas pessoas selecionadas para a entrevista. Na prática, o SENAR recebia as fichas de inscrição em que constava um perfil de acordo com suas exigências. No entanto, na realidade, essas informações não correspondiam com a “verdade” de todos os participantes. Esse “drible” do mobilizador foi justamente o que nos

¹³ Na ocasião do sorteio, cinco pessoas foram excluídas: uma que havia falecido e quatro que não residiam mais no município.

levou aos questionamentos relacionados aos critérios de seleção dos participantes que o SENAR utilizava para os seus cursos, em contraposição aos “estabelecidos” na prática pelos seus mobilizadores. Haveria, pois, uma incongruência dos critérios estabelecidos pelo SENAR face à realidade de algumas localidades? Essas inquietações levaram-me a analisar os critérios estabelecidos pelo SENAR para demarcar o rural do urbano, o que constituiu as principais categorias de análise desse estudo.

A maioria das entrevistas aconteceu na residência dos entrevistados, com dia e hora previamente marcados¹⁴. De acordo com Alencar (1999), a utilização da entrevista é uma técnica que possibilita desvendar questões inesperadas e leva-se a conhecer o “interior” de toda uma realidade social, partindo da experiência vivida pelo entrevistado, cuja maneira de ver e de sentir o mundo pode ser muito diferente da do entrevistador. Segundo este mesmo autor, esta técnica pode constituir-se em um dos principais instrumentos na coleta de dados, pois a entrevista possibilita ao entrevistado a manifestação de suas opiniões, seus pontos de vista e argumentos. Técnica esta que exigiu grande habilidade no sentido de estimular o aprofundamento dos depoimentos, sem induzi-los. Para Alencar (1999), este é um método considerado demorado, mas o entrevistador se expressa mais livremente, conseguindo recolher dados qualitativos como, por exemplo, emoções. A presença do mobilizador foi fundamental nessa fase da pesquisa, no sentido de facilitar o primeiro contato e a aceitação dos informantes que, mesmo tendo a privacidade “invadida”, mostravam-se muito cordiais em todos os encontros.

Procuramos, durante as entrevistas, fazer observação do todo, fazendo um registro mental das impressões daquele momento e, posteriormente, essas observações eram anotadas em um caderno de campo. Essas anotações lembravam as condições em que foram feitas as entrevistas (onde, quando, quem, o que, como), além das observações e reflexões que ocorreram durante a ida a campo, servindo, posteriormente, de complemento dos depoimentos como uma forma de lembrar aquele momento. No cômputo geral, as entrevistas tiveram uma duração média de trinta e dois minutos, sendo que algumas extrapolaram sessenta minutos e outras ficaram em torno de quinze minutos, totalizando onze horas e vinte e cinco minutos gravados.

¹⁴ Algumas vezes, em função da impossibilidade de um contato anterior para agendamento, a entrevista aconteceu sem esse contato prévio.

Vale ainda ressaltar que a utilização do roteiro de entrevistas não seguiu a rigidez de perguntas e respostas, nem a seqüência pré-ordenada nos questionamentos no sentido de não interferir nos depoimentos. Durante a entrevista, procurou-se dar oportunidade ao entrevistado de manifestar sua opinião da maneira mais natural possível e da forma que lhe conviesse, ressaltando os sentimentos em relação ao treinamento realizado e a respeito das principais modificações ocorridas ou não. Outro aspecto importante foi à preocupação com o “outro” estudado, procurando-se, antes das entrevistas, explicar o objetivo da pesquisa e garantir que as informações seriam de caráter sigiloso e, por isso, seus nomes estariam mantidos em anonimato.

Em todas as entrevistas, fez-se o uso do gravador para registro das informações sem nenhuma restrição por parte do entrevistado, sendo autorizado o seu uso por todos. Em apenas três casos, onde o entrevistado se mostrou muito tímido para falar, o gravador foi desligado, e procurou-se contornar a situação com a mudança de foco da conversa, para algo que valorizasse aquele momento, como, por exemplo, um elogio à casa, aos filhos, aos animais, coisas que estivessem ao alcance visual e que fizesse parte da vida do entrevistado. Isso levou o entrevistado a se interessar, melhorando assim a tensão e timidez inicial. A partir daí a entrevista fluía com sucesso, mesmo usando o gravador que acabava sendo autorizado por eles – *“pode usar, não tem importância não!”* É preciso dizer que essa relação de “poder” que se estabelece entre pesquisador e entrevistado interfere de forma objetiva e subjetiva por parte de ambos. Lembrando Malinowski (1978), há uma série de fenômenos de suma importância que, de forma alguma, pode ser registrada apenas com o auxílio de um questionário ou documentos estatísticos, mas deve ser observada em sua plena realidade. O autor chama esses fenômenos de “imponderáveis da vida real” (1978, p. 33).

Numa terceira etapa da pesquisa foram feitas as transcrições na íntegra das entrevistas gravadas. As transcrições procuraram manter a originalidade das falas, sem fazer reedição, sem ajustes gramaticais ou de concordância. É evidente que a espontaneidade da linguagem oral não irá transparecer totalmente na transcrição. Assim, procurou-se manter a proximidade possível do oral na transcrição, na busca de evitar aquele “algo de planejado” típico da escrita. Por esse motivo, as falas que são colocadas no *corpus* dessa dissertação mantêm, ao máximo, as próprias expressões dos informantes na sua maneira de expressar as idéias. Em média, foram necessárias oito horas para

transcrever cada hora gravada, chegando a um total aproximado de noventa e duas horas de transcrição. Esse processo demandou muita paciência e cautela por parte da pesquisadora para que a transcrição fosse o mais fidedigna possível às falas dos entrevistados.

No processo de transcrever as falas, nota-se verdadeiramente as diferenças entre o oral e o escrito. Na ocasião das transcrições, tivemos a oportunidade de posicionarmos tanto no interior como no exterior dessa experiência que, de acordo com Queiroz (1991, p.85), “o cotidiano está sempre presente nas narrativas; a brevidade ou o exagero dos relatos, além de permitir o seu conhecimento, leva diretamente ao conhecimento das mentalidades, dos universos de pensamento, que também são objetos da pesquisa”. Ao escrever as falas, por vezes, tivemos a tendência de utilizar os operadores de conexão nas frases, o que não aconteceu nas falas, onde as seqüências frasais foram freqüentemente justapostas, o que poderia tornar a leitura incompleta. Isto ficou claro durante as entrevistas, onde a conversa ficava clara, porque acontecia o ajuste espontâneo dos interlocutores ajudado por expressões faciais, gestos, entonação, entre outros.

Durante as transcrições procurou-se de imediato ir assinalando características e idéias interessantes para análise, de acordo com o objetivo da pesquisa e de acordo com as particularidades no modo de decodificação e com o contexto e condições situacionais. Destacaram-se as informações quanto a sexo, idade, estado civil, escolaridade, ocupação e local de residência, que caracterizavam o perfil dos entrevistados como dados importantes do universo da pesquisa. No que se refere à fase de análise discursiva das falas transcritas, esta se constituiu no *corpus* da dissertação e aparece com menos intensidade no primeiro, segundo e terceiro capítulos e com mais intensidade no quarto capítulo, com a redação de um texto contendo a descrição dos dados obtidos a partir de informações extraídas das entrevistas, constando, ainda, da análise e interpretação dos dados através do confronto da teoria com os dados da pesquisa, de forma a obter algumas considerações e possíveis recomendações sobre o nosso tema.

3. O URBANO E O RURAL FACE AO FENÔMENO DA PLURIATIVIDADE E DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA

Este capítulo apresenta os pressupostos teóricos metodológicos para fundamentar os questionamentos acerca dos critérios e referências utilizados pelo SENAR na demarcação dos limites entre o espaço urbano e rural, no município de São Geraldo-MG. A perspectiva de análise aqui apresentada buscou ancoragem nas discussões acerca do rural brasileiro, da pluriatividade do agricultor e da multifuncionalidade da agricultura nas diferentes posições defendidas por renomados autores como José Graziano da Silva, José Eli da Veiga, Maria José Carneiro, Sérgio Schneider, Maria Nazaré Wanderlei, dentre outros.

Questionamos, no caso de São Geraldo, a forma como o SENAR define o rural, a partir do perfil exigido para os participantes dos seus cursos: é correto se considerar o rural apenas como a roça? A partir desse questionamento e à luz dos argumentos de autores como Veiga, sugere-se que, no caso de São Geraldo, como tantas outras cidades rurais do Brasil, a mobilização dos participantes, para os cursos e treinamentos do SENAR não deveria se estabelecer a partir de critérios do senso comum como a demarcação do rural como sendo a roça e do urbano como sendo a rua.

Também não se deveria considerar os critérios normativos legais que definem como urbano todo povoado que tenha uma sede municipal, independentemente do número de habitantes que esta sede tenha. A posição defendida por Veiga (2002) é a de que nas “cidades rurais” tal distinção se faz inadequada já que se trata de uma “cidade-rural” e, nesse caso, os habitantes da rua ou da roça são habitantes de um mesmo espaço, a “cidade rural”. O autor propõe que, a partir de critérios como a localização, o tamanho da população e a densidade demográfica, os municípios com menos de 50 mil habitantes e com menos de 80 hab/Km² sejam considerados municípios de pequeno porte.

Alguns países utilizam o critério quantitativo - número de habitantes - para diferenciar cidade, aldeia, povoado ou campo. Outros se apóiam na legalidade administrativa ou governamental, como é o caso da maioria das vilas e cidades do Brasil, cujos “lugares urbanos” são designados sobre uma base legal-administrativa, onde toda sede de município é denominada cidade. Os critérios utilizados para designações de vilas e cidades que se restringem ao uso único do parâmetro número de habitantes e, ou à

legalidade dos propósitos de governos administrativos são severamente criticados até mesmo pela Organização das Nações Unidas. Segundo a Organização, este último critério tem um agravante: além de variar de lugar para lugar, raramente reflete as mudanças da população.

Segundo os critérios do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), (1999), no Brasil, é considerada urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). Adota-se, nesse caso, o critério político-administrativo, a influência de interesses fiscais e o arbítrio dos poderes municipais que permite um aumento da base tributária e, conseqüentemente, maior volume dos recursos que migrarão para as prefeituras. Segundo esses critérios de classificação, considera-se área urbana, toda área de vila ou de cidade, caracterizada por construções, ruas e com intensa ocupação humana, bem como as áreas que sofreram modificações decorrentes do desenvolvimento urbano. Ou seja, rural é aquele espaço que não se enquadra como urbano, sendo definido em função somente das suas carências, não se levando em conta as suas características peculiares (VEIGA, 2002).

A origem da regra para a definição de cidade está num decreto-lei 311/1938, criado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, pela promulgação da Lei do Perímetro Urbano. A partir dessa regra, estatisticamente, o Brasil em 2000 atingiria um grau de urbanização de 81,2%. O mais interessante é que essa porcentagem passaria para 90% em 2010 e, antes de 2030, a população rural já não existiria, sendo o Brasil um país totalmente urbanizado. Contrapondo-se a esse prognóstico, José Eli da Veiga (2002), no seu mais recente livro “Cidades Imaginárias”, chama a atenção para o fato de que o Brasil é “menos urbano do que se calcula” e que o rural é necessariamente territorial e não setorial. Ainda para esse autor, enquanto esse decreto estiver em vigor, a contagem porcentual da população brasileira vai sempre tender a anular o rural, pois quem dita as fronteiras do rural e urbano são as decisões das Câmaras Municipais, que definem o que é rural e urbano no nosso país.

Conforme discute Eli da Veiga, essa visão de rural setorial se coloca mais presente nos critérios brasileiros que identificam como urbana toda e qualquer sede de município e até as sedes distritais, conforme os critérios do IBGE. Esses critérios classificam como área urbana sedes de municípios muito pequenas, algumas com população inferior a dois mil habitantes, chegando quase ao extremo em algumas sedes distritais¹⁵. De acordo com o

¹⁵ Em relação ao uso desses critérios, Veiga cita que um caso extremo está do Município de União da Serra, no Estado do Rio Grande do Sul, onde nessa “cidade” vivem somente 18 pessoas. (Veiga, 2002:32)

autor, essa distorção leva a denominar cidade o que na realidade não passa de aldeias, povoados e vilas, resultando numa superestimação do grau de urbanização do Brasil. Se usarmos outra regra para definição do rural/urbano, como, por exemplo, não considerar urbanos os moradores de municípios com menos de 20 mil habitantes, já cai para 70% o grau de urbanização do Brasil. O uso combinado dos critérios de tamanho do município, densidade demográfica e sua localização, permitiria a diferenciação entre urbano e rural, pois, para esse autor,

“(…) A grande vantagem desse critério é a simplicidade. Todavia, há muitos municípios com menos de 20 mil habitantes que tem altas densidades demográficas, e uma parte deles pertence a regiões metropolitanas e outras aglomerações. Dois indicadores dos que melhor caracterizam o fenômeno urbano. Ou seja, para que a análise da configuração territorial possa de fato evitar a ilusão imposta pela norma legal, é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização...” (2002, p.33).

Nesse sentido, o autor mostra que sua proposta é inspirada em metodologias da OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico) - onde os países mais avançados utilizam o cruzamento de patamares populacionais com critérios de localização e densidade demográfica para definirem o que é rural e urbano¹⁶. Baseado em estudos como o do IBGE (1999), “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil”, Veiga afirma que “não há habitantes mais urbanos do que os residentes nas 12 aglomerações metropolitanas, nas 37 aglomerações e nos outros 77 centros urbanos” do Brasil. Estaria nessa “teia urbana”, formada por 455 municípios desses três tipos de concentração, o Brasil “inequivocamente urbano”, com 57% da população brasileira morando na rede urbana. Mas não significa que todo o restante da população seja rural.

De acordo com Veiga, na verdade, há um grande número de municípios que não se pode dizer se é urbano ou rural. São municípios que estão no “meio-de-campo”. Portanto,

¹⁶ Ao propor essa divisão do território brasileiro, Veiga mostra que realmente se inspirou na classificação da OCDE, que considera como “regiões rurais” onde a densidade da população é inferior a 150 habitantes por Km², exceto para o Japão onde passa para 500 habitantes por Km². Para facilitar a análise, as 2.000 regiões da OCDE foram re-agrupadas em três sub-categorias de acordo com a parte da população regional que vive nas “regiões rurais”, da seguinte maneira: regiões “Essencialmente Rurais” (ER): áreas de fraca densidade demográfica, onde em mais de 50% da área regional a densidade demográfica é inferior a 150 habitantes por Km²; “Relativamente Rurais” (RR): áreas de média densidade demográfica, onde entre 15% e 50% da população vive em áreas onde a densidade demográfica é inferior a 150 habitantes por Km²; “Essencialmente Urbanas” (EU): áreas de alta densidade demográfica, onde menos de 15% da população vive em áreas onde a densidade demográfica é inferior a 150 hab/Km² (Ou seja, 85% da população vive em áreas onde a densidade demográfica é superior a 150 hab/Km²). Segundo esta definição, em torno de um terço da população dos países da OCDE (35%) vive nas comunidades rurais (“essencialmente” ou “relativamente” rurais) representando mais de 90% do território coberto pelos integrantes da OCDE (Schneider 2000).

cerca de 5.052 municípios precisariam ser distinguidos como pertencentes ao Brasil rural ou como situados no meio-de-campo. Para isso o critério da densidade demográfica seria decisivo, pois caracterizaria áreas rurais pelo seu número populacional menor, afirmando que quanto menor a pressão antrópica no meio ambiente, menor será a artificialização do ecossistema favorecendo para que esse local seja rural.

“(…) É ela que estará no âmago do chamado “índice de pressão antrópica”, quando ele vier a ser construído... é o indicador que melhor refletiria as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas... nada pode ser mais rural do que as escassas áreas de natureza intocada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação do homem do que as manchas ocupadas por megalópoles. É por isso que se considera a “pressão antrópica” como melhor indicador de grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios. (2002, p. 33).

Para Veiga, é considerado rural o município de pequeno porte que possui até 50 mil habitantes e menos de 80 hab/Km² e de médio porte os que têm de 50 a 100 mil habitantes ou onde a densidade demográfica seja superior a 80 hab/Km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes. Ele conclui ainda que 90% do território brasileiro, 80% de seus municípios e 30% de sua população são “essencialmente rurais” e que não pertencem ao Brasil “indiscutivelmente urbano”. Já 13% dos habitantes que vivem em 10% dos municípios caberiam numa “categoria intermediária”, que pode ser denominada “rurbana” (VEIGA, 2002 p.34-36). Nota-se que através dessa proposta, Veiga mostra uma nova forma de caracterizar e diferenciar o rural brasileiro:

“(…) Com a ajuda desses dois cortes, conclui-se que não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural, 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes”. (2002, p. 34).

A análise sobre o estabelecimento de fronteiras demarcadoras dos limites entre o espaço urbano e rural, bem como daqueles que vivem nestes espaços, tem se mostrado muito necessária. Quando observamos, por exemplo, o plano das políticas públicas que envolvem instituições de instâncias diferenciadas como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), e as Prefeituras Municipais, percebemos o quanto a caracterização destes espaços se faz de formas distintas. Para o INCRA, é a função de uma propriedade que a define como rural ou urbana e não a sua localização geográfica. Já para

as Prefeituras, a situação geográfica é que se constitui em um referencial demarcatório¹⁷. Também as políticas de crédito para a reforma agrária e para a agricultura familiar parecem se perder, atualmente, na caracterização do que é o rural, e a terem bastante resistência em aceitar que ele não é mais apenas agrícola. Assim, o debate atual acerca do fenômeno da “pluriatividade do agricultor” e da “multifuncionalidade” da agricultura vem fornecendo elementos importantes para se repensar estas fronteiras entre campo/cidade ou entre rural/urbano, evidenciando seu caráter dinâmico e relacional.

A perspectiva dicotômica do rural como imagem do atraso e do urbano como moderno expressa, hoje, um paradigma em franca decadência. Atualmente, essa visão dicotômica, embora ainda presente na mentalidade e nas políticas públicas, parece estar superada, em decorrência de uma nova perspectiva que apresenta a complementaridade das funções desempenhadas no campo e na cidade. No Brasil, autores renomados como Graziano, o próprio José Eli da Veiga, Elena Saraceno, Ricardo Abramovay, dentre muitos outros, descortinaram em suas pesquisas o “novo rural brasileiro”, a “nova ruralidade”, substituindo a representação dicotômica do rural pela idéia de um “continuum”, que destaca a integração desses dois espaços e das novas dinâmicas sociais aí presentes, como a pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura no meio rural. Há que se ressaltar, no entanto, que uma das críticas feita a essa vertente do novo rural brasileiro deve-se ao fato da generalização de conceitos que não se aplicam à realidade brasileira como um todo.

3.1. Novos significados para o rural

Nos debates mais recentes acerca do rural brasileiro, dialogam perspectivas diferentes. Na posição defendida por Graziano da Silva, Del Grossi e Alantejano, o “novo rural brasileiro” é entendido como um continuum. Novas funções e novos tipos de ocupações, antes existentes somente no meio urbano, passariam a se fazer presentes no meio rural. Nessa vertente, as transformações que estão ocorrendo no rural são originárias da urbanização do campo e a urbanização do campo é uma questão de tempo. Ou seja, a dicotomia entre o rural e o urbano não seria mais evidente.

¹⁷ Sobre este assunto, ler a tese de doutorado de MEJIA, Margarita Rosa Gaviria. *Identidades e representações no espaço na construção de territórios em um assentamento do Incra (Paraty, RJ)*. RJ: CPDA/UFRRJ. 2004

Já as autoras Maria de Nazareth Wanderley e Maria José Carneiro ressaltam, a respeito da nova ruralidade, a importância das transformações que vêm ocorrendo no campo, como por exemplo, a pluriatividade, mas defendem que não necessariamente essas transformações levam a urbanização do campo, ou seja, tais manifestações socioeconômicas, não representariam o fim do rural, mas uma resemantização do mesmo. Para essas autoras a revalorização das representações sociais do rural e do urbano, apontaria para características socioeconômicas e culturais que singularizariam esses espaços.

Há, ainda, uma outra vertente de pesquisadores, cujos expoentes são José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Sérgio Schneider, que vem construindo este debate sobre o rural a partir de uma perspectiva territorial¹⁸. Estes autores parecem referendar as idéias de Nazaré e Carneiro, ao afirmarem que as novas dinâmicas que vem transformando o rural brasileiro podem levá-lo ao desenvolvimento, sem, contudo, torná-lo não-rural, ou seja, a viabilidade econômica do espaço rural estaria na sua herança cultural e natural. O enfoque territorial do rural pensa o desenvolvimento para além dos centros urbanos, bem como, pensa o rural para além da agricultura, buscando entender as dinâmicas territoriais que aí ocorrem para um melhor desempenho das economias rurais.

3.2. O rural face à perspectiva da pluriatividade e da multifuncionalidade

Diversos autores como Graziano da Silva (1993), Maria José Carneiro (2002), Lauro Mattei (1999), Sérgio Schneider (1999), Ricardo Abramoway (2000), Flávio Sacco dos Anjos (2003), Paulo Alantejano (2000), dentre outros, vêm dando ênfase ao tema da pluriatividade, mas não existe um comum acordo para a utilização dos termos com um único sentido. De acordo com Schneider (1999), nos contextos internacionais, a dinâmica da agricultura no espaço rural tem-se mostrado dependente de outras atividades, ou seja, não se mantém só com a agricultura, passando a ser cada vez mais percebida como uma das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o ser humano e a natureza. Como exemplo dessa mudança estrutural, cita-se a expansão das unidades

¹⁸ Para um maior aprofundamento da retomada do tema rural no Brasil, e da perspectiva do rural como território, ler a dissertação de mestrado de BLUME, Roni. Território e Ruralidade: A Desmistificação do fim do Rural. UFRGS – FCE – PGDR Porto Alegre – RS - 2004

familiares pluriativas. Nessas unidades, os membros das famílias residentes no meio rural vão se dedicar a atividades não-agrícolas, que podem acontecer dentro ou fora das propriedades. A essa forma de organização do trabalho familiar tem-se denominado pluriatividade, referindo-se à situação onde a família rural passa a se dedicar ao exercício de um conjunto diversificado de atividades econômicas e produtivas, que não necessariamente vão estar ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra (SCHNEIDER,1999).

A respeito dos termos *part-time farming* (agricultura em tempo-parcial) e pluriactivité (pluriatividade), Schneider (1999) enfatiza que esses eram utilizados quase sempre como sinônimos pelos cientistas sociais, até meados da década de 80. Aceitava-se, até então, que a única diferença entre os termos estava no fato de que *part-time farming* era usado pelos analistas de língua inglesa e pluriactivité (pluriatividade) estaria ligado à tradição acadêmica francesa. No entanto, de acordo com o autor, mais do que meras diferenças etimológicas, as pesquisas que utilizaram essas noções têm mostrado que esses termos incorporaram diferentes interpretações de um fenômeno social que hoje está generalizado.

Fazendo uma revisão sobre o termo pluriatividade, Schneider (1999) chama a atenção para aspectos que dizem respeito a sua controvérsia em relação ao termo *part-time*:

“O termo *part-time farming* refere-se à utilização de parte do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família, ao passo que a noção pluriactivité (pluriatividade) refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família. Em ambos os casos, há que se estabelecer, necessariamente, um contraponto. No primeiro, a noção de *full-time farming* (agricultura em tempo-integral), utilizando-se, como critério de diferenciação, um determinado, embora arbitrário, corte de tempo de trabalho. No segundo, a noção de monoactivité (monoatividade), que se refere à forma de desempenho de uma atividade, o que, exatamente por ser “mono”, traz implícita a idéia de que o indivíduo ou a família ocupa a integralidade de seu tempo naquela atividade. Cada uma dessas noções tem uma trajetória analítica particular. Em essência, a agricultura “monoativa” ou em “tempo integral” são semelhantes e encerram o mesmo conteúdo, mas seus opostos diferem substancialmente” (1999, p.76).

De acordo com o autor, o termo *part time farming*, traduzido como agricultura de tempo parcial, foi criado por Rozman, mas foi Fuller (1984) que adotou o termo *multiple job-holding*, traduzido como empregos múltiplos. Ou seja, para diferenciar os agricultores que produziam apenas para subsistência daqueles que se ocupavam plenamente com a produção para a venda. Schneider (1999) apresenta a diferença entre agricultura em tempo-parcial e pluriatividade a partir das definições construídas por Fuller e Brun, da seguinte forma:

“*Part-time farming* (agricultura em tempo-parcial) [...] o termo *part-time farming*, no senso comum, até muito recentemente, tinha mais confundido do que clarificado a questão. O termo dificulta a distinção entre a unidade produtiva como uma entidade física (um espaço) e os ocupantes dessa unidade (a família ou a unidade doméstica). Estes podem fazer a gestão dessa unidade de diferentes maneiras, inclusive combinando as tarefas agrícolas com outras atividades [...]. Os termos *part-time farm*, *part-time farmer* e *part-time farming* têm sido utilizados de forma intercambiável, o que contribui para o surgimento de noções errôneas ou pressupostos equivocados associados a esse fenômeno. É possível dizer que uma *part farm* é uma unidade produtiva que oferece, ou onde é alocado, menos do que um ano completo de trabalho. O conceito de *part-time farming* pode ser utilizado, de forma mais precisa, para definir situações onde, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada pelo investimento de menos do que um ano completo de trabalho” (SCHNEIDER, 1999, p.77).

“Pluriactivité ou pluriactivity (pluriatividade) [...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura. A pluriatividade permite-nos questionar o pressuposto de que a *full-time farming* seja tanto a norma, e, portanto, algo positivo, quanto um estado temporário, ou um mal necessário, no desenvolvimento econômico das unidades produtivas, das famílias ou das áreas rurais. Esse conceito, entretanto, no plano ideal, não é facilmente mensurável por estatísticas oficiais disponíveis” (SCHNEIDER, 1999, p.78).

O autor ressalta que a partir dessas definições o termo *Part-time* foi substituído por “unidade agrícola familiar de trabalho múltiplo” que, por sua vez, foi substituído pela noção de pluriatividade referindo-se analiticamente à diversificação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares. Dessa forma, pluriatividade seria então o mais capaz de apreender o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda das famílias rurais, gerando uma revitalização do espaço rural, através da permanência das famílias neste espaço.

“O termo pluriatividade tem o mérito de incorporar tanto as características da noção de agricultura em tempo-parcial (unidades onde os moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas) como as da *multiple job holding* (unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento). A expressão tem sido bastante utilizada, porque abarca um conjunto de atividades que nem sempre são remuneradas em dinheiro (cash), mas com pagamentos por meio da permuta de trabalho e outros arranjos informais” (SCHNEIDER, 1999, p.78).

Mas, segundo Schneider, as críticas a respeito da pertinência analítica e conceitual do termo pluriatividade ainda persistem, embora o termo já tenha conquistado expressivo espaço na literatura internacional.

“As críticas dirigem-se principalmente ao fato de que a noção de pluriatividade se refere sobretudo a um conjunto diversificado de situações, que varia de acordo com o espaço e o contexto histórico, em que os membros de famílias de agricultores buscam atividades não-agrícolas como ocupação” (SCHNEIDER, 1999, p.79).

No artigo “Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul”, Anjos (2003), analisa a evolução conceitual entre as noções de “agricultura em tempo parcial” e “pluriatividade” deixando entender que esses são fenômenos referentes à agricultura familiar:

“(…) Tanto a agricultura em tempo parcial quanto a pluriatividade são fenômenos associados fundamentalmente com a agricultura familiar, os quais formam parte do elenco de estratégias de resistência adotadas pelos grupos domésticos para garantir a reprodução social de seus membros. Tais estratégias usualmente desenvolvem-se mediante a combinação de rendas agrícolas e extra-agrícolas, através de atividades realizadas dentro e fora das próprias explorações” (ANJOS, 2003, p. 14).

Já Graziano da Silva (1997) afirma que o termo *part-time*, que pode ser traduzido por agricultores em tempo parcial, caracteriza o agricultor ou pecuarista que não se ocupa integralmente com essas atividades, combinando-as com outras atividades não-agrícolas, podendo ser dentro ou fora do seu estabelecimento. Dessa forma, torna-se um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação. Assim, sua característica é a pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas. Ou seja, para esse autor, *part-time* e pluriatividade são conceitualmente iguais. Para Mattei (1999), a força do conceito de pluriatividade está no fato de se considerar os aspectos relacionados ao trabalho de todos os membros da família e a inserção desses nos sistemas econômicos e sociais. De acordo com o autor, a maioria das pesquisas realizadas em meados dos anos

oitententa em diante, adotaram o termo pluriatividade para explicar as atividades agrícolas e não agrícolas tanto dentro como fora da propriedade.

“O termo pluriatividade é usado para explicar a ocorrência de atividades não-agrícolas no próprio estabelecimento; atividades não-agrícolas externas ao estabelecimento e atividades agrícolas em outros estabelecimentos (prestação de serviços). Nesta lógica, a pluriatividade descreve uma unidade produtiva multidimensional, onde se desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas, tanto dentro como fora dos estabelecimentos, e pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração” (MATTEI, 1999, p. 10).

Esse mesmo autor vai afirmar, ainda, que o mundo rural deixou de ser um espaço exclusivamente agrícola. Neste espaço, há muito, vem sendo desenvolvidas outras atividades antes tipicamente urbanas, como é o caso da instalação de indústrias no meio rural. Ele chama a atenção para este conjunto de “novas” atividades que causam fortes impactos sobre o mundo do trabalho no meio rural. O autor afirma que resulta daí o surgimento do agricultor pluriativo, o qual passa a combinar as atividades agrícolas com as atividades não-agrícolas como forma de complementar a renda familiar e também como forma de gerar ocupação para o conjunto dos membros familiares. (MATTEI, 1999).

Na visão de Carneiro (2002), o termo pluriatividade diz respeito a uma multiplicidade de atividades que criam uma nova dinâmica no espaço rural e esta dinâmica se insere no contexto da multifuncionalidade. Esta, entendida como a ressignificação da agricultura, que já não é vista apenas como produtiva, mas também com uma nova perspectiva de geração de renda no meio rural, através da exploração de outras possibilidades, como lazer, turismo, preservação ambiental etc. Para Carneiro (2002), o trabalho fora da propriedade pode ser considerado uma condição para manter a população no campo e também para viabilizar as pequenas unidades produtivas que não conseguem, por vários motivos, responder integralmente às demandas do mercado, sustentando-se exclusivamente na atividade agrícola. Através da pluriatividade se estabelecem novas relações entre a agricultura familiar e outras esferas sociais, resgatando a importância de funções, antes não-reconhecidas, mas que sempre foram desenvolvidas por este segmento. Ou seja, trata-se de funções já praticadas anteriormente, mas que não eram vistas como forma de aumentar a renda do produtor.

Apesar do investimento na pluriatividade ter como objetivo complementar a renda do produtor, ela representa principalmente um retorno a um modo de vida que foi perdido no momento em que a agricultura tornou-se uma profissão. Nesse sentido, a pluriatividade,

segundo essa autora, pode apresentar dois significados: pode servir como uma estratégia de reprodução social para famílias que não têm condições de sobreviver somente da agricultura, bem como pode expressar mudanças no padrão de exploração agrícola. Mas, enfim, a pluriatividade surge da necessidade de encontrar novas alternativas de renda e condições sociais (CARNEIRO, 2002).

Concordamos com esta autora, uma vez que se pode afirmar que a agricultura pluriativa, dentro do contexto da multifuncionalidade, é uma nova forma de pensar a agricultura. Há algum tempo, a visão que se tinha da agricultura era a de simples produtora de alimentos. Hoje, sabe-se que a agricultura também traz vários outros benefícios para a sociedade, como a preservação do meio-ambiente, a manutenção do patrimônio cultural do campo, turismo, geração de empregos etc. O espaço rural deixa de ser um espaço exclusivamente agrícola, porque novas ocupações econômicas emergem deste espaço, através de um produtor rural pluriativo que combina a atividade agrícola com a não-agrícola, dentro da propriedade, para complementar a renda familiar e gerar ocupação para os membros da família. Desse modo, o reconhecimento de uma nova dinâmica produtiva nas cidades rurais que combinem atividades agrícolas e não agrícolas como estratégia de manutenção e reprodução social é importante para a análise das ações implementadas pelo SENAR. A partir dessa análise, as ações do SENAR para o espaço rural poderão ser repensadas, em termos da sua coerência face ao novo rural brasileiro.

3.3. Critérios de seleção dos participantes dos cursos e treinamentos do SENAR, em São Geraldo-MG

Diante dessa discussão atual na busca de definição para o rural e o urbano, busca-se utilizar os argumentos de José Eli da Veiga, principalmente, na abordagem a respeito do que se define como rural. No caso específico deste estudo, trata-se do perfil dos participantes dos cursos do SENAR, no município de São Geraldo-MG. Para participar dos cursos do SENAR, a exigência é de que o perfil seja de produtores rurais sindicalizados, pequenos produtores rurais, produtores rurais assentados e seus familiares, maiores de 16 anos, nos cursos de formação profissional¹⁹. Dessa forma, é preciso

¹⁹ Uma análise mais detalhada a respeito dos objetivos e do perfil exigido para participação nos cursos pode ser encontradas no site: www.SENARminas.org.br.

identificar as necessidades junto ao sindicato dos produtores rurais, que encaminha a solicitação de cursos. É nesse sentido, e neste caso específico de São Geraldo, que se questiona: O rural exclui a cidade? O rural é apenas a “roça”?

O que se observou durante a pesquisa de campo foi que, embora nas fichas de inscrição para a participação nos cursos de: Transformação caseira de produtos de origem animal em embutidos e defumados; Produção de derivados do leite e Produção de conservas vegetais, compotas, frutas cristalizadas e desidratados, a ocupação das pessoas estivesse vinculada a uma clara categorização de ocupações rurais (pequeno(a) produtor(a), filho(a) de pequeno produtor(a), esposa do pequeno produtor e empregado rural), verificou-se que muitas dessas pessoas inscritas que exerciam atividades que se “enquadravam” no perfil de rural exigido pelo SENAR, não se encontravam no espaço rural, e sim dentro do perímetro urbano de São Geraldo, e nem sempre a ocupação desse participante no curso estava de acordo com o descrito na ficha de inscrição enviada para o SENAR.

De acordo com o presidente do sindicato que também é o mobilizador dos cursos do SENAR, o sindicato de São Geraldo não sobrevivia de contribuições advindas das pessoas do “meio rural” e sim da população geral da cidade. Até a presente data, o sindicato possuía cento e vinte e três associados que contribuía com R\$50,00 por ano, e esses associados tinham descontos na prestação de serviços médicos e odontológicos. Nesse sentido, o depoimento do presidente do sindicato revela uma certa angústia com a situação atual do seu sindicato rural:

“O meio rural, ele é complicado, é complexo! Pra você vê! A sua pesquisa é com os cursos de 1998 pra cá, e desse período muitos não estão no meio rural mais. Já largaram! Só que tem que sindicato rural ta tudo em decadência... todos! Todos que eu vou a reunião aí tem meia dúzia, três aí... prosperando... crescendo, o resto tá tudo em decadência! O daqui? A avaliação que eu faço do sindicato daqui de São Geraldo é que eu vivo do meio urbano de São Geraldo! O sindicato daqui vive do meio urbano! Se fosse esperar inscrição rural do produtor? Tava fechado a muito tempo! Vivo com ajuda urbana! Entendeu? Sindicato hoje? Meio rural? Hoje ficou muito disperso! Classificar o que é meio rural e o que é meio urbano? Fica difícil distinguir uma coisa da outra! E aqui em São Geraldo, não tem uma formação privilegiada de viver da agricultura!”
(Fala do mobilizador dos cursos e presidente do sindicato).

O mobilizador, que vive e convive com as pessoas nessa pequena cidade rural, mostra, assim, uma sensibilidade mais aguçada que a do próprio SENAR, que exclui dos seus cursos os habitantes da sede do município, como se eles não estivessem vinculados à

dinâmica do “meio rural”. Nesse sentido, o que chama a atenção na fala do mobilizador pode ser explicado por José Graziano da Silva, que propõe que o rural pode ser entendido como um continuum do urbano. Para esse autor, está ficando cada vez mais difícil saber a delimitação de fronteiras entre o rural e o urbano, principalmente a partir de uma classificação baseada em atividades econômicas ou até mesmo em hábitos culturais. O meio rural brasileiro sofreu um processo de urbanização nas últimas décadas, uma “fusão” do rural-urbano devido ao processo de industrialização da agricultura, e, por outro lado, a expansão do mundo urbano atingiu o espaço tradicionalmente definido como rural (SILVA, 1997).

Para Graziano, esse processo de transformação resultou na integração da agricultura com o resto da economia, não podendo mais ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e, ou compram seus produtos. Dessa forma, o rural hoje deve ser entendido como um continuum do urbano no sentido espacial; ou seja, as cidades não mais são identificadas apenas pela atividade industrial, nem o campo, com a agricultura e a pecuária. É um rural concebido como urbano. Observa-se o surgimento de novas funções e outros tipos de ocupações que agora chamam a atenção pela sua importância no âmbito rural. (SILVA, 1997). Em nossa pesquisa de campo, esta imagem do continuum pode ser percebida, quando analisamos as fichas do sindicato, sobre as atividades e endereço dos cento e vinte e três associados.

TABELA 08 – Informações da ficha dos contribuintes do sindicato rural de São Geraldo, quanto ao endereço de residência constante na ficha

Sexo	Residentes na rua*	Residentes na roça	Total Geral
M	48	67	115
F	03	05	08
Total	51	72	123

Fonte: Dados da pesquisa.

*Apesar de residirem na rua, todos têm um pedaço de terra entre 1 a 15 ha.

TABELA 9 – Informações da ficha dos contribuintes do sindicato rural de São Geraldo, quanto à ocupação dos residentes na área urbana e rural

Ocupação	Residentes na rua	Residentes no roça	Total geral
Agricultor	20	32	52
Produtor rural	01	01	02
Comerciante	05	-	05
Pecuarista	04	02	06
Agrônomo	01	-	01
Jardineiro	01	-	01
Trabalhador rural	02	13	15
Agropecuária	06	04	10
Ferrovário	02	-	02
Lavrador	01	14	15
Professora	01	-	01
Industrial	01	-	01
Aposentado	03	-	03
Funcionário público	-	01	01
Carpinteiro	-	01	01
Sem informação	03	04	07
Total	51	72	123

Fonte: Dados da pesquisa.

Esta Tabela 9, em particular, deixa muito clara a idéia de continuum, quando mostra que entre aquelas cinquenta e duas pessoas que se identificam como agricultores, 38,5% (ou seja, vinte e quatro pessoas) são residentes na rua e 61,5% (ou seja, trinta e duas pessoas) são residentes na roça. Também, o número entre os demais cento e vinte e três filiados do sindicato de trabalhadores rurais vivendo na rua é muito expressivo; aproximadamente 25,2% do total (ou seja, trinta e uma pessoas). A presença do mundo rural em São Geraldo pôde ser percebida, como mostra a Tabela 8, através da participação de 41,5% de pessoas contribuintes com o sindicato rural moradoras na rua. Os dados referentes ao tempo de contribuição sindical também reforçam este indicador da pequena diferença entre aqueles residentes na rua e na roça. Quanto ao tempo de contribuição, verificou-se a existência de fichas datadas de 1975 a 2004. De acordo com o presidente do sindicato, quanto aos pedidos de aposentadoria, a informação é de que são solicitados quatro pedidos por mês. Não foi possível ter acesso às fichas desses pedidos pois, de acordo com as informações prestadas pelo presidente, as fichas são as mesmas para pedidos de qualquer outro benefício como: auxílio maternidade, acidente de trabalho, invalidez.

Observando a tabela 1, percebe-se que o grau de urbanização de São Geraldo não tem aumentado significativamente com o passar dos anos, e parece sugerir, pelo que se observou nas entrevistas, pessoas saindo da roça para morar na rua, como demonstrado nesta fala que denuncia uma certa decepção com a roça.

“A questão daqui de São Geraldo é que os jovens do meio rural tão saindo da roça e vindo empregar no setor moveleiro! Aqui na rua! Não querem mais trabalhar na roça! Aí o que acontece? Quando tem que convidar pessoas do meio rural pra fazer um curso, começa a dificuldade para achar pessoas que querem participar! Por exemplo, eu moro na roça até hoje, apesar de passar o dia aqui na cidade trabalhando, mas eu volto a noite para dormir é lá pra roça! Porque eu não tenho casa aqui na rua! Meus pais não tem casa aqui na rua! Eu passo final de semana lá na roça! Só que na verdade depois da sua pesquisa, a sua ida lá para fazer as entrevistas, a pesquisa também me trouxe esse baque de ver que muito pessoal do curso já está em outra atividade! E eu mesmo sou um que quero sair da atividade rural! Eu tenho uma decepção muito grande com atividade rural! Eu plantei horta lá na roça muito tempo! Mas agora eu tô decepcionado com roça! É só serviço! É só trabalhar e uma produtividade muito pequena. Agora tem gente que nasceu pra sofrer! E vive por aí sofrendo nas roças aí, né? É opção deles!” (Fala do mobilizador dos cursos e presidente do sindicato).

Buscando nos ancorar na proposta de José Eli da Veiga (2002), ao considerar rural um município de pequeno porte, com até 50 mil habitantes e menos de 80 hab/Km², o município de São Geraldo parece se enquadrar nessa classificação. Nesse sentido, concordamos com Veiga, quando ele sugere para o rural uma abordagem territorial, contestando a taxa de urbanização brasileira, ao afirmar que existem ainda muitos municípios rurais e que o rural não se limita somente ao agrícola. Ter uma visão do rural como setor pode prejudicar o desempenho das economias rurais. Assim, ao se utilizar o critério da densidade demográfica como sugere o autor, a partir das características de São Geraldo, que tem uma área de 189 km² e cuja população é de 7.716 habitantes, chega-se ao resultado de aproximadamente 41 hab/km², ou seja, contando toda a população rural e urbana. Poderia, então, São Geraldo ser um município rural, como sugere Veiga? Se sim, seria possível considerar que as pessoas que residem na cidade tenham o perfil exigido pelo SENAR, para participarem de seus cursos, ou elas estariam fadadas a não participação, pela classificação distante da realidade da economia local a partir do que o SENAR considera rural? Para os moradores desse lugar, seria interessante estar fazendo os cursos do SENAR?

De acordo com o mobilizador do SENAR, o município de São Geraldo é muito pequeno, e é muito difícil completar uma turma de doze participantes com todos moradores

no rural. Mas será que realmente o perfil dos moradores da chamada área urbana não tem o perfil para o curso do SENAR? De acordo com o mobilizador:

“A maior dificuldade é o perfil da turma! Quer dizer, tem que selecionar doze participantes, e eles têm que ter a mesma afinidade. É um dos maiores entraves que eu encontro! Normalmente não encontra perfil para todos enquadrar na mesma turma! Às vezes tem que colocar um menos qualificado! E talvez ele até seja um bom aluno e dali ele se sinta estimulado e vire um bom profissional também! Porque talvez a pessoa faz uma atividade e considera um profissional e após o curso do SENAR ele vê que não tinha conhecimento daquele assunto. Já outro que entra leigo, sem saber também de... de... conceitos errados, vira um bom profissional! Por isso... as vezes é muito mais fácil pegar um leigo que não conhece as técnicas do que pegar um cheio de hábitos errados e tentar trocar os hábitos dele. O que eu tô chamando aqui de qualificado, e que o SENAR exige como perfil, é o cara que tem conhecimento do assunto e vive daquela atividade agrícola lá no meio rural. Nesse caso, um leigo é um cara que tem outra atividade! Eu acho que não necessariamente tem que viver da roça por exemplo!”(fala do mobilizador dos cursos e presidente do sindicato).

Nota-se aqui a preocupação do mobilizador em atender as exigências do SENAR quanto a sua clientela. E, novamente, associando o rural ao agrícola. Mas, o que se observa através de estudos de muitos autores, é que esse caráter de rural agrícola já não predomina como anteriormente. Wanderley (2000) chama a atenção para o que se tem verificado no campo em relação à presença de muitas atividades de caráter não-agrícola, como indústria, entretenimento e turismo, o que tem tornado o rural um espaço de “consumo” pelas populações urbanas, conferindo ao mesmo o valor de sua especificidade. Isso significa que o destino pré-concebido para o rural pela ideologia urbano-industrial não está ocorrendo como previsto; pelo contrário, o que se observa é uma revalorização do modo particular da utilização do espaço rural por certos segmentos sociais.

O próprio Graziano da Silva et al.(1998), quando fala das novas funções que estão se inserindo no meio rural brasileiro, conclui que essas atividades rurais não-agrícolas são decorrentes da crescente urbanização do meio rural - relembro aqui que essa posição não é a defendida pelos outros autores citados - nas quais ele diz que o turismo rural, lazer e outros serviços, bem como as atividades que envolvem a preservação do meio ambiente, e mais um conjunto de outras atividades agropecuárias, que ele chama de intensivas, sejam, floricultura, piscicultura, criação de pequenos animais, agroindústria, etc, ocupando os chamados nichos de mercado.

Durante a coleta de dados, percebeu-se a preocupação do mobilizador em justificar a presença de pessoas que não moram na roça e sim na rua, nos cursos que foram ministrados e que estavam sendo pesquisados.

“O que acontece é que quando tem que convidar pessoas do meio rural, da roça, pra fazer um curso do SENAR, começa a dificuldade para achar pessoas que querem participar! Então eu não me sinto bem quando tem que fugir da regra! O instrutor chega! Tai o curso para realizar e falta participante? Vou lá na casa dele? Não encontro! É desesperador para o mobilizador, entendeu? Então não adianta querer tapar o sol com peneira que não consegue não! Ai tem que colocar alguém que não tem o perfil que o SENAR exige, não tem o estilo da turma, para preencher vaga! Agora o que você acha que é melhor? Se eu conseguir cinco pessoas que se enquadra no perfil exigido pelo SENAR, que realmente desejam fazer o curso? Mas eu não consigo mais pessoas para completar a turma lá no meio rural? Mas tem jovem, por exemplo, aqui na rua que tem interesse! Eu vou deixar de dar o curso e não atender as cinco pessoas que realmente têm muita necessidade se é a área de trabalho deles?” (Fala do mobilizador dos cursos e presidente do sindicato).

“Eu sinto que a aceitação dos jovens é melhor (para fazer cursos). Eles querem ter conhecimento, eles querem ver se aquilo serve para eles. Agora, quando se vai trabalhar com um publico mais adulto, aquele que já está naquela mesma atividade faz muito tempo? A maioria já está em decadência e vai continuar em decadência! Eles não procuram muito conhecimento novo não! Até porque são pessoas inteligentes, que sabem que não vai ser um curso que vai mudar o ganho delas não! Ela (pessoa) tá ali na roça, já faz seu queijo, sem pasteurizar o leite, sem muita técnica de higiene. Mas ela sabe que se fizer o curso e pasteurizar o leite, por exemplo, ela não vai vender o queijo dela melhor não! Ela é leiga de conhecimento, mas, também por outro lado, ela é uma pessoa que tem visão!” (Fala do mobilizador dos cursos e presidente do sindicato).

Buscando nos referendar nos estudos de Veiga (2002), verificamos que o rural vem cada vez mais diminuindo a sua dependência do setor agrícola, com isso incorporando novas dinâmicas econômicas, valorizando o espaço rural e cultural, atraindo novas fontes de renda, mostrando a dinamicidade deste território. Nesse sentido, também, Saraceno (1996), menciona que a heterogeneidade das áreas rurais tem aumentado e com isso tem perdido o seu significado que anteriormente era de uma categoria analítica oposta às áreas urbanas. Isso leva a sugerir uma categoria espacial alternativa, onde é pequena a relevância quanto à distinção entre o urbano e o rural. Já Wanderley (2000), quando fala do mundo rural, parece referir-se a um universo socialmente integrado, ou seja, não supõe a existência de um universo isolado, com lógica exclusiva de funcionamento e reprodução, pois esse universo está inserido na sociedade que o engloba, pois, para ela,

“(…) O mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba... Este mundo rural se move em um espaço específico, o espaço rural, entendido em sua dupla face. Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado... Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional)”(WANDERLEY, 2000, p.32).

Ainda, de acordo com Wanderley (2001), quando se trata dessa questão de definir o que seja pequeno município, a dificuldade começa pela própria delimitação desse conceito. A autora menciona que estudos de Maria Clementino do Livramento em 1997, apontavam que municípios com população total até 20.000 habitantes correspondiam a 72,6% dos municípios brasileiros. Ainda Wanderley, citando Vilmar Farias, aponta que três critérios são definidores da população urbana: o censitário, ter mais de 20.000 habitantes vivendo em áreas urbanas dos municípios, e mais de 20.000 habitantes na sede urbana do município. Dessa forma, seria definido como população urbana somente aquela que corresponde às pessoas que vivem na sede dos municípios e esta sede seria definida como cidade se tivesse mais de 20.000 habitantes. Assim, as pequenas cidades que tem população menor que 20.000 habitantes não integrariam o “sistema de cidade” sendo considerada como “não urbana”.

Diante do contexto apresentado, observa-se que são maleáveis os limites que determinam e definem o que é rural e urbano no Brasil. Buscando refletir sobre a concepção normativa que determina o cálculo da taxa de urbanização brasileira para a qual Veiga chama a atenção, quando diz que “é inteiramente anacrônica e aberrante” (VEIGA, 2002, p.112), e nos apoiando também nos estudos sobre a pequena cidade e o mundo rural de Wanderley (2001), para este estudo, vamos considerar pequeno município aquele onde a população total não ultrapassa 20.000 habitantes e que pela sua “própria dimensão, impõe limites a uma verdadeira experiência de vida urbana” (WANDERLEY, 2001, p.3). A partir daí, consideramos que o município de São Geraldo se classifica como cidade rural. Acreditamos que, com essa classificação, o município pode engendrar novas demandas a partir de critérios culturais e hábitos dos moradores locais.

Dessa forma, a mobilização de pessoas para participarem dos cursos do SENAR pode acontecer sem a preocupação de não estar atendendo o perfil exigido, ou seja, não vai importar se é morador na rua ou na roça, pois se trataria de ser somente uma representação

cultural; em outras palavras, nas cidades rurais, tal distinção se faz inadequada, já que se trata de uma “cidade-rural” e, neste caso, os habitantes da rua ou da roça são habitantes de um mesmo espaço, a “cidade rural”. Nesta forma, os termos rua e roça servem para diferenciar espaços, mas, o modo de vida das pessoas dos dois espaços tem características semelhantes.

4. O SENAR FRENTE A ATUAL REALIDADE RURAL

Neste capítulo, buscamos construir o perfil dos participantes dos cursos de Transformação caseira de produtos de origem animal em embutidos e defumados; Produção de derivados do leite e Produção de conservas vegetais, compotas, frutas cristalizadas e desidratadas, que foram ministrados pelo SENAR, em São Geraldo-MG, com o propósito de identificá-los e caracterizá-los na realidade desta cidade rural, quanto à sua ocupação, seu local de residência, bem como em relação às motivações que justificavam a sua participação em tais cursos e treinamentos, buscando identificar, também, se houve mudanças quanto ao modo de produção na agroindústria após o curso. Procuramos, antes disso, esclarecer sobre as perspectivas em que se apresentavam os cursos oferecidos pelo SENAR: se dentro de uma lógica de um rural idealizado, concebido como exclusivamente agrícola, ou se dentro de uma perspectiva pluriativa, dentro da qual o rural não é concebido como unicamente agrícola, ou, mesmo, prioritamente agrícola.

O reconhecimento das cidades rurais como combinando atividades agrícolas e não-agrícolas como estratégia de manutenção e reprodução social é importante para a análise das ações implementadas pelo SENAR. A partir dessa análise, as ações do SENAR, para o espaço rural, poderão ser repensadas, uma vez que as ações que são implementadas no espaço rural, através dos cursos do SENAR, especialmente as ações de Formação Profissional Rural (FPR), nos pareceram ser caracterizadas pela valorização única e exclusiva do agrícola. Nesse sentido, as ações implementadas pelo SENAR-MG necessitam ser mais bem analisadas, para que possam contemplar, para além das atividades especificamente agrícolas, todas as dimensões que o espaço rural tem apresentado.

4.1. O modo de atuação do SENAR

De acordo com o relatório de atividades do SENAR-MG em Minas Gerais no ano de 2002, a Formação Profissional Rural (FPR) atendeu um perfil de participantes representando 74,4% do sexo masculino; 88,2% maior de 18 anos; 51,8% com escolaridade equivalente ao Ensino Fundamental incompleto; 48,6% pequenos produtores rurais; 6,7% de desempregados; 27,3% assalariados e 13% autônomos. Quanto a Promoção

Social (PS), teve como público alvo: produtores, trabalhadores rurais e seus familiares. Apresentou como perfil de sua clientela: 85,9% com idade entre 19 e 60 anos (essa faixa etária foi á utilizada pelo SENAR, a qual consideramos muito ampla, o que deixa o resultado sem muita especificidade); 46,3% com escolaridade equivalente ao ensino fundamental incompleto; 50,4% trabalhadores e seus familiares; 23,2% esposas de produtores rurais SENAR (2002). Os cursos oferecidos pelo SENAR que tiveram maior demanda dentro das ações de Formação Profissional Rural (FPR) e, Promoção Social (PS) de acordo com o relatório de atividades do SENAR do ano de 2002, são apresentados a seguir. No relatório, não são apresentados os percentuais de participação em cada curso.

Cursos de FPR:

Administração de Propriedades em Regime de Economia Familiar; Administração de Associações e Sindicatos Rurais; Administração de Empresas Agro-Silvo-Pastoris; Apicultura; Aplicação de Agrotóxicos; Avicultura Básica; Avicultura de Corte; Bovinocultura de Corte; Bovinocultura de Leite; Cerqueiro; Cultivo de Cogumelos; Comestíveis; Cultivo de Fruteiras Perenes (Uva); Cultivo de Fruteiras Semi-Perenes (Banana); Cultivo de Plantas Industriais (Café); Cultivo de Plantas Industriais (Cana-de-Açúcar); Cultivo de Plantas Medicinais; Cultivo de Plantas Ornamentais; Doma Racional de Equídeos; Equídeocultura; Fabricação Caseira de Melado, Açúcar Mascavo e Rapadura; Fabricação de Aguardente; Floricultura; Fruticultura Básica; Hidroponia; Minhocultura; Olericultura Básica; Operação e Manutenção de Colheitadeiras Automotrizes; Operação e Manutenção de Motosserra; Operação e Manutenção de Ordenhadeira Mecânica; Operação e Manutenção de Sistema de Irrigação Localizada; Operação e Manutenção de Sistemas Convencionais de Irrigação por Aspersão; Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas; Ovinocultura de Corte; Piscicultura; Produção de Conservas Vegetais, Compotas, Frutos Cristalizados e Desidratados; Produção de Derivados do Leite; Seleiro; Suinocultura; Transformação Caseira de Mandioca; Transformação Caseira de Produtos de Origem Animal em Embutidos e Defumados; Tratamento de Madeiras; Viveiros

Cursos de PS:

Empreendimentos Comunitários; Artesanato de Crochê e Tricô; Artesanato de Rendas, Bordados e Congêneres; Artesanato do Vestuário; Associativismo; Cerâmica; Cestaria e Trançados; Cooperativismo; Doenças Vinculadas às Parasitoses do Homem e às Zoonoses;

Educação para o Trabalho; Higiene, Conservação e Armazenamento de Alimentos; Noções Básicas de Nutrição e Alimentação; Pintura em Tecidos; Planejamento e Aproveitamento de Alimentos; Prevenção de Acidentes; Produção Caseira de Alimentos (Carne, Leite, Frutas etc) Legumes, Etc.); Saneamento Básico no Meio Rural; Saúde Bucal; Saúde e Alimentação; Saúde na Infância e na Adolescência; Saúde Reprodutiva; Tapeçaria

Observando os cursos acima, percebe-se que os cursos oferecidos pelo SENAR-MG, na área de FPR estão voltados para uma produção agrícola, dentro de uma perspectiva de concepção do rural como sendo somente agrícola. A proposta dos cursos revela-se de forma estanque, não ficando clara a integração de diferentes atividades e isso pode ser evidenciado nos conteúdos dos cursos de agroindústria, por exemplo, que fazem parte da FPR, mais adiante. Por outro lado, não existe uma concepção de turismo dentro da multifuncionalidade da agricultura. Essa multifuncionalidade, conforme analisa Carneiro (2002), é uma das possibilidades de se encarar o rural como não sendo apenas agrícola, permitindo ressignificar esta atividade. Nessa perspectiva, o curso oferecido pelo SENAR na FPR pode “capacitar”, por exemplo, para o trabalho na horta, mas essa atividade pode se tornar também uma atividade de turismo, se o cursista for despertado para a referida multifuncionalidade. Como exemplo podemos citar o caso de uma das entrevistadas que fez o curso de doces. Ela apresenta seus doces quando os visitantes da produção de cachaça do seu marido vão até a sua propriedade para conhecer a produção de cachaça. Ao provarem os doces, acabam gostando e comprando.

Nesse sentido, Blanco (2004), em seu artigo “O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as novas ruralidades e a sustentabilidade do desenvolvimento local”, vai dizer que o estilo de vida, os costumes e o modo de produção das famílias rurais podem despertar o interesse de pessoas das grandes cidades, bem como dos municípios vizinhos, ampliando as possibilidades para o turismo rural, consolidando o modo de vida rural como um atrativo. Neste aspecto, tradições gastronômicas e culturais, por exemplo, são resgatadas e valorizadas.

Observando, ainda, os cursos de FPR e PS, percebe-se uma divisão de sexo²⁰ nas duas modalidades de cursos oferecidos pelo SENAR, ou seja, os cursos de Formação

²⁰ Para um aprofundamento a esse respeito ver estudos feministas, realizados a partir de reflexões e questionamentos sobre o tempo e a história da invisibilidade da mulher, em LAGO.M.C.S (1996): *Modos de vida e identidade*. Sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed.UFSC.

Profissional Rural (FPR) são cursados por homens e os cursos de Promoção Social (PS), são destinados às mulheres. Essa divisão revela uma situação de diferenciação de papéis: o lugar para o homem dentro das ações de FPR, e o lugar para a mulher dentro das ações de PS, o que acaba por reforçar os papéis masculino e feminino. Essas divisões deixam claro que as relações de gênero, que, na verdade, não são o objeto de discussão neste estudo, podem, também, contribuir para se pensar as concepções presentes nos cursos do SENAR, visto que a própria multifuncionalidade, que se faz presente no meio rural, aponta para a necessidade de uma nova configuração das relações de gênero dentro da divisão social do trabalho, na unidade produtiva e familiar. O conceito de gênero permite pensar homens e mulheres como construídos social e culturalmente, enfatizando o aspecto relacional em que se engendram, historicamente, masculinidades e feminilidades. O próprio relatório do SENAR traz consigo informações que corroboram com essa afirmação, quando revela que 74,4% dos participantes dos cursos da FPR eram do sexo masculino. Quanto ao sexo dos participantes dos cursos da PS, o relatório não mostra de forma esclarecedora, deixando os resultados camuflados, mas pode-se presumir, em função das temáticas eleitas, que esse percentual seja, majoritariamente, composto por mulheres.

Nos relatórios das atividades executadas pelos instrutores dos cursos que foram analisados neste estudo, não há menção à multifuncionalidade. A partir da análise das propostas dos cursos oferecidos, pode-se dizer que a perspectiva da multifuncionalidade não está presente. Como já mencionado, a multifuncionalidade cria novas dinâmicas no espaço rural, como enfatiza Carneiro (2002). A preocupação com a multifuncionalidade perpassa não somente a produção, mas envolve também uma nova perspectiva de geração de renda no meio rural. Se antes a perspectiva de geração de renda centrava-se na produção agrícola de uma forma geral – e para isso os cursos de FPR, por exemplo, poderiam ser demandados - agora a possibilidade de geração de renda coloca-se na própria ressignificação da agricultura, não mais tão produtiva, mas uma agricultura com múltiplas funções, que possa ser também lazer, turismo, saúde etc.

Como mencionado anteriormente, a pluriatividade apresenta diferentes significados que variam de acordo com o estágio de desenvolvimento de cada sociedade. Dessa forma, ora aparece como estratégia de sobrevivência dos “pequenos produtores familiares”, ora aparece como mudança no padrão de exploração agrícola. O fato é que ela pode ser compreendida de diferentes maneiras, em relação à sua função e à sua importância

(MATTEI, 1999). Assim, a lógica pluriativa é uma lógica que vislumbra a integração entre várias atividades no meio rural, revelando uma percepção do rural não apenas voltado para a produção, mas, também, para o lazer e para a conservação do meio ambiente.

4.2. O “perfil” dos participantes dos cursos de agroindústria em São Geraldo-MG

A partir das fichas de inscrições, procurou-se apreender as características que identificassem o perfil dos participantes dos cursos do SENAR, a fim de identificar quem são esses participantes, qual a sua ocupação, seu local de residência, se morador da rua ou da roça. Dessa maneira, procurou-se levantar questões que pudessem identificar o participante dos cursos. Buscamos, neste item, refletir sobre as “categorias nativas”: roça e rua como “formas de representação do espaço” em São Geraldo. Essas categorias – a roça e a rua – fazem referência a um espaço que é ao mesmo tempo físico e social, visto que concebido em um processo histórico específico. Começamos nossa análise da caracterização social atribuída ao espaço, apresentando dados relativos à distribuição sócio-espacial das pessoas. A tabela 10, resume as informações dos entrevistados, traçando o perfil desses participantes, quanto ao sexo, idade, escolaridade, ocupação, estado civil e local de residência, na época da entrevista.

TABELA 10 – Distribuição em número absoluto dos cursistas do SENAR em relação ao sexo, idade, escolaridade, ocupação, estado civil e local de residência

Sexo	Quantidade	Faixa Etária			Estado Civil		Local de Residência	
		15-30	30-45	45-70	solteiro	casado	roça	rua
Masculino	11	3	6	1	2	9	3	8
Feminino	11	4	6	2	3	8	6	5
Total	22	7	12	3	5	17	9	13

Fonte: Dados da pesquisa

Nesta Tabela, a grande maioria dos cursistas entrevistados eram casados (77%), e se encontravam na faixa etária acima dos 30 anos (63%), tendo uma equivalência para

participantes do sexo masculino e feminino. Na faixa etária mais jovem, com idade entre 15 a 30 anos, encontravam-se 23% dos participantes: os filhos(as) de produtor rural, os empregados (as), e duas donas de casa. Quanto ao local de residência, pôde-se observar que 60% dos entrevistados são residentes na rua e 40% residentes na roça. Essa informação corrobora a discussão que se propôs para este trabalho, relacionada à definição do que seja o rural hoje. Tal resultado deve-se, sobretudo, à atitude do mobilizador que não impediu os habitantes da rua, de fazer os cursos, pois, na sua percepção, eles faziam parte da dinâmica rural. Através das entrevistas e de um olhar mais atento do pesquisador, constata-se a presença da ruralidade de São Geraldo, identificada através do modo de vida: nas carroças puxadas pelo burro entregando o leite in natura, nos cavaleiros pelas ruas, nas charretes, nos animais pastando nos lotes vazios ou terrenos nos arredores da sede, nas falas das pessoas com ritmo e palavreado próprio, etc.

O modo de vida rural dos habitantes de São Geraldo manifesta-se, pois, na rua, com a presença de pequenas criações ou mesmo na manutenção de costumes que integram o que podemos denominar seu modo de vida. Percebeu-se esse modo de vida em São Geraldo, em observação feita durante as entrevistas nas casas dos moradores da rua, na produção de alimentos através da criação de animais e plantas no quintal da casa. Ainda caracterizando o rural, observa-se que o contato com a natureza nesse município, é direto e constante, é muito peculiar. Existe uma interação de intimidade entre as pessoas nesse lugar, onde as relações acontecem de forma mais direta e concreta. Ou seja, existe uma pessoalidade nas relações; todo mundo conhece todo mundo. Para ilustrar essa relação de conhecimento entre as pessoas, relembro um fato que me chamou a atenção durante uma entrevista, realizada na casa de uma moradora na rua. O fato aconteceu à tarde, quando uma música de melodia triste começou a ser ouvida no alto falante da igreja, por cerca de um minuto. E logo após, o sino começou a badalar de uma forma muito peculiar. Nesse momento, no meio da entrevista, a entrevistada fala com um olhar de curiosidade: “Quem será que morreu, meu Deus”? A entrevista foi interrompida por uns minutos a fim de ouvirmos o anúncio sobre a morte de alguém. No anúncio, revelava o nome da pessoa falecida, onde o corpo estava sendo velado, o convite da família para o velório e o sepultamento, e os agradecimentos da família por mais esse ato de caridade. Esse anúncio fora repetido três vezes. De imediato a entrevistada deu detalhes de quem era a pessoa. “Que Deus a tenha! Coitada, morreu nova, mas já estava muito adoentada”... Ao ser indagada se todas as pessoas que morrem são anunciadas no alto falante da igreja, a

entrevistada disse que já é um costume dali. Eles já sabem que morreu alguém pela música que é colocada no alto falante da igreja e dependendo do tipo de badalar do sino já se sabe se morreu adulto ou criança, porque, quando o sino soa fininho é anúncio de morte de criança, quando soa mais agudo anúncio de morte de adulto. Esse relato mostra como o modo de vida das pessoas moradoras em municípios muito pequenos ainda mantém certas tradições e ou costumes que são significativos para seus moradores.

A despeito da atual localização da residência, essas pessoas não esquecem nem abandonam os hábitos. Levam consigo os estilos de vida e os confortos citadinos. Nas entrevistas com os participantes do curso do SENAR em São Geraldo, observamos que dos vinte e dois entrevistados, treze nasceram, se criaram ou têm contato direto com a roça, mas moram atualmente na rua. Essa experiência do mundo rural leva a manutenção de atividades rurais na rua. Dessa forma, é preciso que reconheçamos as múltiplas situações que caracterizam os modos de vida da roça e da rua, como modos de vida de uma “cidade rural”: situações de resistência, de recriação ou de transformação. Os depoimentos abaixo são uma demonstração desta “ruralidade citadina”:

A constante transformação do território mostra que a agricultura deixa de ser a responsável pela principal atividade econômica tradicional desse meio, dando lugar também a atividades não agrícolas como forma de ocupação e renda. O que se observa é um *revival* da valorização do rural como um território marcado por uma maior relação entre a natureza e as pessoas, uma diversificação das formas de obtenção de renda, maior preservação da biodiversidade, levando ao fortalecimento das manifestações culturais e de outros valores humanos considerados caros à sociedade contemporânea. (GROSSI et al (2002); SCHNEIDER (1999); CARNEIRO (2000); KAGEYAMA (1998); WANDERLEY (2001).

Já na análise da ocupação dos entrevistados, como pode ser observado na Tabela 11, percebeu-se uma diferença nas ocupações que foram descritas pelo mobilizador nas fichas de inscrição para os cursos, em relação às ocupações declaradas pelos entrevistados. Esse dado foi significativo, especialmente em relação à ocupação de “esposa de produtor” que era uma das ocupações presentes nas fichas de inscrição e que não apareceu durante as entrevistas. Ou seja, durante as entrevistas, ficou claro que nenhuma das mulheres se consideravam “esposa de produtor” e sim produtora rural ou dona de casa. No caso específico em que se consideravam “produtoras rurais” que foi o caso das (três

entrevistadas), havia uma relação de identificação com a terra. Elas eram donas do terreno, herdado de seus pais, se sentindo “mais” proprietárias do que “ajudantes” dos maridos/companheiros. Outra distorção também referente à forma como as pessoas se vêem e são denominadas pelo SENAR pode ser observada nas situações que remetem à própria definição do que seja trabalho e emprego. Alguns entrevistados se consideravam trabalhadores rurais, porque não tinham emprego, ou seja, carteira assinada, fazendo serviços “aqui e ali”, mas na sua ficha de inscrição eram enquadrados na categoria “empregado rural”.

TABELA 11 – Distribuição em número absoluto dos cursistas do SENAR em relação à ocupação na época da entrevista e escolaridade

Sexo	Ocupação na época da entrevista						Escolaridade			
	Empreg.	Dona de Casa	Autôn.	Prod. rural	Trab. rural	Filho de prod. rural	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	2º grau incomp.	2º grau comp.
Masc	2	0	2	3	1	4	5	5	1	3
Fem	2	3	0	3	0	2	3	4	0	1
Total	4	3	2	6	1	6	8	9	1	4

Fonte: Dados da pesquisa.

Entretanto, o aspecto que mais nos interessa destacar nas ocupações dos entrevistados diz respeito, sem dúvida, ao fato de elas apontarem para uma dinâmica econômica dentro da qual a divisão social do trabalho é bastante diversificada, além de revelar o intenso imbricamento entre as atividades da “rua” e da “roça”. No que diz respeito particularmente as ocupações dos “filho(as) de produtor rural”²¹, revelaram situações ocupacionais de pessoas que estavam ligadas ao comércio e ao setor moveleiro, morando tanto na rua como na roça: quatro deles eram moradores da rua trabalhando em loja e fábricas de móveis; e dois, moradores na roça, uma que trabalhava em atividade doméstica em sua casa, e outro que trabalhava em um grande abatedouro de frangos da região (Pif Paf). Como autônomo contava um açougueiro e um dono de bar. Enfim,

²¹ No total seis entrevistados, quatro do sexo masculino e dois do sexo feminino.

podemos perceber, através deste quadro com as ocupações daqueles que fizeram os cursos do SENAR em São Geraldo, que, excluir da dinâmica rural aqueles que residem e, ou trabalham na rua, é forçar uma divisão da cidade, não percebendo que nela o rural é, ao mesmo tempo, a rua e a roça.

Em relação à escolaridade dos entrevistados

Quanto à escolaridade dos entrevistados, percebeu-se que não há muita diferença daqueles moradores da rua com os moradores da roça. Ou seja, o baixo nível de escolaridade foi percebido tanto para os que moram na rua quanto para os que moram na roça, não sendo, portanto, fator que influenciou num melhor aproveitamento dos conteúdos dos cursos pelos moradores da rua ou vice-versa. A escolaridade dos vinte e dois entrevistados esteve concentrada nos níveis iniciais de instrução: oito tinham cursado entre a 1ª e a 4ª série, com uma proporção maior para os homens (62,5%), e nove tinham entre a 5ª e 8ª série. Somente quatro deles havia cursado o 2º grau completo e um tinha o 2º grau incompleto. Nenhum dos entrevistados estava estudando à época em que foram entrevistados. O baixo nível de escolaridade presente, tanto entre os moradores da roça quanto entre os moradores da rua, foi justificado pelas dificuldades que tiveram na infância, a localização de residência distante do local de estudo, a necessidade de trabalhar, a falta de incentivo dos pais e a pouca valorização que era dada ao estudo no passado.

Evidencia-se a questão de como a preocupação com o estudo por parte dos habitantes desta cidade rural aponta para o fato de nem mesmo aqueles que moram na roça estarem desconectados das exigências da nossa época, ou seja, do “mundo atual”:

“Eu não continuei nos estudos porque era muito difícil e longe para ir a escola quando eu era mais novo! Mas hoje eu sei que um certificado pode contar muito para entrar numa empresa, para ser contratado!” (Filho de produtor, 28 anos, 4ª série, morador na roça)

“Não continuei o estudo porque morava na roça e comecei a trabalhar na agricultura muito cedo! Sempre trabalhei em terreno dos outros!” (Empregado, casado, 25 anos, 4ª série, morador na rua)

“Parei porque eu não quis continuar não! No meio do ano eu vi que ia tomar bomba, rapei fora! Vim ficar na roça mesmo!” (Filho de produtor, solteiro, 32 anos 4ª série, morador na roça)

“Parei de estudar por quê? Uma que eu não era muito inteligente! E outra que naquela época era muito difícil! Meu pai não deixava a gente ir todo dia pra aula! Meu pai levava a gente lá pra aquela serra lá pra fazer serviço de roça! E se o professor viesse, meu pai fazia a gente descer correndo aquela serra! (risos) A gente já chegava cansado na sala de aula! As vezes chegava na escola a aula já tinha começado! A gente ficava sem ânimo! Ah, boba era muito difícil! ”(Esposa de produtor, casada, 42 anos, 2ª série primária mora na roça)

Na fala dos entrevistados, é a questão do tempo e não do espaço (rua ou roça) que se destaca como uma evidência para explicar tanto o fato de não ter sido possível estudar, como também o fato de que naquela época isto ainda não ser uma exigência tão marcante como nos dias de hoje. Algumas falas evidenciaram que para os participantes dos cursos do SENAR era importante, nos dias de hoje, incentivar os filhos a terem um diploma que os ajudassem no futuro, porque as coisas hoje em dia estão mais difíceis que antigamente.

“Minha filha não gosta de roça não! Ela está estudando pro vestibular. Se ela passar né? Lá em Juiz de Fora ela vai fazer Nutrição. Agora o meu outro filho mais velho já faz Engenharia Química. Lá no Rio! Só esse daí (o filho mais velho) que não quis continuar os estudos. O negócio dele é ajudar o pai. Nunca vi gostar de roça desse jeito! Aqui na roça é muito serviço, boba, não é fácil não”! (Esposa de produtor rural, moradora na roça)

“Meus filhos já estão todos encaminhados. Os que não estão casados, estão estudando! Tem uma filha fazendo doutorado na USP, é socióloga, já fez mestrado... Agora tá fazendo doutorado... Tem uma outra que é dentista, que mora em Brasília. O outro é engenheiro... Os outros filhos todos fizeram curso superior... Por esforço deles, porque quiseram sair, fizeram curso técnico, depois fizeram curso superior... Eles trabalhavam e faziam o curso técnico, depois é que fizeram o curso superior”. (Dona de casa, moradora da rua)

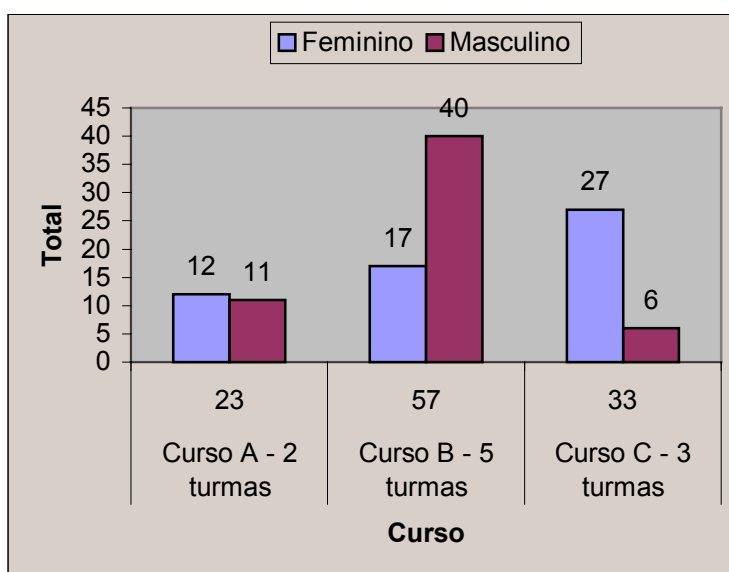
Estas falas demonstram que as preocupações presentes nos moradores de uma cidade rural como São Geraldo são próprias do seu tempo e não relativas ao fato de eles morarem na roça, ou seja, também os pais que moram na rua têm a mesma preocupação com a escolaridade dos filhos. Isto aponta para o fato de percebermos o espaço roça e rua dentro de uma mesma dinâmica sócio-temporal.

4.3. Os cursos do SENAR vistos a partir de uma perspectiva de gênero

Após análise do conteúdo das informações dos relatórios dos cursos de Transformação caseira de produtos de origem animal em embutidos e defumados;

Produção de derivados do leite e Produção de conservas vegetais, compotas, frutas cristalizadas e desidratados, que totalizaram cento e treze participantes, verificou-se, quanto ao sexo, uma presença maior do sexo masculino e,ou feminino de acordo com o tipo de curso, como mostra o gráfico abaixo.

FIGURA 2 – Percentual da participação dos 113 participantes dos cursos do SENAR-MG, distribuídos por sexo, na área de agroindústria



Fonte: Dados da pesquisa

Curso A - Transformação Caseira de Produtos de Origem Animal em Embutidos e Defumados - Observa-se pela figura que há quase uma equivalência da presença de indivíduos do sexo feminino e masculino participando desse curso. Nesse curso, os participantes tiveram conteúdos teóricos e práticos sobre: higienização e sanitização do local (de fabricação) e equipamentos; abate, evisceração e desossa do suíno; aproveitamento de sangue e tripas; defumação de peças (lombo, bacon, costelas); fabricação de paio e lingüiça; fabricação de copa (nome dado à parte do pescoço defumado do suíno) e presunto. De acordo com relatório sobre o curso (para os dois cursos que aconteceram, o instrutor foi do sexo masculino), após o curso, os participantes deviam adquirir “habilidades básicas e gerenciais” a partir desses conteúdos ministrados, sendo as

“habilidades básicas” (segurança no trabalho, higiene pessoal, cuidado com meio ambiente, armazenamento, usos na culinária, cálculo de temperos e embalagens). Nesse curso, participaram oito dos vinte e dois entrevistados, sendo que desses oito participantes, cinco eram do sexo masculino e três do sexo feminino.

Curso B - Produção de Derivados do Leite - Observa-se pelo gráfico que há uma predominância da presença de indivíduos de sexo masculino participantes desse curso. Na área de agroindústria, o curso para treinamento na área de produção de derivados de leite foi o mais solicitado. Isso se deve ao fato de que a economia do município de São Geraldo baseia-se na produção agropecuária. A expressividade do setor agroindustrial, voltado para o beneficiamento de leite, evidencia na pesquisa de campo a presença de pequenos laticínios, a produção de queijos, as pequenas e médias fábricas de doces caseiros.

Nesse curso, os participantes tiveram conteúdos teóricos e práticos sobre obtenção higiênica do leite; higienização e sanitização do local (de fabricação) e equipamentos; fabricação do queijo minas frescal e ricota; fabricação de mussarela; fabricação de iogurte; fabricação de bebida láctea; fabricação do queijo meia cura; fabricação do requeijão em barra; fabricação de doce de leite pastoso e em barra. Dos cinco cursos, três foram ministrados por homens e dois foram ministrados por mulheres. Ao final do curso, os participantes deviam adquirir “habilidades básicas e gerenciais”. As “habilidades básicas” eram segurança no trabalho, higiene pessoal, cuidado com meio ambiente; e as “habilidades gerenciais” armazenamento, cálculo de ingredientes, embalagens, comercialização.

Observou-se uma presença maior de pessoas do sexo masculino participando do curso de produção de derivados do leite. Tal participação possivelmente está relacionada ao tipo de trabalho desenvolvido nas atividades agropecuárias e por remeter à indústria (laticínios). O trabalho “pesado” na lida com animais leiteiros de grande é gerenciado pelo sexo masculino, na sua grande maioria. Nesse curso, participaram sete dos vinte e dois entrevistados, sendo que destes, cinco eram do sexo masculino e dois do sexo feminino. Quanto às duas participantes do sexo feminino, elas se denominavam “donas de casa”. Apesar de desenvolverem grande parte das atividades leiteiras, uma das entrevistadas fez questão de dizer que é o marido que cria, que cuida e que ordenha, cabendo a ela “somente” processar o leite, ou seja, fazer doces e queijos para o consumo da família.

“Meu marido tem vaca aqui no quintal. Então toda vez que ela está dando leite eu tenho que aproveitar o leite, né? Eu já fazia o queijo e tal. Eu queria fazer um curso pra poder fazer dentro do padrão!” (Dona de casa, moradora na rua. Na ficha de inscrição a ocupação é de pequena produtora).

A outra participante disse que fez o curso para atender um pedido da sogra para completar a turma para que o curso acontecesse. A sogra não foi sorteada para entrevista, o que nos leva a ter uma curiosidade a respeito do seu interesse em completar a turma para que o curso acontecesse. Segundo essa participante, o marido tem um sítio em São Geraldo, mas ele trabalha é com salão de cabeleireiro. O sítio é para final de semana e os dois filhos é que vão lá para “dar uma olhada” durante a semana.

“A minha sogra me convenceu que o curso era bom. E era pra ajudar o mobilizador também, né? Que ele tava procurando o pequeno produtor. A minha sogra é pequena produtora, trabalha com leite e tudo... aí, então, me animou a participar do curso, porque quem sabe mais pra frente dá pra gente mexer com isso também”. (Dona de casa, moradora na rua. Na ficha de inscrição a ocupação é de esposa de produtor)

Nota-se neste depoimento o pequeno interesse em relação ao curso, o que pode ser explicado pela falta de identificação com o tipo de curso do qual ela participaria. Ou seja, a sua participação aconteceu muito mais em função de atender uma solicitação, do que pela utilidade do curso para esta entrevistada.

Curso C - Produção de Conservas Vegetais, Compotas, Frutos Cristalizados e Desidratados - Percebe-se pelo gráfico que há uma predominância da presença de indivíduos do sexo feminino participantes desse curso. Nesse curso, os participantes tiveram conteúdos teóricos e práticos sobre: valor nutricional de frutas in-natura e após processamento; higienização do ambiente de trabalho, dos utensílios e equipamentos; higiene da matéria prima e do manipulador; seleção da matéria-prima; fabricação de doces cristalizados de abóbora, figo, goiaba, cidra, laranja, abacaxi, banana, mamão e tomate; fabricação de compotas de laranja da terra; fabricação de polpada de goiaba; fabricação de doce de goiaba e laranja da terra; fabricação de geléias de acerola, maracujá, manga, goiaba; preparo do produto para comercialização. De acordo com relatório sobre o curso (para os três cursos que aconteceram, a instrutora foi do sexo feminino), após o curso, os participantes deviam adquirir “habilidades básicas e gerenciais” a partir dos conteúdos ministrados. Sendo as “habilidades básicas e gerenciais” (saúde e segurança no trabalho, preservação ambiental, avaliação de qualidade e custos dos produtos, comercialização,

associativismo, compra e venda em comum). Desse curso, participaram sete dos vinte e dois entrevistados, sendo que seis eram do sexo feminino e somente um do sexo masculino.

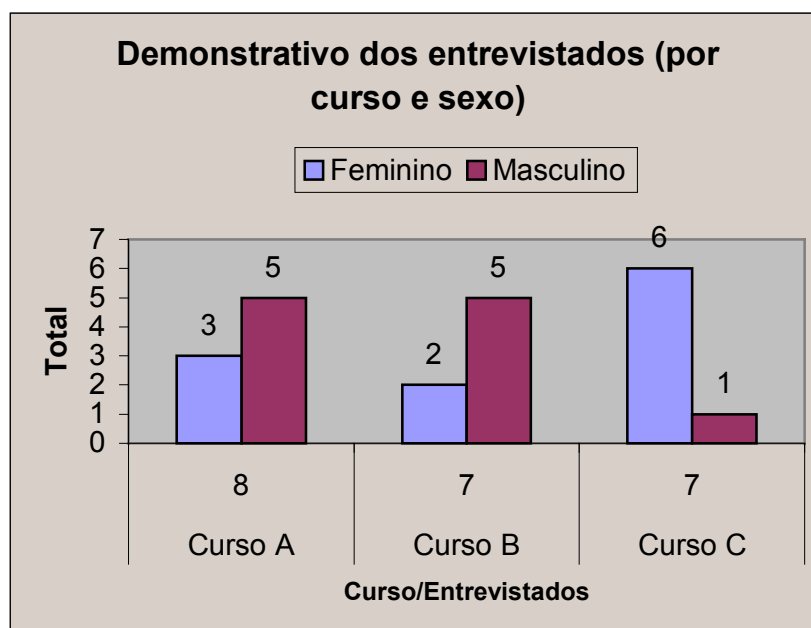
Cabe ressaltar que os cursos que foram analisados neste estudo fazem parte da Formação Profissional Rural (FPR), onde no próprio relatório do SENAR foi divulgado através da porcentagem dos participantes dos cursos de FPR, que apresentou participação prioritariamente masculina. Mas, no caso específico do curso C (Produção de conservas vegetais, compotas, frutos cristalizados e desidratados), que também faz parte da FPR, houve predominância do sexo feminino em todos os três cursos que foram ministrados em São Geraldo, como mostra o Figura 1 (anterior) e Figura 2 (abaixo). Isso pode se dever ao fato de que o próprio nome desse curso conota atividades relacionadas ao trabalho doméstico, mais próximo à casa, “atribuído às mulheres”. Práticas que demandam mais paciência, habilidade manual, como, por exemplo, a elaboração de conservas, doces cristalizados, compotas etc, e podem ser realizadas dentro da cozinha de casa, utilizando utensílios domésticos e matéria-prima da horta ou do quintal de casa.

Tomando como referência as relações de gênero, no meio rural, e buscando explicação para a pouca participação masculina nesse tipo de curso, oferecido pelo SENAR, Kergoat (1984), nos fala que certos tipos de "qualificação" estão associados a "habilidades naturais", como paciência, destreza, detalhismo e movimentos finos. Estes atributos, porém, estão inscritos no mundo da reprodução e da feminilidade, não possuem prestígio e status de qualificação no mundo do trabalho, sendo quando muito considerados “qualidades femininas”. Em outras palavras, é como se este tipo de qualificação fosse considerado um trabalho simples, uma vez que ele pode ser feito com base em conhecimentos ditos "naturais", associado ao trabalho “leve”, fácil, limpo, e que exige paciência. Quanto aos homens, a escolha para sua qualificação parte de um importante atributo da masculinidade para o mundo do trabalho que é o da virilidade acionada para atividades consideradas mais pesadas, que requerem coragem e determinação, envolvendo perigo e o uso de força (KERGOAT,1984).

Valdete Boni (2000), ao discutir o Poder e Igualdade nas relações de gênero entre Sindicalistas Rurais em Santa Catarina, apontou que as análises de gênero vêm mostrar a sub-valorização do trabalho das mulheres. E nessa análise das relações de gênero, a divisão sexual do trabalho e as relações entre homens e mulheres são construídas em função de

suas características biológicas mas, na verdade são fruto de um produto social que legitima as relações de poder. Entretanto, é preciso ressaltar que as identidades e os papéis masculinos e femininos caracterizam-se como construção histórica e social, sujeita, portanto, a mudanças (BONI, 2000).

FIGURA 3 – Demonstrativo dos 22 entrevistados por curso e sexo



Fonte: Dados da pesquisa

A demanda de um dos cursos C – Produção de Conservas Vegetais, Compotas, Frutos Cristalizados e Desidratados – veio do participante do sexo masculino, que, inclusive, foi quem ofereceu o espaço para a realização do curso, uma vez que já possuía em seu sítio uma unidade de produção de doces, onde gerenciava e produzia doces cristalizados, pastosos, compotas etc. É um negócio de família, que segundo ele, aprendia com a mãe que fazia doce há muito tempo. “E eu tinha vontade de dar continuidade, por isso comecei a mexer aqui em casa”. Percebe-se que as atividades aqui desenvolvidas se remetem ao “mundo doméstico”. Nesse caso, a participação desse produtor rural pode ser caracterizada uma exceção à regra. É um “negócio de família”, com fins lucrativos. Este mesmo entrevistado ressalta que a sua pequena fábrica de doces pode ter a função de gerar

emprego, especialmente para as mulheres que fizeram o curso junto com ele pois, dessa, forma ele garantiria a qualidade da produção através de uma mão de obra já treinada.

“Eu já cansei de convidar as mulheres que fizeram o curso junto comigo para vir trabalhar aqui! Dar um emprego pra elas. Mas, na verdade, eu acho que existe mais é preguiça! Tem muita gente aí que não quer saber de pegar no pesado não! Então eu faço tudo sozinho. Eu às vezes chamo uma mulher aí pra me ajudar, mas, na parte de ir pro tacho, mexer o doce. olhar ponto de doce, colocar doce nos vidros, isso tudo é eu que faço. A mulher é só pra dar uma ajuda pra descascar uma fruta mesmo! Dar uma olhada no doce enquanto eu faço uma outra coisa! Até lavar os vasilhames, tacho e tudo sou eu que faço!” (Produtor rural, morador na roça).

4.4. Curso do SENAR X Transformação na vida dos cursistas

Sem tratar a questão de forma simplista, atribuindo ao SENAR a responsabilidade por “lacunas” que são mais amplas e que dizem respeito à problemática da pequena produção e da agricultura familiar, há que se considerar que existe atualmente uma maior ênfase dos cursos do SENAR na produção agrícola e na produtividade do que na perspectiva de pluriatividade. Dessa forma, a proposta dos cursos do SENAR incide mais em conteúdos técnicos da produção e da produtividade atentando de maneira incipiente para os aspectos relacionados à nova dinâmica pluriativa do rural. Assim, não raro, é possível ouvir depoimentos de pessoas que fizeram cursos do SENAR, que montaram seu próprio negócio e depois de algum tempo tiveram seu empreendimento fracassado. A vinda com os filhos para a rua, a busca por trabalho no setor moveleiro é a saída dada por muitos deles. Essas ações podem estar relacionadas a uma visão da roça que reflete um congelamento dentro de uma perspectiva que concebe o “rural” apenas como fornecedor de matéria prima em contraste com uma imagem do urbano como marcado pelo empreendedorismo das indústrias, do comércio e da prestação de serviços.

“Você vê dono de fábrica, depois que fez o curso do SENAR, fechando e vindo com os filhos aqui pra rua. Vêm trabalhar no setor moveleiro pra competir no mercado. Os jovens do meio rural tão saindo da roça e vindo empregar no setor moveleiro aqui na rua”. (Filho de trabalhador rural, morador na rua).

Na análise da visão que os entrevistados manifestaram do rural percebeu-se que, nem sempre, a vida na roça traz esperança de melhoria de vida, emprego e estudo especialmente para os jovens. Como na roça não se apresentam perspectivas de obtenção de renda, a rua e a cidade grande permanecem como única referência de busca por

melhoria de vida. Tal fenômeno está presente no município de São Geraldo e nas situações de vida das pessoas, conforme mostra o depoimento da produtora rural, abaixo:

“O povo está saindo da roça e empregando na rua na fábrica de móveis. Esses que estão desistindo não tem terra. Mora no terreno dos outros, é empregado dos patrão aqui. Agora o que nós plantamos aqui, outras pessoas pegam pra plantar junto comigo a terça sabe? Tem um trabalhador aqui que plantou arroz a terça comigo. Ele mora lá na rua e vem para plantar. Não mora comigo aqui não. Vem e volta todo dia pra rua.. Tem outro trabalhador aqui meu vizinho que tem um pedacinho pequeno de herança, mas não dá pra plantar, aí ele pede pra plantar a terça no meu terreno. Ele já é aposentado” (Produtora rural, morador na roça).

As dificuldades da vida na roça, a ausência de perspectiva em termos de uma renda regular dada pela segurança de um emprego com carteira assinada e dinheiro todo mês foram algumas das justificativas dadas pelos mais jovens e solteiros para a mudança para a rua. Não raro, nos depoimentos, essas justificativas estiveram mais relacionadas ao pequeno retorno financeiro das atividades ali realizadas do que relacionadas ao fato de não quererem mais trabalhar na roça. Segundo Abramovay (1998), no seu livro “Juventude e Agricultura Familiar”, a falta de infra-estrutura básica, associada à baixa rentabilidade do setor e ao ambiente adverso em que as atividades são desenvolvidas, normalmente expostas às intempéries, é que provocam um grande desestímulo especialmente em relação aos jovens moradores no meio rural.

Os entrevistados mais jovens, na sua maioria filhos (as) de produtor e de empregados, gostariam de permanecer na roça, mas antes acreditavam que seria preciso ganhar dinheiro para investir em alguma atividade que gerasse renda na roça. Por isso, muitas vezes, empregavam-se no comércio ou no setor moveleiro para garantir um salário todo mês para se manter e, muitas vezes, ajudar nas despesas da casa. Alguns relatos evidenciaram que, embora os mais jovens estivessem saindo da roça em busca de um emprego em outras cidades, alguns deles tinham planos de futuramente, ou quando ficassem mais velhos, voltarem a morar na roça.

“Eu gosto demais da roça! Mas eu comecei namorar minha esposa, casei, e ela não vai pra roça mesmo! No tempo que eu estava morando lá na roça eu e meus colegas lá na roça trabalhava era no plantio. Plantava pra nós e trabalhava lá ajudando os vizinhos... Mais era na capina e batendo pasto. As vezes trabalhava até trocando dia. Agora os mais velhos que estão aposentados tão mais sossegado em ficar na roça mesmo. Pra eles é mais tranquilo né? Leva uma vida sossegada! Eu se um dia eu tiver condição eu penso em voltar pra roça”! (Empregado, filho de trabalhador rural, morador na rua).

“Eu penso um dia em morar na roça! Agora não que eu tô novo. Quero continuar meus estudos. Eu tô empregado aqui, mas eu vou continuar os estudos” (Empregado, morador na rua, na ficha de inscrição filho de produtor rural).

Entretanto, alguns depoimentos também revelaram que as distâncias roça-rua se encurtaram e trouxeram mudanças para as antigas características atribuídas ao típico produtor rural, conforme descrevia a literatura clássica da sociologia rural. Em São Geraldo, o fácil acesso às cidades vizinhas por meio das estradas vicinais, a possibilidade de transporte coletivo através de ônibus disponibilizado pela prefeitura, amenizaram o isolamento em que viviam os antigos moradores da roça. Pode-se dizer que esse crescente aumento na oferta de meios de transporte e a multiplicação de estradas ligando o campo às cidades têm contribuído para diminuir o distanciamento da população rural que ficava longe dos benefícios urbanos.

Nesse sentido, Wanderley (1997) em seu artigo “O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno” faz referência à teoria do continuum rural-urbano, tratando das relações campo-cidade. A autora chama a atenção para a vertente que considera o continuum rural-urbano como uma relação integradora desses dois pólos. Assim, no caso pesquisado, os depoimentos mostraram que as mudanças trazidas no acesso ao consumo, ao transporte, à comunicação, etc, foram influências que diluíram, em grande medida, as diferenças da roça e da rua e constituiu um novo “modo de vida” que serve de referência para as pessoas de uma época, e não de um determinado espaço geográfico.

“A roça de hoje não tem muita diferença da rua não. Nós temos luz, água dentro de casa se quiser, banheiro, geladeira, liquidificador, televisão, antena parabólica. Quando eu era nova e morava com meu pai, antes de casar, as coisas era difícil demais, nossa! Mas era bão boba! A gente gostava daquela vida. Trabalhava assim animado, firme. É o que eu falo com meu filho. Tem que trabalhar igual eu. Desde pequeno, né?” (Produtora rural, moradora na roça. Na ficha de inscrição esposa de produtor rural).

“Hoje não tem diferença mais do pessoal da roça com os de rua, quero dizer de cidade. Por que? Por causa da vida que cada um ta levando agora né? A vivência das pessoas vai melhorando mais. Nossa vida hoje é muito mais fácil.! Porque as coisas melhoraram muito. Eu nasci e fui criada na roça. Depois que eu casei continuei a morar aqui na roça, mas a gente tinha que ir pra rua a pé. A gente gastava duas hora na estrada para ir na cidade de Rio Branco. Hoje já tem ônibus, nós temos o carro... Nossa senhora, mudou muito! (risada) Não tem nem comparação uai! Melhorou demais! Até a casa da gente é outra! Tem forro, piso, banheiro, luz. Hoje eu não tenho nem vontade de mudar pra rua não. Antes, eu tinha vontade de morar na rua. A única coisa que não tem na roça igual na rua é o divertimento, né? Aqui não tem. (Dona de casa, moradora na roça. Na ficha de inscrição esposa de produtor rural)

“Eu vou à rua faço o que eu tenho que fazer lá e volto. Fico doida de vontade de chegar em casa. Hoje em dia, pra viver na roça, tem que todo mundo da família trabalhar, né? Só um da família trabalhando não dá não!” (Produtora rural, mora na roça. Na ficha de inscrição esposa de produtor rural).

Esses depoimentos acima são reveladores de uma aproximação entre a rua e a roça que se deu através do acesso a bens de consumo e a alguns serviços anteriormente restritos aos habitantes da rua. Se observarmos os depoimentos, percebemos que objetos de uso típicos dos habitantes da rua estão hoje presentes na roça, como televisores, antena parabólica, geladeiras, freezers, ventiladores, fogão a gás, o estilo da habitação, dentre outros, que trouxeram mais conforto. Muito embora a melhoria dos padrões de consumo possam levar ao pensamento de que o rural esteja passando por um processo de urbanização, é preciso levar em consideração o que dizem Carneiro (2002) e Wanderley (2001), quando chamam atenção para o fato de que essas transformações podem também acontecer dentro de um processo de ressignificação do rural. Desse modo, não se pode tomar esses processos de mudança nos padrões de consumo como sendo um padrão de urbanização. É importante se perceber que há influências do rural no urbano e vice-versa. Pode-se dizer que há um processo de mudança do consumo que se aproxima dos padrões urbanos, mas não devemos nos precipitar em dizer que isso seja a urbanização do rural porque há aspectos culturais que precisam ser considerados. Há situações, inclusive, em que as “coisas da roça” passam a ser mais valorizadas, mais procuradas, por se conceber o rural como mais puro e autêntico que a cidade.

“Você pega um doce caseiro: uma goiabada! É diferente de uma goiabada industrializada! Tem que resgatar essa tradição pelas coisas mais artesanais. O SENAR traz isso de volta. Traz esse valor para o homem do campo, cê entendeu? Só que depois do curso deixa ele (quem fez o curso) sozinho. Vem cá dá o curso, mas não mostra pra ele onde ele pode colocar o produto dele. Cê entendeu? É isso que eu to querendo te dizer. Então veio aqui, fez o doce, fez o queijo, fez o defumado, mas e agora aonde eu levo? Quem vai aceitar o meu produto? Eu não sei se você viu a pouco tempo, um novela aí, o tal de Petrucio, o queijo vinha enrolado numa casca de banana.. pra quê? Quer dizer pra conservação do queijo, não perder a forma...conservar o sabor... hoje não, eles usam é PVC,né? Então isso tudo são valores que podia ta sendo mostrado ainda hoje pelo SENAR. Eu não sei se é porque eu fui criado na cidade, eu valorizo muito isso. Valorizo muito. Só não vou te falar que só como desses produtos, eu tenho que comprar o que tem no supermercado mesmo, porque não tem na região, como diz assim esse tipo de produto bem feito lá da roça, não tem. Você já pensou se aqui em São Geraldo juntar todas as pessoas que fizeram cursos na área de agroindústria, já pensou se tivesse uma associação pequenininha? Eu não precisaria sair daqui de São Geraldo e ir lá em Monte Celeste (distrito) pra buscar uma cachaça boa, ou ir lá no Quebra Galho (propriedade rural) pra buscar um queijo bom, ou eu ter que lá do outro lado da cidade pra buscar uma lingüiça boa...teria tudo aqui, num ponto só. Então existem pessoas da roça que fazem, mas você não sabe se vai chegar lá e encontrar! (Autônomo, morador na rua).

De acordo com Carneiro (1998), houve uma transformação nas noções de urbano e rural em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que já não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente, especialmente em algumas regiões. A ruralidade não pode ser definida com base na oposição à urbanidade, pois o rural e o urbano correspondem a representações sociais sujeitas a reelaborações, de acordo com o universo simbólico em que estão inseridas. Ou seja, para a autora, a visão dualista, que opunha o rural ao urbano como realidades distintas e de negação uma a outra, associando o rural ao agrícola e atrasado e o urbano ao industrial e moderno, deve ser superada. (CARNEIRO, 1998)

4.5. Das Mudanças empreendidas após o curso

Dentro deste contexto, buscamos analisar as possíveis mudanças nas práticas tradicionais dos cursistas após sua participação nos cursos. Percebemos que os entrevistados da pesquisa, ao assumirem as práticas de trabalho apregoadas pelo SENAR, são por elas influenciados, mas essa assimilação dá-se, quase sempre, alternada com momentos de valorização dos antigos conhecimentos. Tal atitude, possivelmente, se explica, a medida que, como chama a atenção SCHIMITT (1998, p.135) “Estamos lidando com sentimentos e crenças muito arraigados e caros àquelas pessoas. Conhecimentos que estão relacionados a formas tradicionais de organização social, os quais não podem ser alterados sem uma desestruturação muito grande do equilíbrio do grupo”. Tais fatores, portanto, estariam associados à alternância na valorização ora dos conhecimentos tradicionais, ora na valorização dos novos conhecimentos. Assim, o saber-fazer tradicional, em certos momentos, é visto como importante e de valor para os dias de hoje e em um outro momento como coisa de antigamente, não adequadas às exigências dos dias de hoje, especialmente quando se refere às práticas de higiene na fabricação dos produtos que aprenderam no curso.

“Há 25 anos atrás, era tradição da família. Eu fiz muita rapadura no tempo do meu pai. Antigamente não era muito criativo. As coisas não tinha essa exigência de hoje! Se fosse antigamente do jeito de hoje era errado. Porque antigamente não tinha higiene! Não tinha muita coisa não uai! O chão!A tacha! Era tudo no chão! Hoje não! É tudo mais apropriado mais direitinho pra fazer, uai!. No tempo do papai, no tempo dele,

se ele fizesse aquilo lá, era errado pra ele. Naquele tempo não precisava de muita higiene do jeito que tem hoje. Não precisava tanta higiene como tem hoje! (Dona de casa, moradora na roça. Na ficha de inscrição esposa de produtor rural).

“Você sabe muito bem que a coisa tradicional (da roça), ela tem muitas falhas. Em tudo! Principalmente que eu falo é da higienização das coisas. Eu fui ver isso depois do curso” (Produtor rural, morador na roça).

“Ah, na roça a gente faz de qualquer jeito! Numa correria danada! Não liga muito com a roupa, se está suja... nada!.. E do jeito que a gente viu no curso... é uma higiene danada! Não pode ter nada sujo: nem as roupas da gente, o lugar... Tudo! Mas é bão! Não é ruim não! Eu só dei importância pra isso depois do curso... E na roça é desse jeito mesmo! É só quem lida para ver como é que é” (Produtor rural, morador na rua. Na ficha de inscrição trabalhador rural).

“Na minha época de roça, as coisas eram assim: não tinha muita higiene nada! Mas agora é outra coisa né? Eu não sei porque, mas a gente fazia as coisas na roça de qualquer jeito e dava certo...(risadas), né? Eu fui fazer o curso pra poder fazer dentro do padrão que faz, né? (Dona de casa, moradora na rua. Na ficha de inscrição produtora rural).

Percebemos que, muitas vezes, as regras e técnicas adquiridas no curso ganham sentido à luz de um novo saber, combinando doses de tradição. O saber herdado tem, muitas vezes, uma forte carga de tradicionalidade conservadora, mas que, a partir do curso, pode ser atualizado por algumas dessas pessoas. O saber, a partir do curso, passa, portanto, à idéia do pertencer, do produzir e do gerir que, possivelmente, pode se aplicar. A ênfase sobre o conhecimento adquirido no curso em questões específicas, como no caso da higiene na produção dos alimentos, explica porque “produzir de forma diferente” para essas pessoas pode levar, até mesmo, à superação da tradicionalidade. O padrão de higiene exigido é o marco ideológico da materialização de um estilo de vida marcado pelos referenciais burgueses que fundamentam a idéia de progresso.

“Claro que a gente faz com higiene! Mas não é assim igual no curso. Fazendo o curso, a gente aprende os manejos melhores da higiene, né? Da técnica! Aí aprende fazer direitinho né?” (Dona de casa, moradora na rua. Na ficha de inscrição, produtora rural).

“Depois do curso eu trabalhei muito em cima da higiene! Meus clientes notaram a diferença do que eu tava fazendo! Na questão por exemplo do uniforme, higiene dos funcionários. Que foi falado no curso. Depois do curso a primeira coisa que eu procuro saber é o prazo de validade! Eu não como mesmo, a não ser aquele que minha mãe faz. E as coisas na roça são coisas naturais, são coisas feitas espontaneamente! Com toda boa vontade, sem aquele intuito de somente ganhar

dinheiro. Pra mim, isso tem muito valor! Porque o homem do campo, em geral, ele prefere muito mais ver uma pessoa satisfeita com seu produto do que na verdade ganhar dinheiro” (Autônomo, morador na “rua”).

“Depois que eu fiz esse curso do SENAR, tem muitos queijos de roça que eu não como não. Só “como” se eu ver fazer mesmo! Então, são muitas coisas que a gente aprendeu! Pra mim foi bom. Vi pessoas que mexe com carne e com leite aqui na rua (referindo-se à cidade), pôxa! A gente fala muito que lá no laticínio muita coisa mudou por causa do SENAR! Antes eu não dava importância pra higiene não! Eu nasci na roça, eu achava que não tinha nada a ver. Então eu pensava: eu tô com quase 50 anos, nunca me matou! Porque que eu vou mudar meu modo e o dos meus filhos? Sempre eu pensava assim! Mas depois... em relação a esse curso, a higiene, a exigência que o professor tinha com a gente, é que eu fui aprender. Como eu estava muito errado! Além de errado, um ignorante bem daqueles fortes! Entendeu? E... hoje meus pais, que moram na roça, e outros ainda, eles falam: isso é bobeira! Não tem nada a ver!” (Produtor rural, morador na rua).

“Porque a mulher (instrutora do curso) todo dia, quando a gente chegava lá, falava que tinha que lavar as paredes e tudo! O fogão, as vasilhas tudo bem lavadinha, tudo desinfetado! É importante isso, né? A gente aprende isso tudo, né? A gente tem higiene em casa, mas não é assim! Toda vez que vai fazer alguma coisa fazer toda aquela higiene toda!Tinha que ter lugar próprio! Todo azulejado pra mexer com as coisas, né? A mulher ainda falava assim: pra vocês guardar o doce assim pra durar uns 6 meses, um ano! A gente não sabia que tinha que esterilizar o vidro e tudo, né? Ferver os vidros e por o doce ali praticamente no vidro quente! Pro doce não estragar! Até isso a gente “prende”! Eu mesma antes de fazer o curso fazia doce! Mas não tinha aquele capricho todo! Eu já fiz o curso então eu sei o modo certo de fazer doce” (Dona de casa, moradora na roça. Na ficha de inscrição, esposa de produtor rural).

“Eu acho certinho uai! Higiene, né? Tem que ter. Prender o cabelo né? Colocar máscara no nariz, na boca, tampar, né? Eu não sabia nada disso! (Dono de bar, morador na rua. Na ficha de inscrição, autônomo).

Já a permanência na valorização dos conhecimentos tradicionais pode ser explicada à medida que, nem sempre, é possível produzir de “forma diferente” ou de acordo com as “exigências” do curso. Muitas vezes, o “novo saber” é confrontado à realidade em que as pessoas vivem e elas afirmam que os professores dos cursos desconhecem a dureza de quem, freqüentemente, não tem recursos para arcar com os custos de toda a estrutura exigida pelo saber técnico. Apesar disso, o novo saber não fica desperdiçado, já que saber não ocupa lugar, sendo visto como fonte a ser recorrida, caso haja condições para aplicá-lo. Mas, efetivamente, para algumas pessoas, tais conhecimentos não fazem parte das suas práticas do dia-a-dia, conforme evidencia a fala de um dos cursistas:

“Na roça, agente fica é todo sujo mesmo! Mexendo no curral, não tem outro jeito. O professor explica lá, mas ele não sabe a vida da roça! Se tá ganhando suficiente, se tá ganhando menos, se dá pra fazer, ou não! Aí fica difícil! Agora ele mostra, ensina

direitinho. Só não aprende quem não quer mesmo. Tudo que a gente aprende não tá desperdiçado, né? Se a gente não tem as coisas direitinho em casa, os vasilhames e tudo, não tem jeito da gente fazer do jeito que ele fala não! Ter tudo certinho, limpinho!” (Filho de produtor rural, morador na roça).

As concepções ideológicas que perpassam os conteúdos dos cursos têm como objetivo a apreensão de um mundo mais racional, científico, que se contrapõe à tradição, às práticas do senso comum. O discurso da higienização, por exemplo, que perpassa todos os conteúdos técnicos, é construído dentro de uma concepção de mundo que se observa dentro de um modelo de padrão de urbanização e que se solidifica com a revolução industrial. Nesse contexto, a higiene passa a ser uma forma de educar trabalhadores do meio rural que viviam livres, sem uma padronização, a se padronizarem, a adotarem um novo modelo. A fábrica é um momento em que esse discurso da educação do corpo, da higiene, visa a “construção de um corpo” para o capital. Percebe-se, nos padrões de higiene exigidos, uma carga ideológica muito forte, dentro da qual busca-se conformar o estilo de vida e o próprio corpo dentro da ética e da lógica do mundo burguês: o corpo deve ser sadio e limpo.

Os conteúdos de higiene repassados pelo curso do SENAR estão focados dentro desses critérios burgueses de limpeza. Mas o que é considerado limpo? Nos depoimentos, muitas vezes, para os cursistas, o fato de terem lavado as mãos, varrer o piso e lavar os utensílios poderia ser considerado limpo. Todos os participantes do curso ressaltaram que foi importante aprender sobre a prática de higienização completa, (higienizar e sanitizar) conforme tratou o curso. No entanto, 85% dos cursistas não aplicariam esses conhecimentos conforme lhes foram repassados, para utilização no consumo da própria família.

“Ah, eu faço é assim! E é assim que tem que ser! (risadas). Porque se a gente mexe com uma coisa, um certo doce que não vai passar pra outro, né? A gente faz com uma certa higiene, mas não segue nada daquilo! Que viu no curso! Mas a gente agora já tem o conhecimento do que se deve fazer. E o destino de tudo o que eu faço, é para consumo familiar mesmo!” (Dona de casa, moradora na rua. Na ficha de inscrição produtora rural).

Todos os entrevistados foram unânimes em ressaltar a questão da higiene como marcante no curso do SENAR. Para Tedesco et al. (1998), tal comportamento se explica porque o “ethos” rural permanece, ou seja, vai sempre existir a referência do “homem do campo”, através das representações inseridas, produzidas e emitidas sobre o vivido, sobre a realidade social na qual o homem do campo está inserido, socializado e onde define seu

comportamento. Esse ethos diz respeito a uma sabedoria implícita no domínio das informações sociais e mentais que são operacionais e adquiridas ao longo da experiência da vida. Nesse sentido, como demonstrado por Woortmann (1995), o “saber fazer” do camponês pode constituir um modelo de apreensão do mundo, apresentando coerência interna; um “Know how” onde os pressupostos são dominados cognitivamente pelo camponês. Já as premissas do pacote tecnológico, onde o saber é compartimentado estão fora do seu domínio cognitivo. No entanto, se o modo de produção do camponês é subordinado, o saber não o é, ou seja, ele é portador de uma cultura e de um saber que Gramsci designou como portador de uma autonomia relativa. A partir dessas considerações sobre o “saber fazer” do produtor rural, é importante compreender seu universo simbólico e material, dentro do qual se constrói a sua lógica de produção.

Nas atividades de produção de alimentos como doces, queijos e defumados, os depoentes declararam que empregavam tecnologias tradicionais (produtos caseiros), e que não levavam tão em conta a higiene dos equipamentos e das embalagens etc. No entanto, eles sabiam que esses produtos não eram aceitos por consumidores de melhor renda, atendendo somente àqueles consumidores que, segundo eles, não ligavam muito para essa coisa de higiene. O que chama a atenção é que a questão da higiene é apresentada aos participantes do curso do SENAR tendo a conotação de uma “outra” lógica produtiva, diferente da deles. Isso porque a produção para o consumo familiar não precisa daquela higiene toda, de acordo com alguns depoimentos.

“Tem coisa, tem produto assim que ocê olha que tá sujo. Dá pra notar que não tá bom. Mas, antes do curso, eu não notava isso não! Eu nem sabia que era importante, né? Conhecer a higiene do curral, das pessoas, né? Agora eu dô valor, né? Que é coisa de qualidade, né? É engraçado que meu marido, meus filhos vai muito na roça, vê o avô deles fazer queijo e ninguém nunca ligou pra isso não! É o jeito do povo da roça fazer, né?”(Dona de casa, moradora na rua. Na ficha de inscrição, esposa de produtor rural).

“Nem tudo que a gente come a gente tá vendo fazer! É complicado, né? Mas se ficar olhando isso, também tem hora que você tá com fome! Eu não sei como foi feito! Aí eu vou comer ou eu vou ficar com fome? É complicado o negócio, né? Agora tem muita coisa aí que as pessoas faz de qualquer maneira, com sujeira, é falta de orientação, né? A verdade é essa! A pessoa não tá orientada de como fazer a coisa não, né?” (Produtor rural, morador na rua).

Nessa perspectiva, Bloemer (1996) afirma que o “modo de vida dos pequenos produtores brasileiros, no que diz respeito às suas práticas econômicas (...), subjetivamente, continua vinculado ao passado”, permanecendo valores que dificilmente

são erradicados. E lembra: “esta postura não é conservadora, mas sim reativa, no sentido do compromisso camponês com a tradição, como reação à dominação simbólica a que estão sujeitos” (BLOEMER,1996 p. 58).

4.6. Das motivações para fazer o curso do SENAR

A respeito das motivações para fazer o curso do SENAR, a maioria dos entrevistados (80%) apresentaram as seguintes: “melhorar os conhecimentos”, “curiosidade”, “acha importante ter um certificado do SENAR”. Outros 15% justificaram a participação nessa ordem: “aperfeiçoar o que já sabe fazer”, “aprender mais”, “agregar mais valor nos produtos que já fazem”. Outros 5% dos entrevistados declararam ter participado do curso para “completar a turma para o curso”, e “se preparar para ter uma fonte de renda”. Ou seja, as “motivações” não revelaram uma genuína necessidade dos participantes, ou seja, uma busca por algo que eles desejariam obter para alcançar maior valorização comercial dos seus produtos e melhor colocação no mercado de trabalho. De certa forma, as motivações surpreenderam porque se esperava que a motivação principal fosse aumentar a renda familiar com a comercialização dos produtos. Fica explícito pelos objetivos do curso que a expectativa do SENAR é que o cursista possa colocar em prática o aprendizado, agregando valor aos seus produtos e, conseqüentemente, aumentando sua renda familiar. Os depoimentos abaixo expressam as variadas motivações para a participação nos cursos do SENAR.

“Eu fui lá mais por curiosidade! Cheguei lá eu gostei! O cara (instrutor) começou a falar eu interessei. E gostei! Achei que valeu a pena! Eu acho importante eu ter um certificado do curso do SENAR hoje! Ainda mais que esse curso serviu lá pra casa e eu aprendi, né? Num exemplo, se for preciso amanhã eu entrar no mercado eu já tenho conhecimento e certificado, né? Até o momento eu não pensei nisso não! Usar o curso para investir em alguma coisa lucrativa. Serviu mesmo porque eu aprendi, né? (Trabalhador rural, morador na rua).

“Eu achei que a gente assim... já sabe fazer! Mas a gente aperfeiçoar mais na técnica de hoje, é muito melhor! Eu acho que vai ter mais saída os produtos... eu achei assim. Eu achei ótimo o curso! Não tem diferença quase nenhuma não do jeito que eu já fazia antes. A diferença é assim naquele modo da higiene, que a gente não fazia igual ensina lá, né? (Pequena produtora, moradora na roça).

“Eu tava sem fazer nada mesmo, sem trabalhar, aí eu fui fazer o curso! Era só uma semana e não pagava nada mesmo! E também às vezes algum dia pode aparecer algum serviço para mexer com alguma coisa assim, aí a gente já tem uma noção mais ou menos, né? Às vezes pode aparecer alguma coisa assim pra gente fazer de doce, né? Numa fábrica... sei lá.. Aí eu já tenho uma noção mais ou menos, né? Foi por isso que eu interessei em fazer o curso (Filha de trabalhador rural, moradora na roça).

“O que me motivou a participar do curso do SENAR, foi porque eu fui convidada, e, assim, como se diz, às vezes, se eu já sabia, completou mais coisas ainda” (Produtora de doces, moradora na rua. Na ficha de inscrição, autônoma).

“Eu até falei com ele (mobilizador) que quando tivesse o curso eu queria fazer! Aí ele me chamou. Porque... eu... assim, toda vida eu fiz coisas de roça, mas fazendo o curso a gente aprende os manejos melhores da higiene, da técnica... aí aprende fazer direitinho, né? (Dona de casa, moradora na rua. Na ficha de inscrição, produtora rural)”.

“O que me motivou é que eu acho que curso sempre é interessante! Sempre cê tá aprendendo alguma coisa! Uma parte de higienização... igual eu te contei: o modo como a gente limpava o figo por exemplo. A professora durante o curso me disse que poderia ficar algum resíduo no doce! Quer dizer, a gente aperfeiçoa! Tudo é perfeição! Que a tecnologia hoje tá muito avançada em tudo! Então a gente tem que procurar é melhorar. E se amanhã tiver outro curso eu tô ali fazendo também. Porque eu tenho certeza que aquele que nós fizemos já tem alguma coisa que vai... superar aquilo! (Produtor rural, morador na roça).

“Eu queria aprender uai! De repente, a gente podia fazer pra uma fábrica, uma coisa assim uai! Ou então uma sociedade! (risada) Eu queria era aprender, porque depois a gente tendo o curso é muito bão uai! Depois que eu fiz o curso lá, eu gostei muito! Mas só que a gente sozinho fica difícil mexer!” (Dona de casa, moradora na roça. Na ficha de inscrição, esposa de produtor rural).

“Eu fiquei interessada a fazer pra aprender. Ver se aprendia fazer outras coisa! Por que? Principalmente doce, que aqui na minha casa eu gosto muito de fazer doce! Aí aprendi essas coisas... foi bom pra mim. A gente fica no meio das colegas, passa as horas! É bom, eu gosto de fazer... essas coisas diferente! Aprender. A não ser que a gente também faz mas não põe em prática, né? Porque aqui a gente faz o curso fica parado! Porque a gente não tem como! Nem, vamos dizer, fazer, comercializar ele pra fora, né?” (Produtora rural, moradora na roça. Na ficha de inscrição, esposa de produtor).

“Minha mãe gosta de fazer doce. Então... a gente come um doce aqui em São Geraldo, principalmente eu, e muitas pessoas que vem aqui. Que vai comer aquele doce, ocê come ele de manhã, na hora do almoço, quando chega lá pelas 3, 4 horas da tarde, começa aquela queimação. Então, eu falei: Por que não fazer um curso? Eu vou ver o porque disso aí! E nisso eu conheci o professor, com esse curso! A gente pegou amizade e tudo! Eu perguntei pra ele: Professor, eu posso fazer uma pergunta? Apesar que os maiores doceiros estão aqui junto com a gente, (no curso) mas me desculpa eu tá falando mas nós somos abertos mesmo. Porque que esses doces aqui dá muita queimação no estômago? Ai ele falou: Oh! Você fez uma pergunta que é a terceira etapa

que nós vamos entrar aqui pra você ver qual o problema! Aí que nós fomos ver! Qual era o motivo do doce aqui? Porque que tava prejudicando a gente? Aquela azia, aquela queimação. Quando ele começou a fazer o doce, que ele fez a prática lá pra gente ver... Nossa! A quantia de açúcar que ele colocava, pôxa, minha mãe em 3 litros de leite ela colocava uma quantia de açúcar que era um excesso! E do jeito que o professor tava fazendo, você fazia economia! E tanto no açúcar quanto no fogão! E o ponto do doce era bem melhor! (Filho de produtor, morador na rua).

“Para eu poder agregar um valor a mais por exemplo num pé de porco! Ao invés de vender o toucinho in natura eu fazia o bacon. Entendeu? Um lombo defumado! Então tudo isso ajudou! Porque eu ia ter um preço a mais no meu produto de venda!” (Autônomo, morador na rua. Na ficha de inscrição, trabalhador rural).

“Foi vontade mesmo de aprender, né? Talvez algum dia aparecesse uma oportunidade melhor de serviço, a gente já tinha uma experiênciazinha, né? Foi mais por interesse mesmo, né? Pra mim significa muito ter um certificado de curso! Porque tipo assim, é uma coisa que eu fiz e foi confirmado! Eu entendo! Porque eu participei do curso! Foi valoroso pra mim, né? Se eu tivesse oportunidade de fazer outro cursos eu queria.” (Empregado, morador na rua. Na ficha de inscrição, filho de produtor rural).

Em poucos depoimentos, revelou-se a intenção de usar o conhecimento adquirido no curso para “abrir um pequeno negócio” ou ainda “melhorar a fabriqueta já existente”. Observou-se durante o período de entrevista que, dos vinte e dois entrevistados, somente quatro ainda permaneciam com atividades inerentes às práticas do curso, da produção de doces. Desses quatro, três residiam na roça e um na rua, e tinham a fabriqueta com produção em pequena escala, sem periodicidade de produção, “meio parado” como eles mesmos diziam. Nesses casos, a produção, mesmo que incipiente, acontecia somente na época da produção da matéria-prima. Somente um desses quatro entrevistados possuía a fábrica de doces já consolidada no mercado, instalada na rua. Outros seis entrevistados dos três cursos, tanto de leite quanto de carnes e frutas, tão logo fizeram o curso iniciaram um pequeno investimento para elaboração de produtos. No entanto, o negócio não teve sucesso e foi fechado porque encontraram “dificuldades em manter a produção”, “não conseguiam atender as exigências do Instituto Mineiro de Agropecuária²² (IMA)”, “dificuldade para vender os produtos”, pelo “auto custo das embalagens”. Quanto à residência dos

²² De acordo com os depoentes, que tentaram iniciar a produção de produtos defumados, não deram prosseguimento porque a fiscalização do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), órgão responsável pela defesa sanitária animal e vegetal que assegura a qualidade dos produtos ofertados, contribuindo para a preservação da saúde pública e do meio ambiente, exigia mudanças na estrutura física do local de produção. Muitas vezes por estar instalado em local inapropriado etc. As exigências do IMA não estão em desacordo com o que é passado nos cursos do SENAR, mas muitas vezes é o produtor que não tem condições financeiras para investir na construção de um espaço considerado adequado pelo SENAR e pelo IMA.

entrevistados, cinco, dentre esses seis, eram moradores na rua ou tinham a residência no seu entorno. A dificuldade de se definir onde termina a roça e começa a rua, confirma a nossa tese de que essa diferenciação se faz inadequada já que se trata de um espaço, onde as atividades da cidade são rurais, e aparecem freqüentemente e igualmente tanto para os que residem na rua quanto para os da roça. Doze dos entrevistados - residentes na rua (4) e na roça (8) - não chegaram a colocar em prática o que aprenderam no curso. As justificativas se colocaram pela falta de condições financeiras de investimento, como foi o caso desses entrevistados nesse depoimento abaixo:

“Eu até pensei depois que eu fiz o curso, montar uma fábrica de doce! Mas precisa ter dinheiro pra investir. Eu podia dá o dinheiro que eu tenho pra investir! Mas eu não quero investir! Não pode arriscar não, uai!” (Filho de produtor, morador na roça).

“Eu sempre gostei de mexer com queijo! Meu queijo passou a dar errado! Como eu estou te falando... Um dia na casa de meu cunhado, ele estava falando sobre esse curso que ele tava fazendo. Me interessou! E também para poder sair da situação difícil que eu estava. O (mobilizador) me chamou para participar do próximo curso que ia ter. Então foi bom demais pra mim! Participei, gostei demais e pude colocar em prática. Só que agora eu parei de mexer com fabricação de queijo, porque tava difícil para vender. Já tem parente meu aqui que vende de porta em porta aqui em São Geraldo. O mercado aqui é pequeno! Só se fosse pra vender pra fora! Mas é muito difícil. Eu só tô tirando o leite mesmo!” (Produtor rural, morador na rua. Na ficha de inscrição, filho de produtor).

A insegurança com o resultado de um investimento, mesmo que pequeno, foi o maior empecilho para alguns cursistas entrevistados. Outros só tentaram fazer os produtos para “consumo da família”, ou, ainda, não tiveram “interesse em usar o que aprenderam”, ou justificavam que não podiam arriscar porque achavam que havia muitos fazedores de doce em São Geraldo: “Fazer doce pra poder não consumir, igual o deles aqui, não tem jeito não. Então, eu pensei foi nisso aí, abrir uma fábrica de doce, mas tem muito doceiro por ai afora”. O próprio mobilizador pôde verificar que as pessoas que fizeram o curso e começaram a colocar em prática já estavam “noutra atividade na roça”.

“Não adianta o SENAR fazer um plano instrucional e o instrutor ter que seguir daquele jeito, e querer que no meio rural tudo saia certinho. Que a estrada fica boa! Que não chova! O local do curso às vezes tem que mudar devido a uma estrada! Então, o instrutor tem que chegar e adaptar a realidade que ele encontrar! Então não adianta ele exigir um lugar bacana para dar o curso porque, na hora que ele for embora, os produtos não vão ser feitos naquele lugar bacana que deu o curso. Os produtos vão ser feitos lá na origem entendeu. E isso para o produtor rural nas condições de dificuldade que se vive aqui, é difícil essas exigências! Sem estrada boa, sem transporte é muito complicado para o produtor manter um negócio desses na roça! (Fala do mobilizador dos cursos).

Para o mobilizador, a pesquisa foi muito interessante porque mostrou a realidade dos cursistas. Pensava-se que uma boa parte dos participantes dos cursos estivessem colocando em prática de alguma forma o curso, mas na realidade o fato deve ser analisado em um âmbito maior, envolvendo a análise das dificuldades de muitos na permanência na terra ou ainda das dificuldades financeiras para começar um investimento mesmo que pequeno e a sua manutenção. As instituições de treinamentos têm enfatizado a relevância da ciência e da tecnologia como instrumentos de desenvolvimento e realização do produtor rural, sobretudo, no mundo de hoje, profundamente condicionado pelas técnicas mais sofisticadas. Se de um lado existe o treinamento para a educação, dentro de uma perspectiva extensionista, há também um treinamento que leva à subordinação, porque os programas de treinamentos e de qualificação profissional necessitam, além da preocupação com a transmissão de conhecimentos técnicos, de se adequar à realidade das cidades rurais e de seus moradores, verificando quem é na verdade esse “habitante/trabalhador/produtor rural” e com quais possibilidades e limites ele se defronta. Os resultados da pesquisa mostraram que são reais as dificuldades para os participantes dos cursos quando da tentativa de colocá-los em prática. A partir de alguns depoimentos, evidencia-se isso mais claramente:

“Até que, pensando bem, esse modelo que ele (instrutor do curso), ensinou de fazer doce envidrado é coisa boa mesmo de fazer no ano, né? Mas é pouca gente aqui na roça que tem condição de mexer com isso aqui! Fica caro para comprar esses vidros! Fazer esses doces! Então para família comer aqui na roça, a gente planta as frutas! Então a gente come as frutas fresquinhas e não vai envidrar ela nada! Vale a pena para quem tem condição de fazer tudo direitinho! Igual eu estava pensando em fazer uma sociedade com minhas cunhadas. Aí dava certo!” (Pequena produtora, moradora na roça. Na ficha de inscrição, esposa de produtor).

“A proposta do SENAR, de transformar a matéria prima em produto acabado... por exemplo, o leite tá muito barato, mas se transformar esse leite em queijo, iogurte, doce, seja o que for, já vai agregar valor. Seja lá de forma moderna ou menos moderna, mas é uma proposta interessante. Porque o produtor rural acabado (sem dinheiro), na roça, ele é difícil para trabalhar... Produzir milho, vender milho, vender leite in natura, isso hoje tá difícil. Agora com a proposta do SENAR de, por exemplo: Pegar um porco, defumar um porco, fazer uma costela, um lombo defumado, aí isso aí já é um produto de valor agregado. Porque os produtos in natura é uma das piores coisas na agricultura hoje! Só é bom para quem produz em escala! Grandes produtores! E isso no município nosso não existe!” (Produtor rural, morador na roça).

“É o problema financeiro! Que a coisa mais difícil hoje, chama-se a moeda, o dinheiro! As embalagens estão caríssimas! Mercado tem. Por exemplo, eu não posso

queixar do mercado não, porque tá até faltando dos meus doces no mercado e eles tão me cobrando!” (Produtor rural, morador na roça).

“Eu acho que com esse curso daria tranqüilo para a pessoa viver na roça! Basta ela ter a terra! Ser dona da terra! Eu não! Não tenho uma terra ainda, mas eu ainda tenho vontade de comprar o meu pedaço! Se a pessoa começar de baixo, tudo certinho, sem dívida, dar até certo. Agora, se você tá querendo montar um negócio, pega dinheiro, vamos supor, no caso, aí não tem saída, né? É prejuízo! Você tem que começar a coisa hoje é pequenininho e fazer direito! Aí desse jeito eu concordo que com esse curso até dar pra você ficar na roça. Porque nem todo mundo é... por exemplo, tem gente que mexe com uma fazenda e ganha dinheiro... cem mexe mas noventa e nove mexe mas não ganha! Cem mexe com fábrica de móveis, dois ganha e noventa e oito quebra... é... as coisas é difícil, né? As pessoa as vezes tem que entrar no ramo certo, né? Porque as vezes aquele ramo que ele ta mexendo não é dele, né? Outra coisa é a falta de mercado, né? Dificulta bastante!” (Produtor rural, morador na rua. Na ficha de inscrição, trabalhador rural).

“As embalagens... estão muito caras. Uma outra dificuldade pra nós aqui, é a prefeitura que não ajuda! Para mim uma dificuldade para o povo da roça, é as estradas que não ajuda, principalmente na época das chuvas (Produtor rural, morador na rua).

“Colocar em prática o que aprendeu no curso? Coloca nada, uai! Aqui a gente vai tirando o leite de qualquer jeito, colocando no tambor, o cara vai buscando e levando. Mas fazer o que ele (instrutor) falou lá é difícil pra nós aqui! Tem que ser tudo muito rápido! Nós faz tudo com pressa não dá pra ficar perdendo tempo! Mas o ideal é desinfetar os bico (teta) da vaca todinho! Pra fazer tudo isso gera muito gasto, né? Falta dinheiro! O leite nós vende para o dono de um laticínio aqui. Mas aqui é difícil para montar uma agroindústria! (Filho de produtor, morador na roça).

“Eu acho que o que seria mais difícil hoje é a dificuldade para vender, porque o pessoal hoje procura muito é marca, né? Acho que até a marca ficar conhecida é meio difícil, né? Na época que eu fiz o curso, eu achei interessante que tinha um moço que trabalhava numa fábrica de iogurte aqui de São Geraldo e ele tava lá fazendo o curso. Então essas coisas assim a gente tem que interessar, né? (Dona de casa, moradora na rua. Na ficha de inscrição, produtora rural).

“Eu saí do curso tão entusiasmado que já fui comprando os materiais que precisava para poder colocar em prática o que eu aprendi. Eu produzia muito queijo! Vendia até para São Paulo! Uns queijos beleza mesmo, sem defeito! Eu tinha um cunhado que morava em São Paulo, ele pegava meus queijos para vender lá. Hoje ele saiu de lá, não mora mais lá, e fica difícil para eu levar queijo pra vender. Não era só pra fora que eu vendia não. Vendia aqui dentro de São Geraldo, Rio Branco, todo mundo gostava do meus queijos. Graças a Deus, foi com esse curso do SENAR que eu consegui sair da dificuldade que eu tava passando. Ah, deu muito dinheiro, os móveis da minha casa, televisão, geladeira, tudo, tudo foi comprado com dinheiros de queijo que eu fazia. Foi dois anos de só lucro. Então fazer o curso do SENAR foi a melhor coisa para mim... agora eu tô parado... tá difícil pra todo mundo, o povo não tem dinheiro, começou a diminuir a venda, e eu não podia só ficar vendendo fiado. E aqui em São Geraldo tem mais gente fabricando queijos. Mas, até hoje, tem dois anos que eu parei, só vendo o leite mesmo, apesar de ganhar muito menos. Entrego o leite na rua, de porta em porta. Fica difícil manter um negócio desse sem uma pessoa pra ajudar. Do

jeito que eu aprendi no curso. Aí vou ter condição de ter empregado, buscar mercado fora de São Geraldo. Por enquanto, vou esperar as coisas melhorar!” (Produtor rural, morador na roça).

“Se a gente não tiver um dinheiro pra investir fica difícil boba! Agora se tiver um dinheiro pra começar? Não é difícil não! Tem que ter. Tudo depende acho que é do capital! Se você tiver o leite e arranjar lugar pra vender! Aqui em São Geraldo todo mundo faz, uai! Eu acho que aqui já tem bastante gente que já faz, né? Então eu tava pensando em fazer pra vender para fora. Igual eu pensei que com esse curso eu podia ter dinheiro! Eu acho que dá sim pra ter dinheiro, né? Eu pensei mais em mandar (vender) pra fora, né? (Dona de casa, moradora na rua. Na ficha de inscrição, esposa de produtor).

As limitações de ordem financeira foram freqüentemente citadas, juntamente com as dificuldades de ordem estrutural, como aquelas que impediam os cursistas de colocar em prática o que foi aprendido no curso. Dessa forma, fica claro que dentro dos critérios de racionalidade daqueles que fizeram os cursos oferecidos pelo SENAR há uma forte resistência à adoção tanto dos padrões de higienização, quanto a investimentos que consideram de risco. Ambas as questões apontam para a necessidade de o SENAR buscar conhecer as razões práticas que fundamentam a mentalidade e as práticas dos moradores de cidades rurais, como São Geraldo. Concluiremos nossa dissertação, fazendo considerações mais aprofundadas a respeito deste ponto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capítulo anterior evidenciou o fato de haver, por parte dos participantes dos cursos do SENAR, em São Geraldo, uma forte resistência à adoção tanto dos padrões de higienização difundidos por esta instituição, quanto ao incentivo que a mesma propaga, relativo à necessidade dos cursistas fazerem investimentos para desenvolverem os seus “negócios”. Esta resistência aos direcionamentos veiculados pelo SENAR nos chamou a atenção para a necessidade de se buscar compreender as razões práticas que fundamentam a mentalidade e as práticas dos participantes de tais cursos.

Nesse sentido, procuramos fazer uma breve incursão em Sahlins (2003), para quem as culturas humanas não podem ser compreendidas a partir da atividade prática e do interesse utilitário. Ou seja, a lógica não está separada do interesse prático, mas este interesse prático é simbolicamente instaurado: “as forças materiais se instauram sob a égide da cultura” (SAHLINS, 2003, p.207). Se concordarmos com Sahlins, ao tentar compreender o que leva os cursistas a demonstrarem tal resistência, podemos perceber que existem diversos interesses práticos que não podem ser explicados apenas pelo interesse material, e esse interesse se localiza e se manifesta em um contexto cultural específico. A reação dos cursistas ao conjunto de informações e “mudanças estruturais” que se apresentam a partir dos cursos do SENAR, como por exemplo à questão do “emprego” das técnicas de higiene e possíveis investimentos a serem implementados para a suposta elaboração de produtos que se enquadrem num “padrão” de exigência do mercado, está ligada, também, a suas respectivas visões de mundo. Visão esta que é construída a partir de uma cultura formada pela convivência cotidiana, que tende a criar hábitos, regras próprias para suas relações pessoais, formas específicas de se conduzir e de se expressar, construídas através das experiências comuns desses moradores de São Geraldo.

Mas, como compreender as “razões” dos cursistas para resistir aos “ensinamentos” do SENAR, após participarem de seus cursos, visto que supostamente tais mudanças poderiam resultar em uma melhoria das suas condições de vida, como o próprio SENAR apregoa? A essa indagação podemos responder a partir de reflexões tais como a necessidade de atribuir aos conhecimentos repassados, através dos cursos do SENAR, valores que ultrapassem a mera funcionalidade, reconhecendo o papel que os simbolismos desempenham nas novas práticas propostas pelo SENAR. É fundamental se atentar para o

fato de que o que se constitui muitas vezes como resistência em “aplicar” os conteúdos dos cursos de forma “satisfatória” aponta para valores que fundamentam o desprezo a tais diretrizes higiênicas e de busca de lucro.

Sahlins (2003), ao desenvolver a idéia de cultura como dimensão simbólica da vida humana, chama a atenção para o fato de que as culturas devem ser compreendidas, enquanto sistemas simbólicos específicos, onde cada uma apresenta uma organização particular das relações dos indivíduos entre si e dos indivíduos com a natureza. Uma vez que se pode dizer que a cultura é formulada a partir de uma razão simbólica ou significativa, somente por meio do estudo do significado, é possível compreender a unidade de certa ordem cultural. Qualquer explicação funcional deve ser subordinada ao sistema significativo, ou seja, a utilidade e o interesse prático são criados pela atividade de simbolização. Isto não quer dizer que haja uma das forças e das limitações materiais sobre a ordem cultural. Mas, de acordo com o autor:

“(...) os efeitos materiais dependem de sua localização cultural. A própria forma de existência social da força material é determinada por sua integração no sistema cultural. A força pode então ser significante, mas a significação é, precisamente, uma qualidade simbólica. Ao mesmo tempo, esse esquema simbólico não é em si mesmo o modo de expressão de uma lógica instrumental, porque de fato não há outra lógica no sentido de uma ordem significativa, a não ser aquela imposta pela cultura sobre o processo instrumental” (SAHLINS,2003, p.205).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que uma lógica funcional tem como referencial o mundo destinado a produzir objetos, satisfazer as necessidades primárias dos homens e assegurar sua sobrevivência. Na lógica funcional, esse mundo constitui-se, portanto, como hierarquicamente definidor das instâncias “ideais”, simbólicas e imaginárias. Ao se atentar para o fato de que os homens sobrevivem, mas sobrevivem de formas diferentes, considera-se, também, que a relação produção e satisfação de necessidades estão estruturadas por algo que não se estabelece a partir de uma razão prática (o indivíduo agindo racionalmente para atender da melhor forma possível seus interesses), mas a partir de um universo simbólico (os significados que os homens atribuem às condições materiais), que faz do mundo dos homens um mundo de significação. Ou seja, de acordo com Sahlins, a utilidade é socialmente construída. Os objetos não possuem propriedades inerentes a eles próprios. “Nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem movimento na sociedade humana, exceto pela significação que os homens lhe atribuem”. (SAHLINS, 2003, p. 170).

A partir dessas reflexões, se pensarmos os cursos do SENAR como produto (objeto) que visa somente “promover” alguma forma de “mudança” na vida dos cursistas, como por exemplo um investimento na aquisição (construção) de uma pequena fábrica para a elaboração de produtos, para que se possa por exemplo aplicar as técnicas de higiene e de produção recomendadas pelo SENAR, essa relação seria definida a partir de uma lógica utilitária ou funcional. Mas, se o SENAR buscar compreender essa relação para além de um encadeamento “lógico” entre meios e fins, estará levando em conta, também, a dimensão simbólica dos conteúdos dos cursos para seus participantes.

Tais considerações nos levam a inferir que, mediante a resistência dos cursistas, o limite da razão prática pode se dever a uma ausência de significação e de dimensão simbólica dos conteúdos dos cursos, por parte dos cursistas. Ou seja, essa resistência acontece pela inexistência, para eles, de uma identificação nas propostas de tais cursos, de um código comum a eles, que lhes assinale o desejo de se colocar em prática, na sua integralidade, os conteúdos dos cursos.

Na visão do SENAR, as pessoas selecionadas para fazer o curso precisariam apenas introjetar a lógica do mercado do SENAR: cálculos com moeda, produto, preço, vendedor, comprador, ou seja, tudo para que aconteça a lógica empresarial. Se pensarmos bem, de fato, na visão do SENAR, estaria visível uma situação de mercado, onde teria alguém pronto para comprar, e seu cursista preparado para vender. Mas o que se viu é muitos dos cursistas resistiram a este direcionamento mercadológico. Sahlins (2003) pode nos ajudar nesta questão, se trouxermos à tona algo que ele afirmou, em relação a sociedades distantes das nossas, mas que pode nos servir de pista para compreendermos esta resistência dos cursistas à lógica empresarial. Segundo o autor, a diferença entre as sociedades “primitivas” e a “civilização” ocidental, está no fato de que, nas sociedades primitivas, o locus de produção simbólica está associado às relações de parentesco, enquanto que, na civilização ocidental, o locus está na economia. Na sociedade primitiva, as transações são mediadas por um coeficiente social, enquanto na sociedade ocidental as transações são mediadas por um coeficiente material. Considerando que tanto as sociedades primitivas quanto as ocidentais são sistemas culturais, a diferença entre elas é que a sociedade ocidental possui a ilusão de que a economia e a sociedade são formuladas a partir de uma razão prática. Nesse sentido, Sahlins chama a atenção para o seguinte:

“Nem mesmo o capitalismo, apesar de sua organização ostensiva por e para a vantagem pragmática, pode escapar dessa constituição cultural de uma práxis aparentemente objetiva. Como Marx também ensinou, toda produção, mesmo onde ela é governada pela forma-mercadoria e pelo valor de troca, continua como produção de valores de uso. Sem o consumo, o objeto não se completa como um produto: uma casa desocupada não é uma casa. Entretanto, o valor de uso não pode ser compreendido especificamente ao nível natural de ‘necessidades’ e ‘desejos’.(...) A produção, portanto, é algo maior e diferente de uma prática lógica de eficiência material. É uma intenção cultural” (SAHLINS, 2003, p.169).

Desse modo, o SENAR deve se preocupar também em desenvolver metodologias participativas que coloquem seus instrutores mais na condição de “facilitadores de processos” do que vendedores de pacotes e receitas padronizadas. Ou seja, introduzir junto aos participantes dos cursos metodologias participativas que agreguem também uma concepção diferenciada, onde o enfoque produtivista possa ser substituído por um enfoque mais político, fundamentado na mudança de comportamento dos participantes dos cursos. Nesse sentido, possa promover uma mobilização das estruturas locais (não segmentando rua e roça, como no caso de cidades rurais como São Geraldo), na busca da auto-gestão, delimitando suas ações pelas decisões autônomas dos participantes dos cursos como um todo. É importante que o SENAR tenha como principal foco as experiências de seus cursistas com seus costumes e suas crenças, fazendo uma análise crítica e construtiva dos seus cursos. Concluindo, esse é um processo a ser criado pela instituição SENAR, juntamente com seus técnicos, instrutores, mobilizadores e cursistas, objetivando a construção da cidadania, de modo que os participantes dos seus cursos possam perceber e defender os seus interesses de forma mais ativa.

6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Após reflexão sobre esse estudo, sinto uma grande satisfação e a sensação de ter trilhado um caminho que me possibilitou conhecer aprendendo. Nesse aprendizado, cabe ressaltar que o produtor é portador de um saber próprio, saber que não apenas orienta suas práticas rotineiras, mas que contextualiza de forma diferenciada as pressões externas. Esse produtor que tem saber próprio redefine em seus próprios termos as inovações pelo seu sistema cognitivo. Assim, compreender a forma como se dá o processo de trabalho, as relações sociais de produção e as forças produtivas, no contexto local do pequeno produtor rural, torna-se necessário para mostrar a especificidade deste “homem do campo”, especialmente do município de São Geraldo, onde foi realizada a pesquisa, buscando entender o modelo cultural, a história e as tradições onde ele está inserido.

Essa pesquisa revelou que muitas pessoas inscritas nos cursos do SENAR que exerciam atividades que se “enquadravam” no perfil de rural exigido pela instituição, não se encontravam no que esta entendia como espaço rural, e sim dentro do perímetro urbano de São Geraldo e que nem sempre a ocupação desse participante no curso estava de acordo com o descrito na ficha de inscrição que é enviada para o SENAR. A nossa sugestão é para que se faça outros estudos, em outros municípios para se verificar a discrepância entre a identidade dos participantes dos cursos e a identidade arbitrada de acordo com a concepção que o SENAR solicita que seus mobilizadores utilizem para selecionar os participantes dos cursos. Isto aponta para a necessidade de se aplicar as mesmas observações feitas no município de São Geraldo, em outros municípios para se verificar se há discrepância entre o rural e o urbano.

A pesquisa mostrou ainda que são reais as dificuldades para os participantes dos cursos quando da tentativa de colocar em prática os ensinamentos veiculados. As limitações de ordem financeira foram freqüentemente citadas, juntamente com as dificuldades de ordem estrutural e de assistência do SENAR após os cursos. Tal fato demonstra uma não consideração do SENAR acerca da realidade material em que vive o público que freqüenta seus cursos, bem como para a racionalidade de que se utilizam para alcançar sua reprodução sócio-material.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 702)

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e a agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999. 125p.

ALENTEJANO, Paulo. R. **O que há de novo no rural brasileiro?** Terra Livre. São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.

ANJO, Flávio.S. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan./abr. 2003.

BLANCO, Enrique Sérgio. **O Turismo Rural em Áreas de Agricultura Familiar: As “Novas Ruralidades” e a Sustentabilidade do Desenvolvimento Local**. Caderno Virtual de Turismo. RJ. 2004. Disponível em: <http://www.net/caderno/blanco>. Acesso em: 12 de dez. 2004.

BLOEMER, Neusa Maria. **Itinerâncias e Migrações: a reprodução social de pequenos produtores e as hidrelétricas**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Paulo: FFLCH, USP, 1996. Disponível em: <http://www.teses.usp.br>. Acesso em: 20 de fev. 2004.

BLUME, Roni. **Território e Ruralidade: A Desmistificação do Fim do Rural**. UFRG – FCE – PGDR, Porto Alegre – RS – 2004, Dissertação de mestrado disponível em: www.ufrg.br/pgdr/dissertações/mestrado.

BONI, Valdete. **Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais-Chapecó/SC**. IN: PAULILO, M.I; AUED, B.W (org), Agricultura Familiar. Editora Insular. 2000.

BRASIL. Ministério do Trabalho – **SENAR em ação**. Brasília, Mtb, 1979; Coleção formação de mão-de-obra 1. Disponível em <http://www.SENARminas.org.br/links.htm>
Acesso em: 10 nov 2003.

BRASIL. **Leis, Decretos. Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.** Disponível em: <http://www.senar.br>. Acesso em: 09, jan. 2003.

BRASIL. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). **Missão, princípios e diretrizes. Brasília: Série Metodológica, no. 1, 1998.**

_____ **Processo da formação profissional rural e da promoção social.**
Brasília: Série Metodológica, no. 5, 1998.

_____ **Manual de orientações para a formação profissional rural e a promoção social.** 11.ed. Belo Horizonte: SENAR – AR/MG, 2004.78p.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, n. 11, 1998.

CARNEIRO, Maria.José. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 228p. 2000. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano.html>

CARNEIRO, M. J. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa.** In: MOREIRA, R. J. (org.) & COSTA, F. C. Mundo rural e cultura. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p.223-240.

CARNEIRO, Maria José. **Multifuncionalidade da agricultura: práticas alimentares e relações com a natureza.** Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: CPDA, 2004.

DUARTE,L.M.C.et. Al. **Agroindústria familiar e perspectivas de uma vida rural sustentável: a experiência do Distrito Federal.** Centro de desenvolvimento sustentável - CDS e núcleo de políticas Científicas e Tecnológicas - NPCT - Universidade de Brasília, 2000.

GROSSI, Mário. E. D., SILVA, J. G. **O novo rural: uma abordagem ilustrada**. Instituto Agrônômico do Paraná, Londrina-PR, 2002.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2001. Disponível em: www.ibge.gov.br/ibge/municípios/html . Acesso em: 16 de jan.2004.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros: Pesquisa de Informações Básicas Municipais-1999**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

KAGEYAMA, Ângela. **Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36., 1998, Poços de Caldas. Anais... Brasília: SOBER, 1998. 1 CD-ROM.

KERGOAT, D. **Qualification et division sexuelle du travail**. In: Reunião Anual da Anpocs. São Paulo, out. 1984.

LAGO. M. C. S. **Modos de vida e identidade. Sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina**. 1996; Florianópolis: Ed.UFSC.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do pacífico ocidental**. 2a ed. São Paulo. Abril cultural. 1978.

MARTINS, José de Souza. **As coisas no lugar (da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo)**. In: Martins, José de Sousa (org): Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo, Estudos Rurais. Hucitec, 2002.

MATTEI, Lauro. **Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina**. Tese de Doutorado. Campinas; 1999.

MEJIA, Margarita Rosa Gaviria. **Identidades e representações no espaço na construção de territórios em um assentamento do Incra (Paraty, RJ)**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. 2004

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **Técnica de gravador e registro da informação viva**. In: Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade: problemas de definições em escala européia**. Programa de seminários INEA sobre – Desenvolvimento nas Áreas Rurais – Métodos de análise e políticas de intervenção – Roma, 30 de outubro de 1996, Disponível em: www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html.

SCHMITT, A. **Uma irmandade em redefinição: conflito entre modo de vida camponês e organização coletiva do trabalho**. Um estudo sobre os Cafuzos de José Boiteux, SC. Dissertação de mestrado. USP, São Paulo, dezembro de 1998. Disponível em: www.teses.ufsc.br.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 205 p.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999b. Tese (Doutorado). PPGS-UFRGS, Porto Alegre.

SCHNEIDER, S. **As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: Perspectivas Recentes**. Cuadernos de Desarrollo Rural. Bogotá Colômbia: , v.1, n.44, p.11 - 40, 2000. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano.html>.

SCHNEIDER, S. **O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade**. Revista Ensaios e Debates. set./dez. 1994. pp.106-131 <http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano.html>

SILVA, José. Graziano. **Projeto Rurbano, Fundação de Apoio à Pesquisa de São Paulo (FAPESP)**, Jornal Gazeta Mercantil, 12/03/1998. Disponível em : www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.htm Acesso em: 10 de Out. 2003.

SILVA, J.G. da. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia, Belo Horizonte, v.7, n.1. p.43-81, maio 1997.

SILVA, J.G. da.e DEL GROSSI, M.; **A pluratiividade na agropecuária brasileira em 1995**. Estudos: sociedade e agricultura, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.26-52, out. 1999.

TEDESCO, J. C. **Produtor Familiar e agroindústria**. Porto Alegre, 1998. Dissertação de Mestrado -UFRGS. Disponível em: www.teses.ufsc.br Acesso em: 16 de fev. 2004.

VEIGA, José. Eli. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. et al. **Brasil Rural na Virada do Milênio**. A Visão de Pesquisadores e Jornalistas. Série textos para discussão nº 03, São Paulo:USP, 75p. 2001.

_____ **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001. 110p. Disponível em www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html Acesso em: 16 de fev.2004.

WANDERLEY, Maria de Nazaré. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas o "rural" como espaço singular e coletivo**. In: Estudos, Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, nº 15 (87-145), outubro de 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. **Urbanização e Ruralidade**: Relação entre a pequena cidade e o mundo rural e estudos preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco; Recife: UFPE. 2001. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno**: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. (Comp.) ¿Una nueva ruralidad in America Latina? Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 1999. p.31-44.

WANDERLEY, M. N. B. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. in: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL/X Congresso Mundial de Sociologia, 2000, Rio de Janeiro, RJ. Anais. Rio de Janeiro. SOBER/IRSA. 2001.

WANDERLEY, M. N. B. **O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno**. In: Resumo dos Anais do 35º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: O

público e o privado na agricultura brasileira, Natal, 1997. SOBER – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Brasília, 1997.

WOORTMANN, **Ellen. Herdeiros, Parentes e Compadres.** Brasília: Hucitec/EdUnB, 1995.